

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS**  
**MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**Eduardo Luis Insaurriaga dos Santos**

**A expansão do consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras via  
ampliação do mercado de crédito no Brasil desde dezembro de 2008: inclusão  
social ou endividamento social?**

**Pelotas (RS)**  
**abril de 2013**

**Eduardo Luis Insaurriaga dos Santos**

**A expansão do consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras via  
ampliação do mercado de crédito no Brasil desde dezembro de 2008: inclusão  
social ou endividamento social?**

**Dissertação de Mestrado em Política  
Social, da Universidade Católica de  
Pelotas, apresentada à Banca como  
requisito parcial para obtenção do  
Título de Mestre.**

**Orientador: Prof. Dr. Sandro Schreiber  
de Oliveira**

**Pelotas (RS)**

**Abril de 2013**

S237e

Santos, Eduardo Luis Insaurriaga dos

A Expansão do Consumo de Bens Duráveis pelas Famílias Brasileiras Via Ampliação do Mercado de Crédito no Brasil desde Dezembro de 2008: Inclusão social ou endividamento social?. / Eduardo Luis Insaurriaga dos Santos. Pelotas: UCPEL, 2013.

116f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas , Mestrado em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2013. Orientador: Oliveira, Sandro Schreiber de.

1. Produção - 2. Consumo - 3. Crédito - 4. Endividamento - 5. Inclusão Social. I. Oliveira, Sandro Schreiber de, or. II. Título.

**Eduardo Luis Insaurriaga dos Santos**

**A expansão do consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras via  
ampliação do mercado de crédito no Brasil desde dezembro de 2008: inclusão  
social ou endividamento social?**

**Dissertação de Mestrado em Política Social, da Universidade Católica de  
Pelotas, apresentada à Banca como requisito parcial para obtenção do Título  
de Mestre.**

---

**Prof. Dr. Sandro Schreiber de Oliveira – Orientador - UCPel**

---

**Prof. Dr. Lúcio André de Oliveiras Fernandes - UFPel**

---

**Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia - UCPel**

Dedico esta pesquisa e os últimos 30 anos de ausência física, mas de muito trabalho e estudo, à minha amada esposa e meus queridos filhos. Obrigado pela compreensão e pela tolerância. Tudo o que realizei na minha vida foi por amar muito todos vocês.

*"Não conheço ninguém que conseguiu realizar seu sonho, sem sacrificar feriados e domingos pelo menos uma centena de vezes. Da mesma forma, se você quiser construir uma relação amigável com seus filhos, terá que se dedicar a isso, superar o cansaço, arrumar tempo para ficar com eles, deixar de lado o orgulho e o comodismo. Se quiser um casamento gratificante, terá que investir tempo, energia e sentimentos nesse objetivo. O sucesso é construído à noite! Durante o dia você faz o que todos fazem.*

*Mas, para obter um resultado diferente da maioria, você tem que ser especial. Se fizer igual a todo mundo, obterá os mesmos resultados. Não se compare à maioria, pois, infelizmente ela não é modelo de sucesso. Se você quiser atingir uma meta especial, terá que estudar no horário em que os outros estão tomando chope com batatas fritas. Terá de planejar, enquanto os outros permanecem à frente da televisão. Terá de trabalhar enquanto os outros tomam sol à beira da piscina. A realização de um sonho depende de dedicação, há muita gente que espera que o sonho se realize por magia, mas toda magia é ilusão, e a ilusão não tira ninguém de onde está, em verdade a ilusão é combustível dos perdedores pois...*

*Quem quer fazer alguma coisa, encontra um MEIO.  
Quem não quer fazer nada, encontra uma DESCULPA."*

Roberto Shinyashiki

### **Agradecimentos:**

- Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Sandro Schreiber de Oliveira pelo estímulo, pela paciência e pelo inestimável conhecimento transmitido;
- Agradeço a todos os professores do Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas pelos valiosos conhecimentos adquiridos;
- Agradeço a Universidade Católica de Pelotas pela oportunidade de realização do Mestrado;
- Agradeço aos meus familiares pelo apoio e estímulo recebido na execução dessa pesquisa;
- Agradeço a Deus pela luz, força e ajuda constante.

*“Números não mentem, mas também não falam.  
Pessoas falam e usam, como querem, os números.”*

Vianna (2010, p.145)

## Resumo

A presente pesquisa de dissertação de mestrado propõe investigar e detalhar o relacionamento entre a expansão de produção e consumo de bens duráveis com o mercado do crédito, e seus efeitos ou consequências, tanto nos processos de inclusão social, como no do endividamento das famílias brasileiras, tomando-se como base de análise dezembro de 2008, época a partir da qual ficaram evidentes os efeitos da grande crise financeira mundial, minimizados parcialmente, no caso brasileiro, pela política do Governo de manutenção da atividade econômica. Assim, são componentes do tema dessa pesquisa de dissertação: a produção e consumo de bens duráveis; o mercado de crédito; a inclusão social; e o endividamento das famílias brasileiras.

**Palavras-chave:** Produção, consumo, crédito, endividamento, inclusão social.

## **Abstract**

This dissertation research proposes to investigate and detail the relationship between the expansion of production and consumption of durable goods in the credit market, and its effects or consequences, both in the processes of social inclusion, as in household indebtedness Brazilian taking as a basis for analysis in December 2008, a period from which the effects were evident from the large global financial crisis, partly minimized in the Brazilian case, the Government's policy of maintaining economic activity. So, are components of the theme of this dissertation research: the production and consumption of durable goods, the credit market, social inclusion, and the indebtedness of Brazilian families.

**Keywords:** Production, consumption, credit, debt, social inclusion.

## **Lista de Abreviaturas**

CDC - Código de Defesa do Consumidor.

CDC - Crédito Direto ao Consumidor.

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.

COPOM - Comitê de Política Monetária.

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICF - Intenção de Consumo das Famílias.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IEF - Índice de Expectativa das Famílias.

INEC - Índice Nacional de Expectativa do consumidor.

IOF - Imposto de Operações Financeiras.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

PAC - Programa de Aceleração e Crescimento

PEIC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor.

PEIC-RS - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias Gaúchas.

PIB - Produto Interno Bruto.

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

POF - Pesquisa de Orçamento Familiar.

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

SFN - Sistema Financeiro Nacional.

## Lista de Tabelas

- Tabela 1 – Evolução da participação do mercado de crédito no PIB brasileiro e do saldo de operações de crédito do sistema financeiro brasileiro no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012..... **30**
- Tabela 2 – Saldo de operações de crédito do sistema financeiro brasileiro em agosto de 2012 por atividade econômica e saldo de operações de crédito destinadas ao consumo conforme classificação do IBGE (2011)..... **31**
- Tabela 3 – Evolução nominal e evolução real do consumo de bens duráveis pelos domicílios brasileiros segundo as PNADs de 2009 e 2011, considerando-se a evolução da população economicamente ativa e não ativa com idade de 10 ou mais anos..... **39**
- Tabela 4 - Relação entre despesas mensais totais e rendimentos mensais totais das famílias brasileiras, segundo as classes de rendimentos, conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares POF de 2008-2009 do IBGE..... **44**
- Tabela 5 - Relação entre despesas e rendimentos mensais totais das famílias brasileiras, percentual de comprometimento do rendimento mensal total com despesas e quantidade de dias do rendimento mensal total necessários para cobertura das despesas mensais totais, segundo as classes de rendimentos, conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares POF de 2008-2009 do IBGE..... **46**
- Tabela 6 – Evolução do rendimento total mensal das pessoas com 10 ou mais anos de idade, economicamente ativas e não economicamente ativas, no período de 2008 a 2011, e do volume de empréstimos às pessoas físicas no mesmo período..... **57**

## Lista de Gráficos

- Gráfico 1: Participação percentual do volume do mercado de crédito no Brasil em relação ao PIB, em agosto de 2012, e evolução percentual do volume de crédito no Brasil no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012..... **32**
- Gráfico 2: Evolução percentual da demanda por crédito no Brasil, conforme Serasa Experian, e da arrecadação de impostos vinculados às operações de empréstimos realizadas por pessoas físicas, conforme a Receita Federal do Brasil, no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012..... **33**
- Gráfico 3: Evolução percentual de alguns itens da produção industrial brasileira de bens de consumo duráveis, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012, e da importação de bens de consumo entre anos de 2008 e de 2011, conforme Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio..... **36**
- Gráfico 4: Evolução percentual do rendimento médio mensal das moradias avaliadas na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD- de 2009 realizada pelo IBGE, e evolução da remuneração média mensal dos trabalhadores brasileiros no período 2008 a 2010 conforme divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE..... **38**
- Gráfico 5: comprometimento percentual das despesas mensais totais e das despesas mensais totais só de consumo em relação ao rendimento mensal total das famílias brasileiras, conforme a Pesquisa de Orçamentos Familiares POF de 2008-2009 do IBGE..... **45**
- Gráfico 6: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais totais e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas..... **46**
- Gráfico 7: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de consumo e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas..... **47**
- Gráfico 8: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de alimentação e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas..... **47**
- Gráfico 9: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas

mensais só de habitação e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.....	<b>48</b>
Gráfico 10: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de transporte e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.....	<b>48</b>
Gráfico 11: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de saúde e higiene e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.....	<b>49</b>
Gráfico 12: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de impostos e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.....	<b>50</b>
Gráfico 13: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de empréstimos e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.....	<b>51</b>
Gráfico 14: percentual de endividamento das famílias brasileiras em agosto de 2012, conforme pesquisa do Índice de Expectativas da Famílias IEF, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.....	<b>52</b>
Gráfico 15: percentual de endividamento das famílias gaúchas conforme Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor PEIC em maio de 2012 divulgada pela Fecomércio-RS.....	<b>53</b>
Gráfico 16: evolução percentual da inadimplência do consumidor (pessoas físicas), índice de inadimplência geral e índice de inadimplência com bancos e financeiras, no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012, conforme a Serasa Experian.....	<b>54</b>
Gráfico 17: índice de inadimplência geral dos empréstimos tomados por pessoas físicas em junho de 2012, percentual de endividamento das famílias brasileiras no Sistema Financeiro Nacional em junho de 2012, e comprometimento da renda mensal das famílias brasileiras com pagamento de empréstimos em abril de 2012, conforme o Banco Central do Brasil....	<b>55</b>

## Sumário

1.	Introdução e tema de pesquisa .....	14
2.	Problema de pesquisa .....	16
3.	Objetivos .....	17
4.	Metodologia .....	18
5.	Caracterização de inclusão social, e seu oposto exclusão social, e vulnerabilidade social.....	21
6.	Caracterização e classificação de consumo .....	25
7.	O cenário brasileiro do crédito, consumo e endividamento .....	30
8.	Fundamentação filosófica e teórica dos componentes do tema de pesquisa.....	60
9.	Análise e desenvolvimento da pesquisa de dissertação.....	91
10.	Considerações finais.....	106
11.	Referências .....	109

## 1. Introdução e tema de pesquisa

A presente pesquisa de dissertação de mestrado propõe uma investigação e detalhamento do relacionamento entre a expansão de produção e consumo de bens duráveis, a partir das definições e características do tema “consumo” em Ferreira (2010), Bauman (2008), Sciré (2009), Frederico (2008), Rocha (2008), Canclini (2005), Henning (2010) e Citelli (2009), que mesmo tratado em diversificadas formas de abordagem encontram-se filosoficamente interligadas, conforme apresentado oportunamente, associadas à classificação de despesas de consumo das famílias brasileiras atribuídas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), com o mercado do crédito, e seus efeitos ou consequências, tanto nos processos de inclusão social, se existentes, como no do endividamento das famílias brasileiras, tomando-se como base de análise dezembro de 2008, época a partir da qual ficaram evidentes os efeitos da grande crise financeira mundial, minimizados parcialmente, no caso brasileiro, pela política do Governo de manutenção da atividade econômica.

Assim, são componentes do tema dessa pesquisa de dissertação: a produção e consumo de bens duráveis; o mercado de crédito; a inclusão social; e o endividamento das famílias brasileiras.

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988, com redação final dada pela Emenda Constitucional número 64 de 2010, estabeleceu como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, o que Marshall (1967) identificou como integrantes de pelo menos um dos três elementos que compõem a cidadania: elementos civil, político e social. Assim é possível sugerir-se que indiretamente a população tem direito ao consumo para satisfação de tal conjunto de direitos sociais, mesmo que de forma parcial ou complementar à oferta do Estado, sendo uma das formas de efetivar o consumo o acesso ao crédito, cujo mercado ocupa hoje posição de destaque na economia brasileira, representando 51,0% do Produto Interno Bruto em agosto de 2012, conforme o Banco Central do Brasil (2012).

O Código de Defesa do Consumidor, no seu artigo 4º, estabelece diversos direitos ao consumidor visando protegê-lo de diversas práticas abusivas, mas, conforme destaca o Parágrafo I do Artigo 4º, reconhece a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, não prevendo, porém, a proteção do consumidor contra o consumo excessivo que o coloque em situação de alto endividamento. Assim o país dispõe de ordenamento jurídico que teoricamente deveria proteger o consumidor, conforme análises nesse contexto que

serão apresentadas oportunamente, mas não dispõe de mecanismos claros e efetivos, sejam educacionais, assistenciais, administrativos ou jurídicos, para evitar o superendividamento do consumidor, entendendo-se que isto é uma vulnerabilidade.

Dos componentes do tema da pesquisa anteriormente citados, a produção juntamente com o consumo, e o crédito têm sido considerados como integrantes da força propulsora do sistema capitalista<sup>1</sup>, contribuindo para a denominada fetichização do capital<sup>2</sup> e financeirização da economia<sup>3</sup>, e que no caso do Brasil foi importante ferramenta para a manutenção da atividade econômica mesmo após a crise mundial do capitalismo em 2008, já que mais crédito gera mais consumo, que sequencialmente gera mais receita para as empresas e aumenta a produção, que também é baseada em crédito, ocorrendo a elevação dos níveis de emprego e renda, gerando mais consumo, num ciclo contínuo de capital e trabalho de auto-sustentação, que se auto-alimenta, possibilitando íntima relação com as análises e teorias marxistas.

---

1 Vide Iamamoto (2009, p.18).

2 Ibid (p.15).

3 Ibid (p.20-24) em "Capital financeiro na expansão monopolista" e (p.142-145) em "Questão social no Brasil contemporâneo". Vide também Costa (2006, p.58) em "O Estado e a produção capitalista", e Ibid (2006, p.76) em "A proposta liberal de Estado mínimo", além de Bauman (2008, p.102-103) em "Sociedade de consumidores".

## **2. Problema de pesquisa**

No desenvolvimento do tema desta pesquisa de dissertação propõe-se o seguinte questionamento: Qual a consequência, positiva e negativa, da expansão do consumo de bens duráveis via ampliação do mercado de crédito no processo de inclusão social ou no endividamento das famílias brasileiras a partir de dezembro de 2008?

Para responder a tal questionamento propõem-se as seguintes hipóteses:

1º – verifica-se a expansão de consumo de bens duráveis, do volume financeiro de operações do mercado de crédito e melhoria do emprego e renda no Brasil desde 2008;

2º – a partir da confirmação da hipótese anterior, verifica-se que a expansão do consumo de bens duráveis via ampliação do mercado de crédito a partir de dezembro de 2008 tem efetivamente possibilitado a inclusão social das famílias brasileiras;

3º – Tal expansão de consumo está conduzindo ou não as famílias brasileiras a um endividamento em termos de comprometimento de renda, inadimplência, incapacidade de pagamento e restrições de caráter social, cultural e econômico.

### **3. Objetivos**

#### **3.1. Objetivo geral**

Analisar a expansão do consumo de bens duráveis via ampliação do mercado de crédito e suas consequências no processo de inclusão social ou no endividamento das famílias brasileiras a partir de dezembro de 2008.

#### **3.2. Objetivos específicos**

1º - identificar, quantificar e analisar os principais indicadores que comprovem a expansão da produção e do consumo de bens duráveis via ampliação do crédito pelas famílias brasileiras desde dezembro de 2008;

2º - identificar, quantificar e analisar as consequências dos processos de inclusão social, relacionados à geração de emprego e renda, obtidos pela expansão de produção e consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras desde dezembro de 2008;

3º - identificar, quantificar e analisar as consequências dos processos de endividamento das famílias brasileiras, a partir da expansão de produção e consumo de bens duráveis desde dezembro de 2008, focando nos indicadores de comprometimento de renda, inadimplência, incapacidade de pagamento e restrições de caráter social, cultural e econômico;

4º - Construir o conhecimento sobre os componentes do tema dessa pesquisa de dissertação, já devidamente identificados, quantificados e analisados, através de fundamentação teórica obtida junto às contribuições de autores e pesquisadores clássicos ou contemporâneos, cujas teorias e ideologias, de alguma forma, mesmo que pontuais, tratam dos componentes aqui pesquisados, elencando, interligando e intercalando as citadas contribuições conforme metodologia apresentada a seguir;

5º - Desenvolver o tema de pesquisa de dissertação aqui proposto a partir da fundamentação teórica, efetuando-se análise crítica e síntese para construção de opinião e conclusão que efetivamente respondam as hipóteses apresentadas.

#### 4. Metodologia

Entende-se que as relações de produção e consumo, crédito, inclusão social e endividamento das pessoas, componentes do tema investigado nessa pesquisa de dissertação, envolvem múltiplas determinações nas relações humanas, sejam sociais, econômicas, políticas, jurídicas ou históricas, que devem ser analisadas em sua totalidade, procurando-se investigar a historicidade e a contradição principal da sociedade na relação capital e trabalho, típicos da construção do conhecimento na perspectiva crítico-dialética.

Nesse contexto pretende-se desenvolver a presente pesquisa através de uma metodologia de análise crítica que permita forte relação entre informações de natureza quantitativa e a devida qualificação teórica e filosófica dos componentes do tema.

Dessa forma, utilizando-se de amostra documental, as ações de identificar, quantificar e analisar, listadas nos objetivos específicos 1º, 2º e 3º, serão realizadas através de pesquisa junto a banco de dados, artigos e publicações fornecidos por entidades diversas de livre acesso público, destacando-se, entre outros elencados nos citados objetivos específicos, o Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Assim, para contemplar o 1º objetivo serão pesquisados indicadores como: volume financeiro de total de operações de crédito no Brasil, volume financeiro de financiamentos para aquisição de veículos no Brasil e volume financeiro de empréstimos consignados no Brasil, divulgados pelo Banco Central do Brasil; indicador de demanda do consumidor por crédito divulgado pelo Serasa Experian; volume financeiro de imposto de operações financeiras arrecadado por pessoas físicas no Brasil e de imposto sobre produtos industrializados incidente sobre automóveis, equipamentos de informática e eletrônicos, arrecadados no Brasil, divulgados pela Receita Federal do Brasil; índice nacional de expectativa do consumidor divulgado pela Confederação Nacional da Indústria; pesquisa nacional de Intenção de Consumo das Famílias, efetuada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; pesquisa industrial mensal e pesquisa nacional por amostra de domicílios efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e índice de expectativa das famílias divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre outros.

Da mesma forma, para contemplar o 2º objetivo serão pesquisados indicadores como: índice nacional de expectativa do consumidor divulgado pela Confederação Nacional

da Indústria; pesquisa nacional de Intenção de Consumo das Famílias, efetuada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; pesquisa industrial mensal e pesquisa nacional por amostra de domicílios efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; índice de expectativa das famílias divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e evolução da remuneração média dos trabalhadores brasileiros divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, entre outros.

Igualmente, para contemplar o 3º objetivo serão pesquisados indicadores como: relação entre rendimento familiar mensal e despesa familiar mensal no Brasil obtida através da pesquisa de orçamentos familiares divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; pesquisa de tendências do consumidor divulgada pela Associação Paulista de Supermercados; índice de expectativa das famílias no Brasil divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; índice nacional de expectativa do consumidor divulgado pela Confederação Nacional da Indústria; pesquisa nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, efetuada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; índice de inadimplência do consumidor divulgado pelo Serasa Experian; índice de inadimplência nas operações de empréstimos com pessoas físicas no Brasil, índice de endividamento das famílias brasileiras em relação à renda anual, índice de comprometimento de renda das famílias brasileiras com pagamento de capital emprestado e juros e índice de prazo médio das dívidas de pessoas físicas no Brasil, divulgados pelo Banco Central do Brasil, entre outros.

Identificados quantitativamente e qualitativamente pela amostra documental, os componentes do tema de pesquisa serão agrupados na forma de tabelas e gráficos explicativos para na sequência serem analisados e desenvolvidos na forma proposta nos objetivos. Para isso será efetuada uma ampla revisão e pesquisa documental e bibliográfica centrando-se, num primeiro momento, nas contribuições teóricas de vários autores de livros e de artigos, clássicos e contemporâneos, entrevistas, dissertações ou teses, sobre assuntos relativos à produção e consumo, crédito, inclusão social e endividamento de pessoas, tomando-se como referência as análises e teorias marxistas que possuem íntima ligação com o tema dessa pesquisa de dissertação, procurando-se dessa forma efetuar a devida construção de um conhecimento científico conforme sugere a análise textual discursiva, possibilitando-se assim importante fundamentação teórica do tema pesquisado.

Porém, preliminarmente a identificação quantitativa e qualitativa dos componentes do tema de pesquisa da presente dissertação, considerando-se que sua indagação central é da verificação hipotética de que a expansão do consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras via ampliação do mercado de crédito no Brasil desde dezembro de 2008 vem, ou

não, promovendo a inclusão social ou endividamento social de tais famílias, entende-se oportuno efetuar uma conceituação e respectiva caracterização dos elementos “inclusão social”, e seu oposto “exclusão social”, e “vulnerabilidade social”, num primeiro momento, e do tema “consumo” na sequência.

Uma vez caracterizados tais elementos, e após agrupadas, analisadas e comentadas as informações quantitativas e qualitativas da amostra documental, pretende-se construir na sequência o conhecimento com base nos referências teóricos propostos e detalhados, devidamente interligados pelas informações da amostra documental, para somente após proceder-se uma indispensável análise e desenvolvimento do tema dessa pesquisa de dissertação. Ao encerrar o trabalho, obedecendo-se a metodologia adotada, pretende-se apresentar conclusão que consolide as informações e análises efetuadas, destacando-se os objetivos da pesquisa, e respondendo o questionamento proposto no problema de pesquisa.

Essa proposta de metodologia de apresentação da presente pesquisa de dissertação visa obedecer, com relativo rigor, o conjunto de procedimentos sugeridos nas metodologias das pesquisas sociais expostos em Richardson (1999) e Triviños (1995), contemplando objeto e problema de pesquisa, justificativas, objetivos, metodologia, definição dos sujeitos pesquisados, procedimentos para coleta de dados, revisão teórica e literária, procedimentos para análise e interpretação de dados, conclusão ou considerações finais, e referências bibliográficas e não bibliográficas.

É conveniente esclarecer e ratificar que o que se pretende nesse item da presente pesquisa de dissertação, estabelecendo-se como referência e base teórica os ensinamentos de Karl Marx, é efetuar uma importante fundamentação a partir da identificação e consolidação das principais correntes filosóficas e teorias, tanto clássicas como contemporâneas, que sejam aplicáveis ao tema pesquisado, interligando-as com as informações de natureza quantitativas anteriormente apresentadas e comentadas na forma de comentários pontuais com objetivo de possibilitar, na sequência, uma indispensável análise e desenvolvimento da pesquisa.

## **5. Caracterização de inclusão social, e seu oposto exclusão social, e vulnerabilidade social**

Verifica-se que a literatura, tanto clássica como contemporânea, dispõe de expressiva quantidade de autores e pensadores que tratam do tema inclusão social, evidenciada e construída, mesmo que parcialmente, por diversas políticas sociais, as quais, na sua ausência, insuficiência ou ineficiência, também podem induzir relativamente à uma vulnerabilidade social promovendo a exclusão social. Pela proposta da presente pesquisa de dissertação limitar-se-á às caracterizações de inclusão social e exclusão social detalhadas nos autores e pensadores a seguir elencados.

Thomas Humphrey Marshall, na sua conceituação sobre cidadania indica que para sua existência será necessário a satisfação de três direitos formais: civil, político e social<sup>4</sup>. Nesse contexto identifica-se em Marshall (1967) que a aquisição de tais direitos formais possibilita ao indivíduo igualdade para ascensão e inclusão social, tornando-o cidadão, conforme definição e argumentação de Pinsky (2003)<sup>5</sup> no detalhamento dos citados direitos formais de Marshall. Esse exercício de cidadania pelo indivíduo possibilita uma participação ativa nas tomadas de decisões de sua vida e do governo de seu povo, ou seja, um processo de inclusão social, conforme Dallari (1998), para o qual ainda a inexistência de cidadania assim conceituada induz a um processo de marginalização e exclusão social.

Nesse contexto de inclusão social através da realização de cidadania, Sasaki (1997) apresenta importante contribuição, muito embora centralizando suas abordagens sobre as pessoas portadoras de necessidades especiais. Esse autor define inclusão social como um processo através do qual a sociedade possibilita adaptações em seus sistemas sociais gerais, seja nos espaços físicos das cidades, seja através de melhorias nos meios de transporte, seja na implantação de políticas públicas ou na conscientização das pessoas, visando à inclusão de pessoas com necessidades especiais, que, por conseguinte, também se sentem capazes de desenvolver suas responsabilidades na sociedade.

Também Iamamoto (2008), ao tratar da questão social no Brasil contemporâneo, num ambiente de insatisfações onde “crescem os níveis de exploração e as desigualdades” (Ibid, p.145), reconhece alguns processos de inclusão social que permitem essa mesma caracterização de busca pela cidadania:

Lutas tímidas, mas vivas nos âmbitos do direito ao trabalho e do trabalho; da luta pela reforma agrária; pelo acesso aos serviços públicos no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos; contra as discriminações étnico-raciais e de

---

4 Vide Marshall (1967, p.63).

5 Vide Pinsky (2003, p.9).

gênero; pela defesa do meio ambiente, das expressões culturais etc. (Ibidem, p. 145)

Num outro trabalho sob título de “Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil”, em Iamamoto (2009), a mesma autora, ao referir-se sobre as diretrizes na condução das políticas sociais presentes no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006 do Banco Mundial destaca que na visão dessa entidade as políticas públicas de inclusão social devam “visar a ampliar o conjunto de oportunidades para aqueles que têm menos voz e menores recursos e capacidades.” (Ibid, p. 39-40), bem como a “expansão do acesso, por parte das pessoas de baixa renda, aos cuidados de saúde, educação, emprego, capital e direitos de posse da terra.” (Ibidem, p. 40).

No mesmo sentido Pereira (2009) realça que uma cidadania social desenvolvida, com uma política social que efetivamente promova a inclusão social, deva,

garantir aos cidadãos pelo menos três coisas: um mínimo de renda, independente de sua inserção no mercado de trabalho; segurança social contra contingências sociais, como doença, velhice, abandono, desemprego; e oferta, sem distinção de classe e status, de serviços sociais básicos. (Ibid, p. 38)

... detectar a sua própria influência sobre o bem-estar dos cidadãos, traduzido no acesso efetivo à saúde, à educação, à moradia, ao emprego, à segurança alimentar, ao amparo à infância, à velhice, aos serviços sociais pessoais, dentre outros. (Ibidem, p. 170)

Essa mesma caracterização de inclusão social através da busca de direitos sociais idealizados por Marshall (1967) também são identificados na relação de direitos elencados em MacPherson (1991),

O direito ao trabalho; o direito a salário igual por trabalho de igual valor; o direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte por arrimo de família e desemprego involuntário; o direito a uma renda condizente com uma vida digna; o direito ao repouso e lazer (incluindo o direito a férias remuneradas) e o direito à educação. (Ibid, p. 38-39). (entre parênteses conforme apresentado no texto original).

Oportuno destacar nas citações anteriores, tanto de Iamamoto (2009) como Pereira (2009) e MacPherson (1991), onde é mencionado que um processo de obtenção de cidadania, que promova efetiva inclusão social, pode ser realizado via acesso, por parte das pessoas pertencente às menores classes de renda, à educação, a direitos de posse da terra ou moradia, e até mesmo lazer, relacionando-se tal processo com o ato e padrões de consumo das famílias brasileiras, um dos temas que aqui será tratado oportunamente. Assim, considerando-se a classificação de despesas de consumo segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011), que será detalhada no item a seguir da presente pesquisa de dissertação, deduz-se que provavelmente tais famílias no ato de consumo, para satisfação de suas necessidades e obtenção desses direitos, mesmo que

efetivados de forma indireta ou parcial, tenderão consumir também bens duráveis como a aquisição, por exemplo, de imóveis para realização do acesso à moradia, de microcomputador com conexão à internet para realização de acesso à educação e suas ferramentas ou acessórios educacionais, ou até mesmo de um telefone celular, ferramenta utilizada tanto para acesso à educação como o lazer, mas também classificada no item de consumo como habitação conforme a classificação do IBGE citada.

Entende-se, porém, que ao se tratar de inclusão social deve-se pensar também do seu oposto, a exclusão social, já que um conjunto de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos podem levar o indivíduo a uma situação de vulnerabilidade social, conforme discriminado em Sposati (1996), tendo como consequência um processo de exclusão da sociedade. Para a autora exclusão social é “a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população.” (Ibid, p.13).

Também Oliveira (2007) aborda o tema inclusão social, e seu oposto exclusão social, relacionando-os com o ato de consumo. Para a autora, a dimensão de consumo fundamentada em valores mundanos na atualidade está ligada a sensações como prazer, prestígio, transposição da realidade concreta à realidade de sonhos, promovendo a supervalorização do consumo como processo de inclusão social, mas “quando na verdade, produz o seu contrário, a exclusão permanente, travestida da ilusão e da sensação de estar sendo incluído” (Ibid, p.6). Nesse mesmo sentido Sciré (2009), ao analisar as práticas de consumo e seus efeitos na realidade de um grupo de famílias brasileiras de mais baixa renda, percebeu que tais famílias, ao tentar reproduzir os padrões de consumo em plena expansão estabelecidos por classes de renda mais alta, ficaram expostas a diversos e preocupantes fenômenos sociais, evidenciando a autora o “parcelamento das compras, o endividamento e as restrições de crédito a partir do momento em que o nome fica “sujo”, isto é, pendente devido a dívida não pagas” (Ibid, p. 13) (aspas colocadas pela autora conforme texto original).

Compartilham dessa idéia Euzéby (2004) e Faleiros (2006), pois consideram que a supervalorização de valores mundanos na verdade induz à vulnerabilidade social, já que deriva de uma acumulação de carências econômicas, sociais, culturais e políticas que não foram satisfeitas. Tal situação, conforme os autores, conduz à idéia de ruptura do vínculo social e à marginalização, à uma expressão direta da desigualdade social, à relação de exploração dos mais poderosos sobre os que possuem menos poder, ou seja, conduzindo à exclusão social, o oposto da inclusão social, cuja maior proposta é a extensão da cidadania.

Também Yamamoto (2009), em sua análise sobre o capital financeiro e a questão social, realça a existência dessa vulnerabilidade social num ambiente mundial, registrando,

... o aumento do desemprego estrutural e a redução do trabalho protegido tem, no seu verso, a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão-de-obra.

A contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeito ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino. (Ibid, p. 26-27)

Nesse sentido percebe-se que, se por um lado o acesso a direitos diversificados promove a cidadania e inclusão social, por outro lado o risco de perda ou redução desses direitos, por motivos diversos como diminuição de renda e desemprego, por exemplo, escancara preocupante vulnerabilidade social, que induz e promove a exclusão social.

Assim contextualizado os temas inclusão social, e seu oposto exclusão social, e vulnerabilidade social, e considerando-se a indagação central dessa pesquisa de dissertação, de que o consumo de bens duráveis, incrementado ou não pelo mercado de crédito, está conduzindo as famílias brasileiras a uma situação de inclusão social ou de vulnerabilidade social, adota-se como caracterização de inclusão social as situações discriminadas pelos autores e pensadores anteriormente elencados, ou seja, de que para obter cidadania deverão ser satisfeitos direitos civis e sociais como moradia, educação, trabalho, saúde, aposentadoria, justiça, lazer, entre outros, direitos esses que se encontram contemplados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988<sup>6</sup>.

Da mesma forma, adota-se como caracterização de vulnerabilidade social o conjunto de fatores que possam comprometer ou impedir a obtenção e realização de tais direitos civis e sociais, também anteriormente elencados, e que possam conduzir à uma situação de exclusão social.

---

6 O artigo 6º da Constituição Federal de 1988, com redação final dada pela Emenda Constitucional nº 64 de 2010, estabeleceu como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

## 6. Caracterização e classificação de consumo

Trata-se neste momento da presente pesquisa de dissertação da fundamental definição, caracterização e qualificação do tema “consumo” e da indispensável classificação de despesas de consumo das famílias brasileiras, as quais estão sujeitas a um processo de consumismo devido sua inserção numa sociedade de consumidores conforme destaca e detalha Bauman (2008), com supostas promessas de inclusão social que aqui se pretende investigar, identificar e comprovar, para após quantificar e qualificar o cenário brasileiro do crédito e do endividamento das respectivas famílias, todos indispensáveis para qualificação da ligação do ato de consumo com os processos de inclusão social ou vulnerabilidade social.

Na edição denominada “Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, Ferreira (2010) define como consumo, de forma generalizada e abrangente, o ato ou efeito de gasto, extração de mercadoria, ou ainda a aplicação das riquezas na satisfação das necessidades econômicas do homem. Nesse aspecto, numa concepção histórica e etnográfica, o ato de consumir representa uma condição permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos, inseparável da sobrevivência biológica que todos os seres humanos compartilham e a que estão sujeitos como indivíduos, adotando-se nesse sentido as argumentações presentes em Bauman (2008).

Nessa visão de consumo como supridora da sobrevivência física do ser humano socialmente e coletivamente compartilhada, Sciré (2009) desenvolve o tema como integrante de um processo coletivo repleto de significados e simbologias, que se desenvolve também dentro das famílias dos trabalhadores brasileiros, sendo a alimentação o principal canalizador dos rendimentos familiares nas camadas de trabalhadores pertencentes às classes sociais mais pobres, assegurado pela força de trabalho e geração de rendimentos dos membros dessa unidade familiar. Para a autora, consumo é,

... um conjunto de práticas culturalmente organizadas, que instituem um espaço interno de relações, envolvendo hierarquias, simbologias e sentidos. (Ibid, p. 38)

O consumo seria o fim ao qual o trabalhador estaria subordinado e a família se constituiria como grupo dentro do qual as decisões de consumo (de quanto gastar, de como organizar o orçamento doméstico) seriam coletivamente tomadas, tendo em vista o interesse de todos os seus membros. Em suma, tratar-se-ia de uma coletivização do consumo, entendido como atividade vinculada ao conjunto de ganhos pelos membros da família como um todo. (Ibidem, p. 39). (entre parênteses aplicados pela autora conforme texto original).

Percebe-se, porém, numa definição alternativa de Ferreira (2010) que o ato de consumir, ao vincular com as necessidades econômicas do ser humano, vai além das ações

efetuadas pelo indivíduo e sua família exclusivamente para seu suprimento físico como ser humano, mas envolve outras necessidades que tal indivíduo pretende que sejam supridas e a que está sujeito como elemento integrante de uma sociedade, muito embora a evidente predominância de esforços para o item alimentação, cujo detalhamento e evidências serão apresentados oportunamente.

Com a constante evolução da raça humana e a modernidade, numa visão mais contemporânea, o consumo deixou de ser exclusivamente destinado à satisfação fisiológica, de aquisição pura de objetos que satisfazem as necessidades reais do ser humano. Essa nova visão do consumo, repleta de significados, significações e simbolismos, resultado de uma luta de interesses inseridas num campo social e dotada de gostos e comportamentos específicos conforme as teorias de Bourdieu (2005), e ainda extrapolando a função de sobrevivência física e com fundamentos de distinção e estratificação entre os indivíduos de uma sociedade é evidenciada nas análises de Frederico (2008), para o qual,

O consumo tornou-se linguagem, uma ordem de significação. Nessa nova realidade, os objetos não são consumidos mais em função do seu valor de uso, da sua utilidade, mas como sistema de signos. (Ibid, p. 81).

A partir desses mesmos princípios, de que o consumo é operacionalizado para a satisfação de um conjunto de necessidades econômicas do ser humano, processadas tanto individualmente como coletivamente no ambiente de sua família, inseridos num contexto social repleto de significados e simbolismos, agregando agora também a visão de que o consumo é integrante de um processo de apropriação de bens muito bem explorado pelos meios de comunicação social, Rocha (2008) avança na definição de “consumo” e aborda o ato de consumir desde sua condição estruturante, como dinâmica sensível e formatadora de uma cultura comunicacional, onde os diversos atores sociais, ser humano, sociedade, sistema capitalista ou Estado, se relacionam em diferentes processos socioculturais que extrapolam a função de consumir como exclusivamente a satisfação fisiológica ou ainda como expressão de significados, hábitos e gostos do indivíduo. Para a autora,

Consumir, neste caso, é mais do que mero exercício de gostos, caprichos ou compras irrefletidas, mas todo um conjunto de processos e fenômenos socioculturais complexos, mutáveis, através dos quais se realizam a apropriação e os diferentes usos de produtos e serviços. (Ibid, p. 120).

Esse processo de apropriação e utilização de produtos e serviços, quando coletivamente executado pelos integrantes de uma sociedade para realização de suas vontades e gostos, Bauman (2008) denomina de consumismo, promovendo uma singela diferenciação do tema consumo<sup>7</sup>. Ao desenvolver esse tema, e o processo de consumismo,

---

7 Em Bauman (2008, p.41) o autor define consumo como basicamente uma característica e uma ocupação dos seres

o autor apresenta detalhadamente o que denomina de comoditização do capital e do trabalho<sup>8</sup>, como um processo de transformação das pessoas em mercadorias, detalhando também o que chama de sociedade de consumidores<sup>9</sup>, a qual se distingue por uma reconstrução das relações humanas a partir do padrão, e à semelhança, das relações entre os consumidores e os objetos de consumo. O mesmo autor dá destaque também à característica impulsiva do consumo<sup>10</sup>, a transitoriedade dos objetos de consumo, a ação da publicidade, da mesma forma analisada em Rocha (2008), e a ação da economia consumista, já que,

A economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias e é considerada em alta quando o dinheiro mais muda de mãos; e sempre que isso acontece, alguns produtos de consumo estão viajando para o depósito de lixo. Numa sociedade de consumidores, de maneira correspondente, a busca da felicidade – o propósito mais invocado e usado como isca nas campanhas de marketing destinadas a reforçar a disposição dos consumidores para se separarem de seu dinheiro (ganho ou que se espera ganhar) – tende a ser redirecionada do fazer coisas ou de sua apropriação (sem mencionar seu armazenamento) para sua remoção – exatamente do que se precisa para fazer crescer o PIB. Para a economia consumista, o foco anterior, hoje quase abandonado, denuncia a pior das preocupações: a estagnação, suspensão ou desgaste do ardor de comprar. O segundo foco, contudo, traz um bom prognóstico: outra rodada de compras. A menos que complementado pelo impulso de se desfazer e se descartar, o impulso de mera aquisição e posse armazenaria problemas para o futuro. Bauman (2008, p. 51-52). (entre parênteses inseridos pelo autor conforme texto original).

O autor salienta em suas análises ainda a irracionalidade dos consumidores no processo de consumismo a que estão submetidos enfatizando o “desperdício econômico motivado pelo estímulo de emoções consumistas sem cultivo da razão” (Ibid, p. 65), e que na “cultura consumista os membros da sociedade consumidora se comportam de forma irrefletida, rejeitando todas as opções culturais alternativas” (Ibidem, p.70-71). Continuando, importante destacar também a abordagem apresentada pelo mesmo autor sobre o processo de inclusão<sup>11</sup> ou exclusão<sup>12</sup> social através do consumo, o que relativamente confirma sua teoria de comodificação do consumidor. Nesse sentido apresenta o autor que,

Consumir, portanto, significa investir na afiliação social de si próprio, o que, numa sociedade de consumidores, traduz-se em vendabilidade: obter qualidades para as quais já existe uma demanda de mercado.

---

humanos como indivíduos, enquanto consumismo define como um atributo da sociedade, um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios rotineiros.

8 Em Bauman (2008, p. 15).

9 Ibid, p. 19-20.

10 Alternativamente Henning (2010, p.1183) agrega ao fator impulsivo do consumo as mediações e avaliações do indivíduo, enquanto Canclini (2005, p.14) entende que as mediações racionais no ato do consumo se sobressaem em relação aos impulsos irracionais.

11 Em Bauman (2008, p.76) o autor afirma que o consumo é um investimento em tudo que serve para o “valor social” e a auto-estima do indivíduo. Ibid (p.108) o autor destaca que o consumo agrega a referência de “estar à frente da tendência de estilo”, o que transmite a promessa de um alto valor de mercado.

12 Ibid p.74-75, o autor analisa que na sociedade de consumidores, os “inválidos” marcados para a exclusão são “consumidores falhos”, onde não se concebe algum tipo de cuidado e assistência, uma vez que seguir e cumprir os preceitos da cultura de consumo é algo considerado permanente e universalmente possível.

... Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade. (Ibidem, p. 75-76).

Alternativamente à visão do caráter impulsivo do consumo evidenciada em Bauman (2008), compartilhada por Sciré (2009), que leva ao endividamento se efetuado de forma excessiva<sup>13</sup>, Canclini (2005) define consumo, seguindo na linha de suprimento das necessidades econômicas do ser humano, como um conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos, entendendo que as “mediações racionais no ato do consumo se sobressaem em relação aos impulsos irracionais” (Ibid, p. 14). Já para Henningen (2010), numa posição intermediária, abordando consumo e endividamento também como componente da psicologia social, destaca,

Neste sentido, é pertinente afirmar que os discursos que explicam o endividamento excessivo apontando como sua causa a incapacidade do sujeito de gerir seu orçamento e traçar previsões financeiras corretas ou uma psicopatologia pessoal (a oniomania, a adicção) sustentam-se na noção de sujeito-indivíduo. A racionalidade é tomada como uma característica inerente, natural do sujeito, sendo o endividamento decorrente do fato dela ter sido deixada de lado ou falhado. No primeiro caso, se o sujeito tivesse realmente “pensado e avaliado bem”, não teria realizado compras que acarretariam dívidas maiores que sua renda. No outro, a impulsividade do sujeito ou sua condição de dependência (espécie de toxicomania) o leva a comprar impulsiva ou compulsivamente. (Ibid, p. 1183).(aspas e entre parênteses inseridos pela autora conforme texto original).

Nesse contexto agrega-se a contribuição de Citelli (2009) que aborda o ato de consumo, com destaque para o consumo de bens duráveis, como um conjunto de ações repletas, entre diversos componentes, também de aspectos de natureza psicossocial, já que, conforme destaca o autor, o ato de consumo pode resultar tanto em sensações de prazer, euforia transitória e recompensa, como também sentimentos de ruína e depressão, e que de alguma forma, mais ou menos intensa, contribuem para os processos de inclusão ou exclusão social, respectivamente.

A partir das opiniões acima elencadas adota-se na presente pesquisa de dissertação como definição e características do “consumo” todo e qualquer ato desenvolvido pelo ser humano no suprimento de suas necessidades econômicas, sejam através da aquisição de bens não duráveis como no caso na alimentação, como também na aquisição de bens duráveis, sendo tal ato dotado de simbologias e significados diversos, expressando gostos, hábitos e comportamentos diversificados motivados pela necessidade do indivíduo na busca de exercício de cidadania para sua afiliação e ascensão social, ato esse que pode ocorrer na forma de mediações racionais ou de forma irrefletida, irracional ou impulsiva, que lhe pode induzir às situações de vulnerabilidade social.

---

13 Vide Costa (2002, p.89).

Estabelecendo-se elo de ligação entre a caracterização de consumo e as respectivas despesas necessárias para que o ato de consumo seja efetivado, indispensável realizar-se uma devida classificação das despesas de consumo necessárias ao suprimento das necessidades econômicas das famílias brasileiras, abordadas na presente pesquisa de dissertação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011) classificam-se como despesas de consumo<sup>14</sup> das famílias brasileiras as seguintes despesas:

- alimentação;
- habitação, englobando despesas com aluguel, condomínio, serviços diversos vinculados à habitação tais como energia elétrica, telefonia fixa e móvel, pacote de telefone, TV e internet, gás, água e esgoto, manutenção do lar, artigos de limpeza, mobiliários e artigos do lar, e eletrodomésticos, entre outros;
- vestuário, englobando roupas, calçados, jóias e tecidos em geral;
- transporte, englobando deslocamento urbano, combustível, aquisição e manutenção de veículos, viagens, entre outros;
- higiene e cuidados pessoais;
- saúde, englobando remédios, planos de saúde, consultas médicas e de tratamento dentário, hospitalização e exames diversos, entre outros;
- educação, englobando cursos diversos, livros e artigos escolares;
- demais despesas: recreação e cultura; serviços pessoais incluindo cabeleireiro e manicures; recreação; impostos pagos, tais como: imposto sobre propriedade de imóveis, imposto de renda, imposto sobre serviços, imposto sobre propriedade de veículos e emplacamento de veículo; contribuições trabalhistas tais como previdência pública e conselho ou associação de classe na qual está incluído o imposto sindical; serviços bancários tais como tarifas e taxas; pensões, mesadas, doações e previdência privada.

---

14 Vide Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, referente Tabela 1.1.1, disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

## 7. O cenário brasileiro do crédito, consumo e endividamento

Para fazer frente às despesas de consumo anteriormente caracterizadas e classificadas, as famílias brasileiras estão se utilizando do mercado de crédito, mesmo que de forma complementar, conforme demonstrado quantitativamente na sequência, confirmando as afirmações e análise de Iamamoto (2009), Costa (2006), Bauman (2008 e 2010) e Sciré (2009).

Inicialmente oportuno relatar-se a posição e importância do mercado de crédito na economia brasileira, representando 51,0% do Produto Interno Bruto - PIB em agosto de 2012, conforme o Banco Central do Brasil (2012), segundo o qual o saldo das operações de crédito no Brasil evoluiu de **R\$ 1.209 bilhões** em dezembro de 2008 para **R\$ 2.212 bilhões** em agosto de 2012<sup>15</sup>, representando uma expansão de 82,96% no período. A Tabela 1 na sequência permite visualizar essa evolução do volume de operações de crédito e da representação desse mercado no PIB brasileiro.

**Tabela 1 – Evolução da participação do mercado de crédito no PIB brasileiro e do saldo de operações de crédito do sistema financeiro brasileiro no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012.**

mês/ano	número da ata da reunião do COPOM	data da reunião do COPOM	item da ata do COPOM	relação mercado de crédito por PIB	volume de operações de crédito no Brasil em R\$ bilhões	evolução percentual em relação a dez/2008
dez/2008	140 <sup>a</sup>	20 e 21/01/2009	54	40,3%	1.209	
dez/2009	148 <sup>a</sup>	26 e 27/01/2010	53	45,0%	1.410	16,63%
nov/2010	156 <sup>a</sup>	18 e 19/01/2011	54	46,3%	1.678	38,79%
nov/2011	164 <sup>a</sup>	17 e 18/01/2012	65	48,2%	1.984	64,10%
ago/2012	170 <sup>a</sup>	9 e 10/10/2012	67	<b>51,0%</b>	<b>2.212</b>	<b>82,96%</b>

Fonte: elaborada a partir de Banco Central do Brasil (2012), link Sistemas de Metas para Inflação: Atas do COPOM, disponível em: <www.bcb.gov.br>.

Conveniente informar que o significativo percentual de participação do mercado de crédito no PIB não se deve exclusivamente às operações de empréstimos contratadas para satisfação, total ou complementar, do consumo das famílias brasileiras. Na verdade, no referido percentual de 51,0% estão também incluídas as operações tomadas pelos entes públicos, pelas empresas industriais para investimento em capital fixo e pelos produtores rurais no custeio de seus negócios.

A tabela 2 a seguir, elaborada a partir de informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (2012)<sup>16</sup>, considerando-se a classificação de despesas de consumo do

15 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente item 67 da ata da 170ª reunião do Comitê de Política Monetária – COPOM – realizada em 9 e 10/10/2012, e item 54 da ata da 140ª reunião realizada em 20 e 21/1/2009.

16 Vide Banco Central do Brasil (2012), link Economia e finanças/Séries temporais/Tabelas especiais/Empréstimos do SFN, referente a série histórica de empréstimos do Sistema Financeiro Nacional.

IBGE (2011) anteriormente apresentada, permite identificar que as operações de crédito destinadas ao consumo, contratadas em agosto de 2012, representam 68,5% do total de operações de crédito contratadas no sistema financeiro nacional.

**Tabela 2 – Saldo de operações de crédito do sistema financeiro brasileiro em agosto de 2012 por atividade econômica e saldo de operações de crédito destinadas ao consumo conforme classificação do IBGE (2011).**

Período	Setor público	Setor privado							Total geral
		Indústria	Habitação [1]*	Rural [2]**	Comércio [3]	Pessoas físicas [4]***	Outros serviços [5]	Total do setor privado	
<b>Agosto de 2012</b>	105 676	439 008	250 054	151 783	213 805	679 796	372 312	2 106 758	2 212 433
% do total	4,8%	19,8%	11,3%	6,9%	9,7%	30,7%	16,8%	95,2%	100%
Operações de crédito destinadas ao consumo [6]****			250 054		213 805	679 796	372 312		1 515 967
% de operações destinadas ao consumo									<b>68,5%</b>

Fonte: elaborada a partir da série histórica de empréstimos do Sistema Financeiro Nacional, disponível em [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), link Economia e finanças/Séries temporais/Tabelas especiais/Empréstimos do SFN, tabela número 20.

[1]\* Refere-se às operações realizadas com pessoas físicas e cooperativas habitacionais. As operações destinadas a empreendimentos imobiliários são classificadas no segmento indústria;

[2]\*\* Refere-se às operações contratadas com produtores rurais e demais pessoas físicas e jurídicas em conformidade com as normas específicas do crédito rural;

[4]\*\*\* Exclui as operações realizadas com os setores rural e habitacional;

[6]\*\*\*\* Refere-se à soma dos valores registrados em [1], [3], [4] e [5].

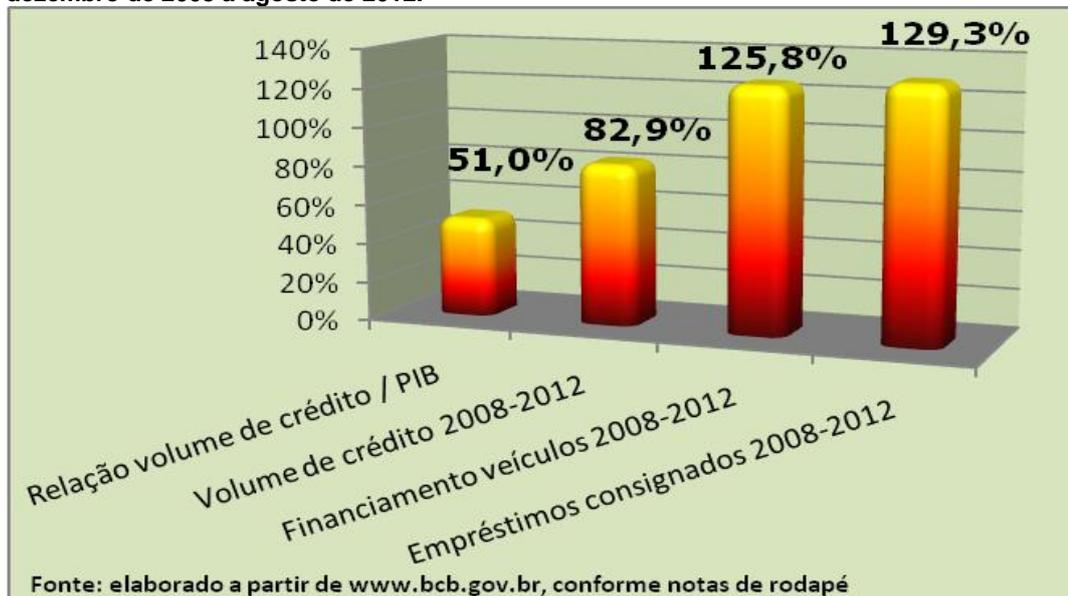
Dessa forma, é possível deduzir-se que dos 51,0% de participação do mercado de crédito no PIB, as operações de crédito contratadas com finalidade de consumo representam aproximadamente 34,9% do PIB, resultado da aplicação dos 68,5% sobre os 51,0%.

Complementando-se tais informações, o crédito destinado a pessoas físicas, como integrante desse mercado de crédito, também vem demonstrando forte expansão, como o caso dos financiamentos para aquisição de veículos que registraram em agosto de 2012 um volume de **R\$ 186,1 bilhões** contra **R\$ 82,4 bilhões** em dezembro de 2008<sup>17</sup>, crescimento de 125,8% no período, e de empréstimos consignados em folha de pagamento dos trabalhadores e aposentados brasileiros com volume de **R\$ 180,9 bilhões** em agosto de 2012 contra **R\$ 78,9 bilhões** em dezembro de 2008<sup>18</sup>, incremento de 129,3% no período, conforme o Banco Central do Brasil (ibid). O gráfico 1 abaixo ilustra a participação do mercado de crédito no Produto Interno Bruto (PIB) e a evolução desse volume no período de 2008 a 2011.

17 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente séries número 3976 e 12441 do Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

18 Ibid, mesmas séries.

**Gráfico 1: Participação percentual do volume do mercado de crédito no Brasil em relação ao PIB, em agosto de 2012, e evolução percentual do volume de crédito no Brasil no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012.**



Cabe realçar, conforme destacado em Freitas e Prates (2009), que essa expressiva expansão do crédito consignado tem sido utilizada pelos brasileiros como complementação de sua renda na satisfação de suas necessidades econômicas, potencializando, além do consumo, oportunidades de alongamentos de dívidas mais antigas e mais caras devido ao fato de que tais empréstimos possuem historicamente custos e encargos mais baixos do que outras operações de crédito destinadas às pessoas físicas, tais como o Crédito Direto ao Consumidor – CDC, cheque especial ou cartão de crédito. Para as autoras,

Do ponto de vista das instituições bancárias, a modalidade do crédito consignado em folha apresenta a vantagem do pagamento pontual e com garantia do serviço da dívida. Em contrapartida, o tomador obtém crédito a taxas de juros muito mais baixas do que as regularmente praticadas no segmento de crédito ao consumo. No Brasil, embora altas, as taxas de juros do consignado são muito mais baixas do que as vigentes em outras modalidades de crédito às pessoas físicas. O custo menor dessa modalidade de crédito permitiu às famílias ampliarem o consumo, bem como trocarem dívidas, utilizando os recursos para quitar financiamentos de custo mais elevado (como cartão de crédito e cheque especial). (Ibid, p. 223). (Entre parênteses colocados pelas autoras conforme texto original).

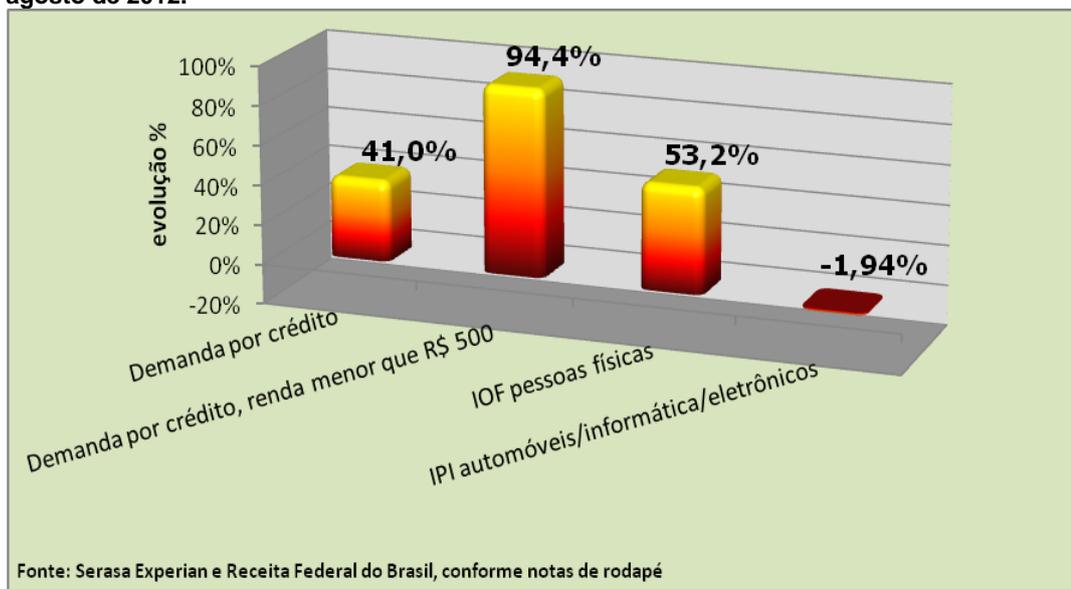
Também o Serasa Experian (2012), através do indicador de demanda do consumidor por crédito, vem salientando a expansão da contratação de empréstimos por parte da família brasileira. Tal indicador evoluiu de 95,3 pontos em dezembro de 2008 para 134,4 pontos em agosto de 2012, verificando um incremento de 41,0%. Tal indicador é calculado para diversas faixas de renda pessoal mensal, sendo oportuno destacar a evolução para a faixa de renda de até **R\$ 500,00**, que passou de 95,1 pontos para 184,9 pontos, aumento de

94,4%<sup>19</sup>.

Acompanhando e comprovando a expansão do crédito nos últimos anos, verifica-se também incremento na arrecadação de impostos pelo Governo Federal vinculados às operações de empréstimos realizadas por pessoas físicas. Conforme a Receita Federal do Brasil (2012), o imposto de operações financeiras – IOF, arrecadado junto a pessoas físicas, acumulou entre janeiro e agosto de 2008 um volume de **R\$ 4,7 bilhões**<sup>20</sup>, enquanto que no mesmo período de 2012 acumulou um volume de **R\$ 7,2 bilhões**<sup>21</sup>, representando um incremento de 53,2%.

Oportuno destacar que numa evolução inversa da demonstração de expansão de consumo dos brasileiros, a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – sobre automóveis, equipamentos de informática e eletrônicos, entre outros, acumulou um volume de **R\$ 15,4 bilhões** entre janeiro e agosto de 2008<sup>22</sup> e **R\$ 15,1 bilhões** no mesmo período de 2012<sup>23</sup>, decréscimo de 1,94%, principalmente motivado pela redução das alíquotas ocorridas desde 2010 promovidas pelo Governo Federal nos produtos denominados da “linha branca” e nos automóveis populares. O gráfico 2 abaixo ilustra tais evoluções destacadas pelo Serasa Experian, no parágrafo anterior, e também pela Receita Federal do Brasil.

**Gráfico 2: Evolução percentual da demanda por crédito no Brasil, conforme Serasa Experian, e da arrecadação de impostos vinculados às operações de empréstimos realizadas por pessoas físicas, conforme a Receita Federal do Brasil, no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012.**



19 Vide Serasa Experian (2012), referente indicador Serasa Experian Demanda do Consumidor por crédito, disponível em: [http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/demanda\\_pf\\_credito.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/demanda_pf_credito.htm)

20 Vide Receita Federal do Brasil (2011), em análise da arrecadação das receitas federais de agosto de 2008, página 13, disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/default.htm>.

21 Ibid, em análise da arrecadação das receitas federais de agosto de 2012, página 10.

Agregando nessa discussão sobre o tema consumo também os temas mercado de trabalho e melhoria da renda, a Confederação Nacional da Indústria (2012), através do Índice Nacional de Expectativa do Consumidor de setembro de 2012, demonstrou que 31% dos brasileiros pretendiam adquirir bens de maior valor e que 37% dos brasileiros tiveram expectativa de melhoria de situação financeira<sup>24</sup>. Tal perspectiva também foi identificada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2012), através da pesquisa nacional de Intenção de Consumo das Famílias – ICF, que apontou em setembro de 2012 que 38,8% das pessoas pretendiam consumir mais do que na atualidade, 50,1% sentiam-se mais seguras em relação ao mercado de trabalho e 60,4% possuíam perspectivas profissionais positivas<sup>25</sup>.

A expansão de crédito pelas famílias brasileiras de mais baixa renda, com destinação específica à aquisição de moradia própria, um dos bens duráveis que integram as despesas de consumo conforme classificação do IBGE (2011), igualmente pode ser comprovada através da análise dos Relatórios de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008-2011 do Ministério das Cidades (2013), exercícios 2012 e 2009. Com o Programa de Aceleração e Crescimento – PAC do Governo Federal, implantado em 2007 e suas reedições posteriores, houve investimentos significativos na infraestrutura urbana e estímulos ao desenvolvimento do ramo da construção civil no país. Na sequência e complementando o PAC, foi implantado pelo Governo Federal em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, com objetivos específicos de minimizar os efeitos da crise mundial de 2008, por intermédio de incentivos à construção civil, e reduzir o déficit habitacional no país através de estímulos e subsídios financeiros para aquisição ou construção de casa própria. Na reedição do programa em 2011, o referido Ministério declara que,

... está previsto investimento de R\$ 125,7 bilhões que tem como meta a contratação de 2 milhões de unidades habitacionais até dezembro de 2014, sendo que 1,2 milhão serão para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. (Ibid, p. 7 do relatório do exercício de 2012).

Segundo os relatórios do citado Ministério, os financiamentos às pessoas físicas com renda até 5 (cinco) Salários Mínimos Nacionais, destinados à construção, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado no ano de 2011 totalizou mais de **R\$ 16.644 milhões**<sup>26</sup> beneficiando mais de 272 mil<sup>27</sup> famílias nessa classe de renda, contra um total no ano de

---

22 Ibid, em análise da arrecadação das receitas federais de agosto de 2008, página 25.

23 Ibid, em análise da arrecadação das receitas federais de agosto de 2012, página 32.

24 Vide Confederação Nacional da Indústria (2012), referente Índice Nacional de Expectativa do Consumidor, ano 14, número 9, setembro de 2012, página 3.

25 Vide Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços, e Turismo (2012), referente pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias de setembro de 2012, disponível em: <http://www.cnc.org.br>.

26 Vide Ministério das Cidades (2013), no Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008-2011, exercício 2012, página 24 do relatório.

27 Ibid.

2008 de mais de **R\$ 4.168 milhões**<sup>28</sup>, ou seja, uma expansão de 299,3% no período nos financiamentos para habitações de interesse social. A previsão do Ministério é de que até o final do ano de 2014 um total de 3,4 milhões de moradias serão concluídas pelo “PMCMV” considerando-se o programa desde a sua fase inicial.

Essa expansão de consumo e produção de bens duráveis pelas famílias brasileiras tem sido também identificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012) em algumas de suas pesquisas. Destaque para a Pesquisa Industrial Mensal, que apontou que o índice de produção física de máquinas e equipamentos, aqui enquadradas as máquinas e equipamentos entendidas pela pesquisa como bens de consumo duráveis e não como de bens de capital, evoluiu de 117,08 pontos em dezembro de 2008 para 183,03 pontos em agosto de 2012, incremento de 56,3%, de material eletrônico e aparelhos, que evoluiu de 71,99 pontos a 160,68 pontos no mesmo período, incremento de 123,2%, e também de veículos automotores, que evoluiu de 61,61 pontos a 214,83 pontos em idêntico período, incremento de 248,7%<sup>29</sup>.

Outro elemento a ser considerado nesse contexto é o consumo de bens oriundos de procedimentos de importação, motivado pelas sucessivas valorizações cambiais da moeda brasileira em relação à moeda americana, padrão mundial nas relações comerciais internacionais, considerando-se, por exemplo, que a cotação do dólar comercial em 31/12/2008 de **R\$ 2,3370** passou para **R\$ 1,8758**<sup>30</sup> em 31/12/2011, conforme dados do Banco Central do Brasil (2012). Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2012), as importações anuais desses bens de consumo, que compreendem importação de automóveis, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, cosméticos e alimentos, entre outros, evoluiu de **22.525 bilhões de dólares** em 2008 para **40.084 bilhões de dólares** em 2011<sup>31</sup>, representando um incremento percentual de 78,0%. Esse índice inferior aos registrados na Pesquisa Industrial Mensal do IBGE reflete por um lado os diversos incentivos fiscais de estímulo à indústria nacional, com a redução da alíquota do IPI, por exemplo, procedidos pelo Governo Brasileiro nos últimos anos, como também os diversos processos de nacionalização de alguns bens importados como eletrônicos e automóveis.

O gráfico 3 apresentado abaixo permite ilustrar tais indicadores de produção industrial brasileira e de importação de bens de consumo anteriormente relacionados.

---

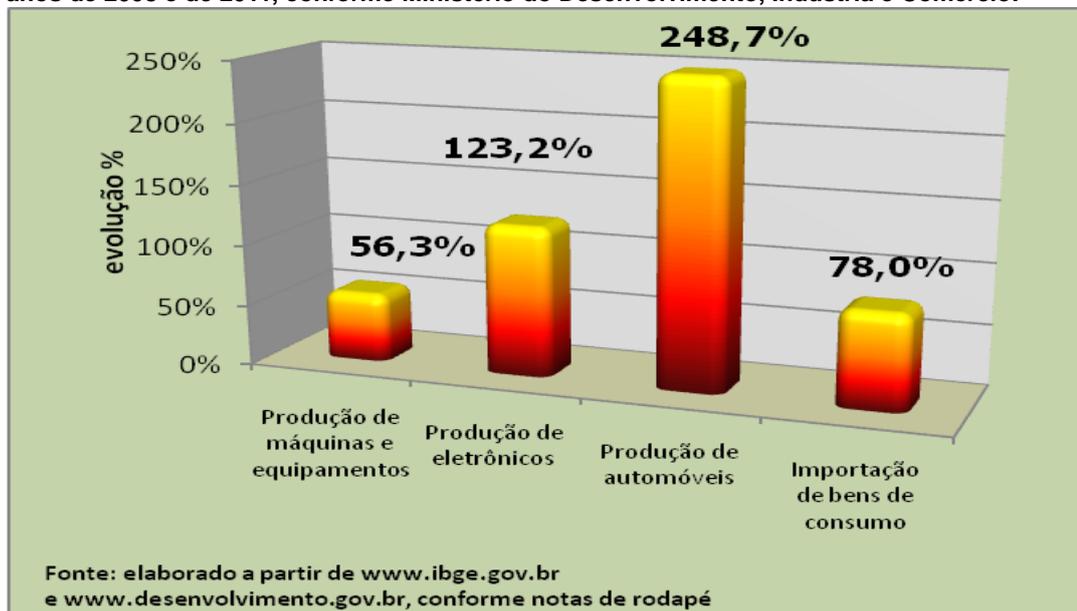
28 Vide Ministério das Cidades (2013), no Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008-2011, exercício 2008, página 56 do relatório.

29 Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), link indicadores, Pesquisa Industrial Mensal Produção Física, índices especiais de categoria de uso por atividade, índice de base fixa mensal, bens de consumo duráveis por atividade.

30 Vide Banco Central do Brasil (2012), aba Câmbio e Capitais Internacionais, link taxas de câmbio.

31 Vide Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2012), aba Comércio Exterior, link Balança Comercial Brasileira, Dados Consolidados.

**Gráfico 3: Evolução percentual de alguns itens da produção industrial brasileira de bens de consumo duráveis, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012, e da importação de bens de consumo entre anos de 2008 e de 2011, conforme Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.**



Há ainda as duas últimas pesquisas do IBGE denominadas de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizadas em 2009 e 2011 respectivamente. Na PNAD 2009<sup>32</sup>, a síntese de indicadores destaca,

A parcela de domicílios que possuía fogão correspondia a 98,4% dos domicílios, em 2009. Ocorreram avanços significativos de 2008 para 2009, na proporção de domicílios com bens duráveis como: máquina de lavar roupa (de 41,5% para 44,3%), geladeira (de 92,1% para 93,4%) e televisão (de 95,1% para 95,7%), em continuidade a elevações observadas desde 2004.

A pesquisa passou a investigar, a partir de 2008, a existência de automóvel ou motocicleta para uso pessoal nos domicílios. A proporção de domicílios que possuíam automóveis foi de 37,5% e dos que possuíam motocicletas foi de 16,2%. Na comparação com 2008, ambos tiveram elevação das proporções de unidades com automóvel e com moto, em 1,1 e 1,5 ponto percentual, respectivamente.

Desde 2008, a pesquisa passou a investigar também a existência de aparelho de DVD e, de 2008 para 2009, a proporção de domicílios que possuíam DVD cresceu 2,6 pontos percentuais, atingindo 72,0% dos domicílios investigados em 2009.

No Brasil, dos 58,6 milhões de domicílios investigados em 2009, quase 35,0% deles tinham microcomputador (20,3 milhões), sendo 16,0 milhões com acesso à Internet (27,4%). (Ibid, conforme nota de rodapé). (entre parênteses conforme apresentado no texto original).

Comparando-se as duas PNADs verifica-se sensível evolução nos índices acima elencados comprovando-se expansão no consumo dos bens duráveis citados. Na PNAD de 2011 os índices foram:

<sup>32</sup> Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), referente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, Síntese dos Indicadores 2009, página 78 da publicação completa.

- 98,5% dos domicílios com fogão;
- 51,1% dos domicílios com máquina de lavar roupa;
- 95,6% dos domicílios com geladeira;
- 96,9% dos domicílios com televisão;
- 40,9% dos domicílios com automóvel;
- 19,1% dos domicílios com motocicleta;
- 75,5% dos domicílios com DVD; e
- 42,9% dos domicílios com microcomputador, sendo 36,6% com acesso à internet<sup>33</sup>.

As pesquisas destacam também crescimento no percentual de pessoas que utilizaram a internet e no percentual de pessoas com posse de telefone celular: na PNAD de 2009 tais índices foram de 41,7% e 57,7%<sup>34</sup> respectivamente, enquanto que na PNAD de 2011 foram de 46,5% e 69,1%<sup>35</sup> respectivamente.

Enfatizam ainda as pesquisas PNAD 2009 e 2011 que o acesso maior das famílias a bens duráveis diversos e equipamentos é um reflexo do aumento do rendimento total dos domicílios. As pesquisas registram que o rendimento médio mensal das moradias que era de **R\$ 2.055,00**<sup>36</sup> no ano de 2008 passou para **R\$ 2.419,00** em 2011<sup>37</sup>, representando uma evolução nominal na renda mensal de 17,7%.

No mesmo sentido, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2012) destacou a evolução da remuneração média mensal dos trabalhadores brasileiros de **R\$ 1.556,15** em 2008 para **R\$ 1.902,13** em 2011<sup>38</sup>, o que representou um incremento nominal de 22,2% no período, e também do estoque de empregos formais celetistas, que passaram 32,10 milhões de empregos em dezembro de 2008 para 37,89 milhões de empregos em dezembro de

---

33 Todos os índices foram obtidos a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011, Síntese dos Indicadores 2011, comparando-se o gráfico número 32 presente à página 75 da publicação completa com o gráfico número 36 presente à página 79 da mesma publicação.

34 Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), referente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, Síntese dos Indicadores 2009, gráficos 31 e 33 da publicação completa.

35 Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), referente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011, Síntese dos Indicadores 2011, gráficos 38 e 40 da publicação completa.

36 Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), referente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, Síntese dos Indicadores 2009, na Tabela 6 na página 74 da publicação completa.

37 Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), referente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011, Síntese dos Indicadores 2011, página 73 da publicação completa.

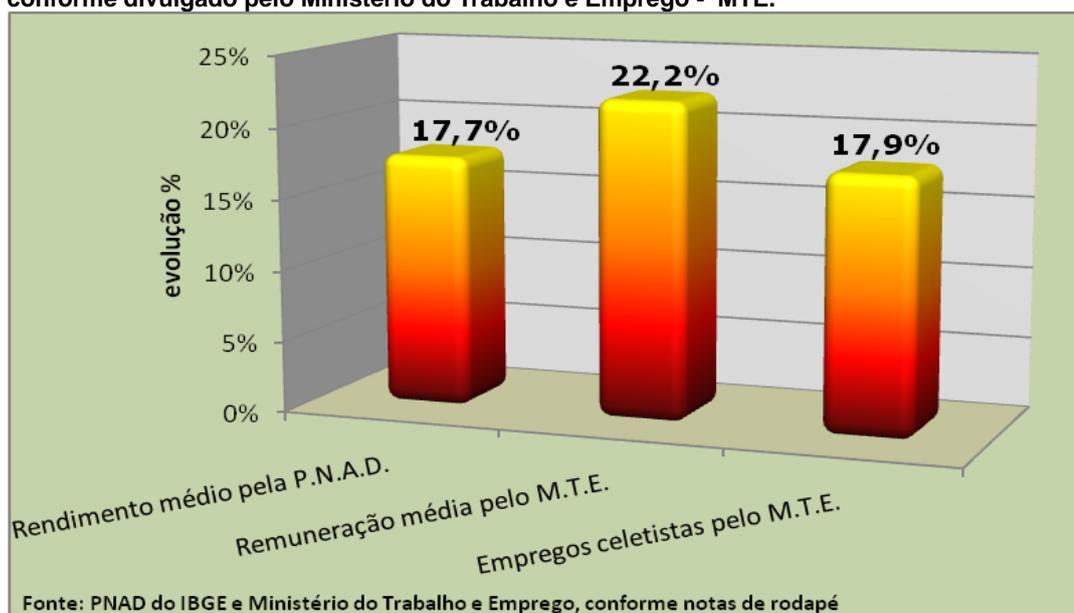
38 Vide Ministério do Trabalho e Emprego (2012), link Dados e Estatísticas da RAIS, referente Tabela 7 da RAIS de 2009 e 2011, disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/>.

2011<sup>39</sup>, variação nominal de 17,9%.

A nítida diferença entre o índice de 17,7% na remuneração média apontado pelas PNADs do IBGE e o índice de 22,2% apontado pelo MTE é devido ao fato que no cálculo da média efetuado pelo IBGE são considerados os integrantes das moradias e domicílios brasileiros que não possuem qualquer tipo de rendimento ou remuneração, enquanto que no cálculo da média efetuado pelo MTE são considerados exclusivamente os trabalhadores brasileiros que possuíam efetiva remuneração.

O gráfico 4 apresentado na sequência visa ilustrar a evolução de tais indicadores de renda média mensal, tanto os informados na PNAD do IBGE, como os do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Gráfico 4: Evolução percentual do rendimento médio mensal das moradias avaliadas na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD- de 2009 realizada pelo IBGE, e evolução da remuneração média mensal dos trabalhadores brasileiros no período 2008 a 2010 conforme divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.**



Há de se destacar, porém, que tanto as PNADs de 2009 e 2011 do IBGE como as informações apresentadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, anteriormente detalhadas, não consideraram os efeitos inflacionários e o aumento da população brasileira no período investigado, apresentando os índices que refletem expansão de consumo, melhoria de renda e de nível de emprego numa forma puramente nominal. Entende-se então oportuno ajustar tais informações considerando-se tais aspectos visando uma melhor análise.

39 Vide Ministério do Trabalho e Emprego (2012), link Dados e Estatísticas do CAGED, referente Tabela 11, disponível em: [http://portal.mte.gov.br/caged\\_mensal/principal.htm](http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm)

Para isso, a partir das mesmas PNADs de 2009 e 2011, verifica-se que a população brasileira evoluiu de 189.953 mil pessoas em 2008 para 195.243 mil pessoas em 2011<sup>40</sup>, representando um incremento de 2,8%. Nas mesmas pesquisas, considerando-se somente as pessoas com 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas e não economicamente ativas, a evolução foi de 160.561 mil pessoas em 2008 para 166.987 mil pessoas em 2011<sup>41</sup>, o que significou um incremento de 4,0%. Dessa forma, considerando-se esse último índice de 4,0%, oportuno efetuarem-se ajustes na expansão de consumo verificado entre a PNAD de 2009 e a PNAD de 2011 conforme detalhado na tabela 3 a seguir.

**Tabela 3 – Evolução nominal e evolução real do consumo de bens duráveis pelos domicílios brasileiros segundo as PNADs de 2009 e 2011, considerando-se a evolução da população economicamente ativa e não ativa com idade de 10 ou mais anos.**

Posse de bens duráveis segundo PNADs, em % dos domicílios pesquisados	PNAD 2009	PNAD 2011	evolução % nominal *	evolução % da população	evolução % real *
Fogão	98,4%	98,5%	0,05%	4%	-3,80%
máquina de lavar roupa	44,3%	51,1%	4,71%	4%	<b>0,69%</b>
Geladeira	93,4%	95,6%	1,14%	4%	-2,75%
Televisão	95,7%	96,9%	0,61%	4%	-3,26%
Automóvel	37,5%	40,9%	2,47%	4%	-1,47%
Motocicleta	16,2%	19,1%	2,50%	4%	-1,45%
DVD	72,0%	75,5%	2,03%	4%	-1,89%
Microcomputador	35,0%	42,9%	5,85%	4%	<b>1,78%</b>
microcomputador com acesso à internet	27,4%	36,6%	7,22%	4%	<b>3,10%</b>
pessoas que utilizaram a internet	41,7%	46,5%	3,39%	4%	-0,59%
telefone celular	57,7%	69,1%	7,23%	4%	<b>3,10%</b>

Fonte: elaborada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2009 e de 2011, disponíveis em <www.ibge.gov.br>.

\* referente à variação geométrica entre as PNADs de 2009 e 2011.

A partir da tabela 3, ajustando-se a evolução nominal da posse de bens duráveis investigados nas PNADs de 2009 e 2011 pelo o aumento da população economicamente ativa ou não com 10 anos ou mais de idade no período de 2008 a 2011, percebe-se que somente os bens duráveis: máquina de lavar roupa; microcomputador; microcomputador com acesso à internet; e telefone celular, demonstraram real expansão de consumo no referido período. Induz-se então que a expansão de consumo dos demais bens duráveis foi motivado principalmente pela expansão da população no período. Oportuno destacar, nesse contexto, que em Sciré (2009) fica evidente que os impulsos consumistas das famílias pesquisadas são direcionados às “novidades tecnológicas como celulares e televisores tela plana” (Ibid, p.132), confirmando, mesmo que parcialmente, os resultados apresentados e detalhados na tabela 3.

40 Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), referente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011, Tabelas de resultados – indicadores de 2008 e 2009 e indicadores de 2009 e 2011, na tabela 1.1.

41 Ibid, na tabela 4.1.1.

Procedendo-se da mesma forma com o aumento nominal de 17,9% de estoque de empregos formais celetistas entre dezembro de 2008 e dezembro de 2011, ajustando-se com a evolução de 4,0% de pessoas economicamente ativas ou não com 10 anos ou mais de idade no mesmo período, a evolução real foi de 13,3%, resultado da diferença geométrica entre 17,9% e 4,0%.

Ainda, considerando-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), adotado pelo Governo Brasileiro como índice oficial de inflação, foi de 17,66% no período de 2008 a 2011<sup>42</sup>, a evolução nominal na renda mensal dos domicílios de 17,7% destacada pelo IBGE entre as pesquisas PNAD 2009 e PNAD 2011, fica ajustada para uma evolução real de 0,03%, resultado da diferença geométrica entre 17,7% e 17,66%. Da mesma forma, a evolução nominal da remuneração média mensal dos trabalhadores brasileiros de 22,2% no mesmo período de 2008 a 2011, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, fica ajustada para uma evolução real de 3,86%, resultado da diferença geométrica entre 22,2% e 17,66%.

Com isso é possível deduzir-se que a expansão de consumo de alguns bens duráveis pesquisados nas PNADs foram originados em parte pelo incremento real de 13,3% de empregos formais, e também pelo aumento real, 0,03% conforme PNADs ou 3,86% conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, na remuneração média mensal dos trabalhadores brasileiros.

Muito embora não seja objeto da presente pesquisa de dissertação, mas com objetivo de qualificar a construção de conhecimento aqui proposto, é conveniente destacar também a expansão de consumo de outros elementos não classificados como bens duráveis e igualmente incrementada pelo mercado de crédito. É caso da expansão da contratação de financiamentos estudantis através do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, conforme estudos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE (2012), divulgado recentemente no editorial do jornal Diário Popular (2012), na reportagem intitulada “Financiamento estudantil em alta”. Relata a reportagem que no acumulado do ano de 2012 até o mês de setembro foram contratados 331 mil financiamentos contra 153 mil<sup>43</sup> em todo o ano de 2011, incremento de 115,2% em menos de um ano. Informa ainda a reportagem que, com a redução da taxa de juros e alongamento do prazo dos financiamentos, mais alunos tiveram a oportunidade de entrar nas universidades do país, com o perfil econômico de pertencentes à classe C da população, conforme destaca a notícia a partir de estudos

---

42 Vide Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), link Indicadores, Índices, preços e custos, IPCA-INPC.

43 Vide Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2012), link Sala da Imprensa, disponível em <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/noticias-2012>>, e jornal Diário Popular (2012), ano 123, número 73, no editorial na página 4.

divulgados pelo Caixa Econômica Federal (Ibid, p. 4),

O perfil do universitário que busca o Fies é, principalmente, do jovem representante da nova classe média brasileira. O dado confirma as dezenas de pesquisas sobre o comportamento da classe C no país. Conforme levantamento do Programa Universidade para Todos (Prouni), a população que cresceu com a estabilidade financeira no Brasil tem a educação como prioridade e investe 40% a mais nesta área se comparadas com outras parcelas da sociedade.

O estudo ainda afirma que 55% das vagas nas universidades privadas são ocupadas por pessoas oriundas desta classe. Ávidos pelo crescimento profissional, esses estudantes ingressam no ensino privado motivados por mensalidades reduzidas e financiamentos estudantis, afirma a pesquisa. A expectativa é que até 2015 esse número duplique e os alunos com esse perfil sejam a maioria dos universitários no país.

Mais uma vez percebe-se, nesse contexto, oportuno estabelecer um relativo vínculo de investimentos em educação, seja através de financiamentos estudantis conforme acima destacado ou outra forma de apoio financeiro, com o ato de consumo de bens duráveis, pois se entende que é provável que tais estudantes ou seus responsáveis financeiros demonstram uma tendência em adquirir equipamentos ou acessórios para fins educacionais como, por exemplo, um microcomputador com acesso à internet ou um telefone celular com tecnologia mais atualizada, não se descartando a possibilidade de aquisição ainda de um automóvel ou motocicleta para transporte desses estudantes no trajeto de sua moradia permanente ao local de trabalho ou ao local de estudo.

Essa expansão de consumo de outros bens e serviços, não exclusivamente bens duráveis, se confirma a partir da análise de um conjunto de características da nova classe C divulgadas em 08/08/2011 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE (2011)<sup>44</sup> em seu site. Segundo expressa a referida entidade, na última década, principalmente entre 2004 e 2010, ocorreram mudanças no perfil socioeconômico do país, com considerável mobilidade social, onde 32 milhões de pessoas ascenderam à categoria de classes médias A, B e C, e 19,3 milhões saíram da pobreza, resultando em expressivo fortalecimento da classe C, a qual era composta, à época da análise da SAE, por famílias que tinham uma renda mensal domiciliar total, somadas todas as fontes de renda, entre **R\$ 1.064,00** e **R\$ 4.561,00**, (Ibid).

Para a Secretaria, essa nova classe C, que em 1992 representava 34,96% da população, atingiu um montante de 94,9 milhões de brasileiros em 2009, correspondendo a 50,50% da população, (Ibidem).

A partir dessa nova configuração, a mesma entidade realça que a classe C tornou-se

---

44 Vide Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011), referente a “45 Curiosidades sobre a Nova Classe Média”, disponível em [http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page\\_id=45](http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page_id=45).

dominante do ponto de vista econômico em 2009, já que foi responsável por 46,24% do poder de compra, e se consideradas as três classes de renda mais baixas em conjunto, ou seja, as classes E, D e C juntas, o poder de compra e de consumo no mesmo ano atingiu um índice de 55,9% do total. Afirma a entidade que essa nova classe C consumidora acabou gerando R\$ 881 bilhões de gastos com consumo, a maior parcela do total de R\$ 2,2 trilhões do País. Só em despesas com educação, como pagamentos de escolas, materiais escolares e livros, o consumo foi de R\$ 15,7 bilhões, contra R\$ 1,8 bilhão em 2002, (Ibidem). Destaca ainda a entidade que,

Até poucos anos atrás, depois de quitadas as contas do mês, essas pessoas não tinham um centavo sobrando para consumir mais do que os itens da cesta básica. Hoje, colecionam sapatos, têm acesso à tecnologia e frequentam faculdades. Tudo isso graças a mudanças profundas na economia brasileira que elevaram a renda dos brasileiros. Nos últimos sete anos, essa camada da população teve um aumento superior a 40% em sua renda familiar, que hoje vai de R\$ 1,1 mil a R\$ 4,5 mil. Esse aumento já injetou na economia mais R\$ 100 bilhões desde 2002.

De acordo com dados do instituto de pesquisa Data Popular, a classe C é responsável por 78% do que é comprado em supermercados, 60% das mulheres que vão a salões de beleza, 70% dos cartões de crédito no Brasil e 80% das pessoas que acessam a internet. “A nova classe média movimentou R\$ 273 bilhões na internet por ano somente com seu salário, se considerarmos o crédito disponível à ela, esse montante dobra”. (Ibidem) (aspas conforme apresentado no texto original)

Assim, segundo a SAE, as pessoas dessa classe média são as que não tinham oportunidade de possuir conta em bancos e só consumiam o que realmente era necessário, normalmente limitada a uma cesta básica, mas “que hoje podem comprar o primeiro carro zero e constroem a sua casa própria”, (Ibidem), motivado pelo aumento de emprego e da renda.

Destaca-se novamente que nas duas citações anteriores há uma íntima percepção da probabilidade de que, com essa nova configuração de classe C e redução dos níveis de pobreza extrema, associada à melhoria de emprego e renda e a oferta de crédito de forma massificada e facilitada conforme aqui provado estatisticamente, há uma tendência forte de estímulo ao consumo por parte das famílias pertencentes às classes sociais de renda mais baixa, de bens duráveis que representam investimentos tais como aquisições de equipamentos de tecnologia mais recente como um aparelho celular, investimentos em educação e seus necessários acessórios educacionais como microcomputador com acesso à internet, além de investimentos em veículos novos ou em moradia.

Essa constatação de diminuição dos níveis de pobreza com expressa migração social entre as classes de renda de certo grupo da população brasileira ficou igualmente evidenciada na pesquisa de Sciré (2009) onde autora analisa os efeitos da financeirização

das famílias residentes em um bairro da periferia da cidade de São Paulo, integrantes dos mais baixos estratos de renda daquela região pesquisada, focando sua análise na utilização extensiva e intensiva, por parte dessas famílias, dos cartões de crédito, confirmada na análise da SAE, como principais instrumentos desse processo de financeirização, os quais se integram ao ato de consumo “atuando como agentes finalizadores das aquisições de bens de consumo” (Ibid, p. 13), sustentando e promovendo um consumo ampliado num “contexto permanente de escassez de recursos financeiros”, (Ibidem, p. 11). Salienta ainda a autora que a migração de populações da classe D para a classe C, foi “medida em grande parte pelos padrões de um consumo em expansão”, (Ibidem), o que deixa a percepção de que tais famílias, ao consumir, procuram reproduzir os gostos e hábitos de classes de renda mais altas num processo de afiliação ou ascensão social e de exercício de cidadania.

Nesse contexto de expansão de consumo, onde milhões saíram da pobreza e miséria extrema, configurando uma nova classe C altamente consumidora, usufruindo de crédito, retoma-se o tema consumo de bens duráveis, agregando-se agora a visão de comprometimento da renda familiar.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), em sua última Pesquisa de Orçamentos Familiares do período 2008-2009 - POF, resumidamente consolidada na tabela 4 apresentada na sequência, destaca que 68,4% das famílias brasileiras, representada pelas famílias com rendimento mensal total de até **R\$ 2.490,00**, equivalente a 5,3 Salários Mínimos Nacionais em 2009, possuíam despesa mensal total superior ao rendimento mensal total obtido, e que para as famílias com rendimento mensal total até **R\$ 830,00**, ou 1,8 Salários Mínimos Nacionais, as despesas mensais totais superaram o rendimento mensal total em 36,89%.

Outro ponto a destacar na POF 2008-2009 é que 81,28% das despesas mensais totais das famílias brasileiras foram destinadas ao consumo, enquanto que para as famílias com rendimento mensal total de até **R\$ 830,00**, tais despesas representam 93,86% da despesa mensal total e comprometendo 128,49% do rendimento mensal total, situação que se repete na classe de rendimentos subsequente onde há comprometimento de 100,11% do rendimento mensal total somente com despesas de consumo.

**Tabela 4 - Relação entre despesas mensais totais e rendimentos mensais totais das famílias brasileiras, segundo as classes de rendimentos, conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares POF de 2008-2009 do IBGE**

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009	Total Brasil	classes de rendimentos conforme POF						
		até R\$ 830 ou 1,8 SMs***	de R\$ 830 a R\$ 1.245 ou 2,7 SMs	de R\$ 1.245 a R\$ 2.490 ou 5,3 SMs	de R\$ 2.490 a R\$ 4.150 ou 8,9 SMs	de R\$ 4.150 a R\$ 6.225 ou 13,4 SMs	de R\$ 6.225 a R\$ 10.375 ou 22,3 SMs	mais de R\$ 10.375 ou 22,3 SMs
Despesa total*	2.626,31	744,98	1.124,99	1.810,69	3.133,00	4.778,06	7.196,08	14.098,40
Rendimento total**	2.763,47	544,21	1.034,06	1.772,54	3.175,93	5.017,69	7.875,76	17.991,42
<b>% Despesa por Rendimento</b>	<b>95,04%</b>	<b>136,89%</b>	<b>108,79%</b>	<b>102,15%</b>	<b>98,65%</b>	<b>95,22%</b>	<b>91,37%</b>	<b>78,36%</b>
Número de famílias pesquisadas**	57.816.604	12.503.385	10.069.184	16.972.311	8.890.463	4.181.485	2.994.837	2.204.938
% acumulado de famílias	100%	21,63%	39,04%	<b>68,40%</b>				
Despesa só com consumo*	2.134,77	699,24	1.035,23	1.605,79	2.638,02	3.783,68	5.626,30	9.469,57
% Despesa só com consumo	<b>81,28%</b>	<b>93,86%</b>	<b>92,02%</b>	<b>88,68%</b>	<b>84,20%</b>	<b>79,19%</b>	<b>78,19%</b>	<b>67,17%</b>
<b>% Despesa consumo por Rendimento</b>	<b>77,25%</b>	<b>128,49%</b>	<b>100,11%</b>	<b>90,59%</b>	<b>83,06%</b>	<b>75,41%</b>	<b>71,44%</b>	<b>52,63%</b>

Fonte: elaborada a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2008-2009, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

\* Tabela 1.1.1 da POF 2008-2009

\*\* Tabela 2.1.1 da POF 2008-2009

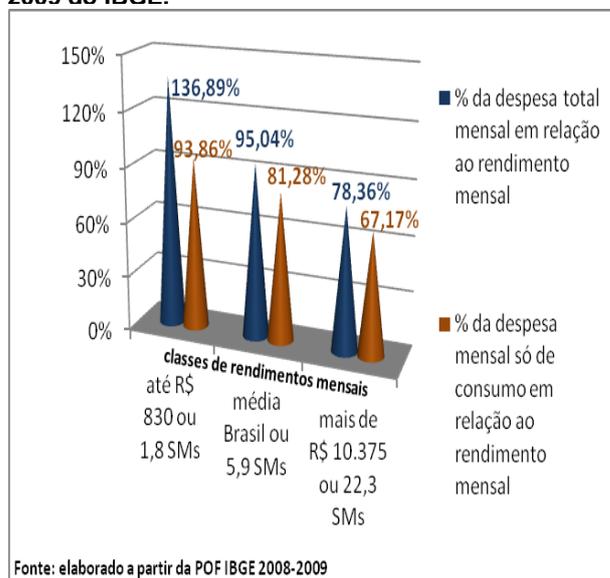
\*\*\* valor equivalente ao Salário Mínimo Nacional vigente em 2009 (R\$ 465,00)

É possível verificar também na Tabela 4 acima que para as famílias com classe mais alta de rendimentos mensais totais, superior a **R\$ 10.375,00** ou equivalente a 22,3 Salários Mínimos Nacionais, as despesas mensais totais representavam 78,36% de tais rendimentos, sendo 67,17% de tais despesas destinadas ao consumo.

Salienta-se também, através da mesma POF 2008-2009, que 75,2% das famílias brasileiras declararam possuir dificuldades para chegar ao final do mês com o rendimento monetário familiar, índice que aumenta para 88,10% nas famílias com rendimento mensal total até **R\$ 830,00**<sup>45</sup>.

45 Vide Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, referente Tabela 3.1.1, disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

**Gráfico 5: comprometimento percentual das despesas mensais totais e das despesas mensais totais só de consumo em relação ao rendimento mensal total das famílias brasileiras, conforme a Pesquisa de Orçamentos Familiares POF de 2008-2009 do IBGE.**



O gráfico 5 apresentado ao lado ilustra tal comprometimento percentual das despesas mensais totais e das despesas mensais totais só de consumo em relação ao rendimento mensal total das famílias brasileiras, considerando-se, para fins ilustrativos e comparativos, exclusivamente a classe de renda mais baixa, com renda até 1,8 Salários Mínimos Nacionais, a renda média brasileira com 5,9 Salários Mínimos Nacionais e a classe de renda mais alta, com renda superior a 22,3 Salários Mínimos Nacionais, segundo a pesquisa

POF IBGE 2008-2009.

Nesse contexto de comprometimento de renda das famílias brasileiras é oportuno um detalhamento mais analítico das despesas mensais totais, principalmente as direcionadas ao consumo conforme pesquisadas na POF 2008-2009.

Destaca-se novamente, ratificando-se a classificação já apresentada e detalhada na presente pesquisa de dissertação, que a POF 2008-2009 do IBGE considerou como despesas de consumo<sup>46</sup> das famílias brasileiras as seguintes despesas: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene saúde e cuidados pessoais, educação, entre outros, realçando ainda que diversos bens de consumo considerados como duráveis integram os componentes habitação, transporte e educação da referida classificação.

A tabela 5 apresentada a seguir permite tal detalhamento analítico das citadas despesas, oportunamente complementadas pelas despesas com impostos e empréstimos, além de apresentar o percentual de comprometimento do rendimento mensal total e a quantidade de dias do rendimento mensal total necessários para cobertura de tais despesas, considerando-se exclusivamente a classe de rendimento mensal mais baixa, a classe de rendimento mensal da média das famílias brasileiras e a classe de rendimento mensal mais alta, conforme a POF 2008-2009 do IBGE.

46 Vide Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, referente Tabela 1.1.1, disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

**Tabela 5 - Relação entre despesas e rendimentos mensais totais das famílias brasileiras, percentual de comprometimento do rendimento mensal total com despesas e quantidade de dias do rendimento mensal total necessários para cobertura das despesas mensais totais, segundo as classes de rendimentos, conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares POF de 2008-2009 do IBGE**

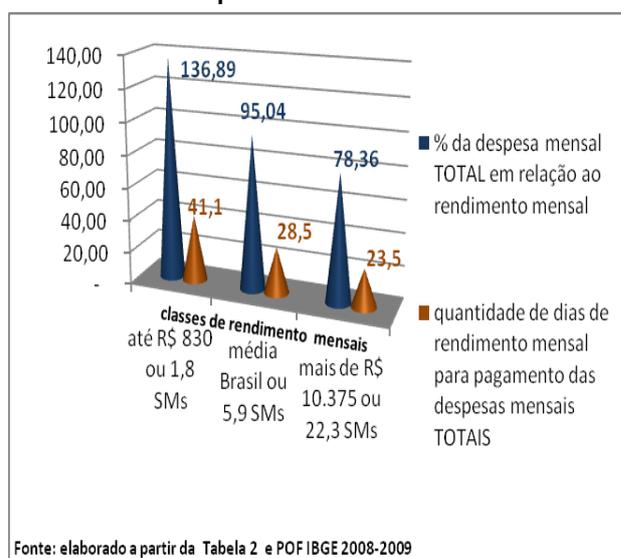
itens de despesa* e renda	Renda até R\$ 830			Média Brasil			Renda acima de R\$ 10375		
	valor	% da renda	quantidade de dias de renda	valor	% da renda	quantidade de dias de renda	Valor	% da renda	quantidade de dias de renda
Alimentação	207,15	38,06%	<b>11,4</b>	421,72	15,26%	<b>4,6</b>	1.198,14	6,66%	<b>2,0</b>
Habitação	277,46	50,98%	<b>15,3</b>	765,89	27,71%	<b>8,3</b>	3.221,08	17,90%	<b>5,4</b>
Vestuário	40,43	7,43%	<b>2,2</b>	118,22	4,28%	<b>1,3</b>	454,70	2,53%	<b>0,8</b>
Transporte	72,07	13,24%	<b>4,0</b>	419,19	15,17%	<b>4,6</b>	2.491,54	13,85%	<b>4,2</b>
Saúde	61,40	11,28%	<b>3,4</b>	204,83	7,41%	<b>2,2</b>	933,61	5,19%	<b>1,6</b>
Educação	6,83	1,26%	<b>0,4</b>	64,81	2,35%	<b>0,7</b>	409,31	2,28%	<b>0,7</b>
Demais	33,90	6,23%	<b>1,9</b>	140,10	5,07%	<b>1,5</b>	761,19	4,23%	<b>1,3</b>
impostos	22,96	4,22%	<b>1,3</b>	285,00	10,31%	<b>3,1</b>	2.804,47	15,59%	<b>4,7</b>
Empréstimos	22,78	4,19%	<b>1,3</b>	206,54	7,47%	<b>2,2</b>	1.824,36	10,14%	<b>3,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>744,98</b>	<b>136,89%</b>	<b>41,1</b>	<b>2.626,30</b>	<b>95,04%</b>	<b>28,5</b>	<b>14.098,40</b>	<b>78,36%</b>	<b>23,5</b>
Renda média	544,21	100%	<b>30,0</b>	2.763,47	100%	<b>30,0</b>	17.991,42	100%	<b>30,0</b>

Fonte: elaborada a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF 2008-2009, Tabela 1.1.1 da POF e Tabela 2.1.1 da POF, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

\* apresentação parcial dos tipos de despesas. A relação completa das despesas pode ser obtida na própria POF.

Uma observação detalhada das informações listadas na tabela 5 acima permite obterem-se importantes análises no contexto de comprometimento do rendimento mensal total das famílias brasileiras. Tais análises serão efetuadas através de uma série de gráficos devidamente comentados, todos elaborados a partir da tabela 5, conforme se apresenta na seqüência.

**Gráfico 6: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais totais e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**

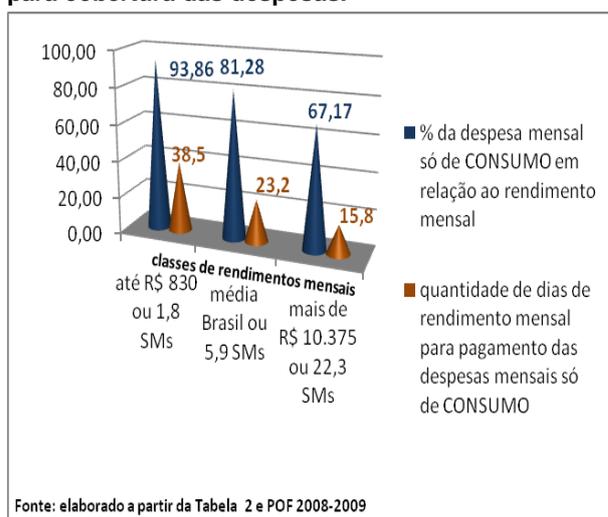


O gráfico 6 ao lado demonstra que as despesas mensais totais comprometeram 136,89% dos rendimentos mensais totais das famílias brasileiras com renda até 1,8 Salários Mínimos Nacionais, sendo necessários 41,1 dias de rendimento mensal total para cobertura das despesas, ou seja, foram necessários comprometer mais 11,1 dias de renda do mês posterior para pagar as despesas do mês corrente. Tais índices diminuem para 95,04% e 28,5 dias para a média das famílias brasileiras, aquelas com renda

média de 5,9 Salários Mínimos Nacionais, e para 78,36% e 23,5 dias para as famílias de

classe de renda mais alta, superior a 22,3 Salários Mínimos Nacionais, ou seja, nessas duas classes de renda o rendimento mensal total cobriu completamente e com sobras as despesas mensais totais.

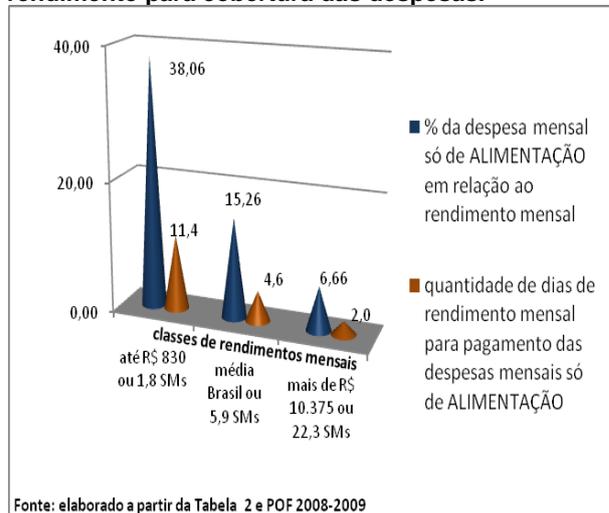
**Gráfico 7: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de consumo e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**



No mesmo sentido, o gráfico 7 ao lado demonstra que as despesas mensais só de consumo, conforme classificação do IBGE (2012) anteriormente relacionada e destacada, comprometeram 93,86% dos rendimentos mensais totais das famílias brasileiras com mais baixa renda, sendo necessários 38,5 dias de rendimento mensal total para cobertura das despesas, ou seja, foram necessários comprometer mais 8,5 dias de renda do mês posterior para pagar

tais despesas do mês corrente. Da mesma forma, tais índices diminuem para 81,28% e 23,2 dias para a média das famílias brasileiras e para 67,17% e 15,8 dias para as famílias de classe de renda mais alta. Também nessas duas classes de renda o rendimento mensal total cobriu completamente e igualmente com sobras as despesas mensais só de consumo, destacando-se que no caso da classe de renda mais alta sobram mais de 14 dias de rendimento mensal para gastos que não sejam considerados de consumo na POF 2008-2009 do IBGE.

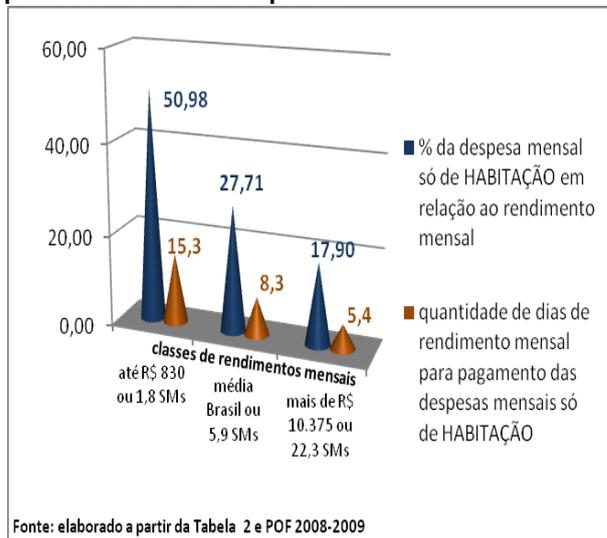
**Gráfico 8: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de alimentação e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**



O gráfico 8 ao lado demonstra que as despesas mensais de consumo do item alimentação das famílias brasileiras com mais baixa renda comprometeram 38,06% dos seus rendimentos mensais totais, comprovando a importância desse item no orçamento familiar, sendo necessários 11,4 dias de rendimento mensal total para cobertura das despesas com alimentação. Os índices de alimentação para a média das famílias brasileiras e para a classe de renda

mais alta são 15,26% e 4,6 dias e 6,66% e 2,0 dias, respectivamente.

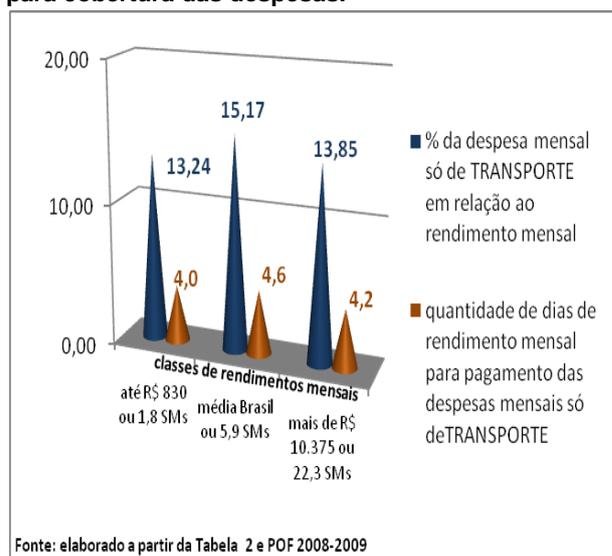
**Gráfico 9: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de habitação e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**



O gráfico 9 ao lado apresenta valiosa informação já que demonstra que as despesas mensais de consumo do item habitação das famílias brasileiras com renda mais baixa comprometeram 50,98% dos seus rendimentos mensais totais, sendo a maior despesa de consumo para essa classe de renda conforme demonstrado na tabela 5. Tal informação pode sugerir uma relativa ausência de políticas públicas de suprimento de habitação para as famílias brasileiras mais pobres, porém destaca-se

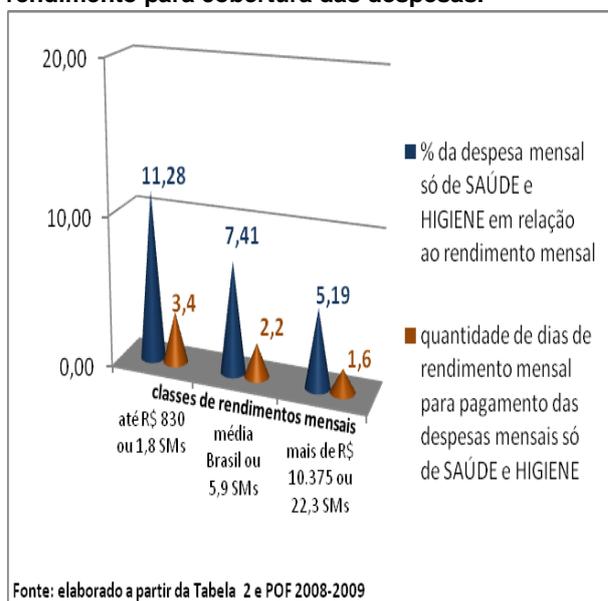
que tal análise não está contemplada no objeto da presente pesquisa de dissertação. Ainda foram necessários 15,3 dias de rendimento mensal total para cobertura das despesas com habitação, ou seja, mais da metade do mês trabalhado. Os índices de habitação para a média das famílias brasileiras e para a classe de renda mais alta são 27,71% e 8,3 dias e 17,90% e 5,4 dias, respectivamente.

**Gráfico 10: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de transporte e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**



O gráfico 10 ao lado demonstra relativa equivalência e grande semelhança na importância dada pelas famílias brasileiras às despesas mensais de consumo do item transporte, independentemente da sua classe de renda, comprometendo entre 13% e 16% dos seus rendimentos mensais totais com tais despesas com transporte, e sendo necessários aproximadamente 4,0 dias de rendimento mensal total para cobertura das referidas despesas.

**Gráfico 11: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de saúde e higiene e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**



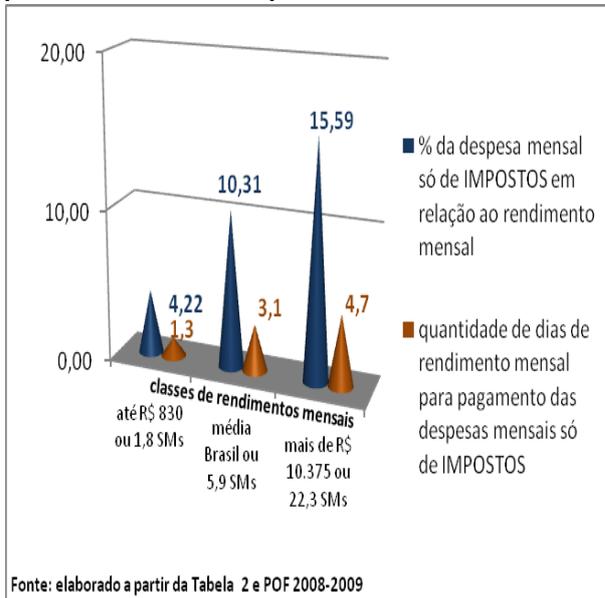
O gráfico 11 ao lado apresenta também valiosa informação já que demonstra que as despesas mensais de consumo do item saúde e higiene das famílias brasileiras com renda mais baixa comprometeram 11,28% dos seus rendimentos mensais totais, o que representa proporcionalmente mais do que o dobro do comprometimento da classe de renda mais alta que é de 5,19%. Da mesma forma como no caso das despesas com habitação, tal informação pode sugerir uma relativa ausência ou ineficácia de políticas

públicas específicas de suprimento de saúde e higiene às famílias brasileiras mais pobres, privilegiando as classes com renda mais alta que se utilizam de serviços públicos de saúde<sup>47</sup>.

Notícia veiculada nas folhas 2 e 3 do jornal Diário Popular (2012), na edição de 10/06/2012, baseada em pesquisa sobre famílias domiciliadas na cidade de Pelotas (RS) e desenvolvida pela Universidade Federal de Pelotas, questiona a eficácia das políticas públicas municipais de saúde direcionadas às famílias mais pobres, já que enfatiza que as famílias de menor renda comprometem aproximadamente 11( onze) vezes mais sua renda com despesas com saúde infantil do que as famílias de maior renda, basicamente confirmando as informações disponibilizadas no gráfico 11 e apontadas na POF 2008-2009. Mesmo sendo relevante o tema, destaca-se da mesma forma que tal análise não está contemplada no objeto da presente pesquisa de dissertação.

47 Conforme Andrade e Maia (2006), o sistema público de saúde regulamentado em 1988 determinou acesso universal, integral e gratuito para toda a população, permitindo também livre atuação do setor privado na comercialização de seguros de saúde. Essa opção de sistema institucional embora seja democrática gera grave injustiça e desigualdades no acesso aos serviços de saúde, onde os grupos de nível sócio-econômico mais elevado acabam sendo privilegiados pelo duplo acesso ao sistema. Destaca-se ainda que o Sistema Único de Saúde – SUS apresenta uma capacidade produtiva maior dos bens de alta complexidade, ainda que insuficiente para atender toda a demanda existente. Deste modo, conforme Nishijima et al (2006, p.4), “um indivíduo que possui plano de saúde e que esteja sendo atendido pelo setor privado com tempo de espera igual a zero, caso necessite de algum tratamento de alta complexidade é transferido imediatamente aos cuidados médicos do setor público. Isto redundando em duas consequências: a primeira é que este indivíduo não precisa esperar na fila para ser tratado pelo sistema público, passando na frente dos demais indivíduos que não têm plano de saúde privado; e segundo, em geral as empresas privadas não realizam o repasse do pagamento do segurado pelo tratamento ao SUS.”.

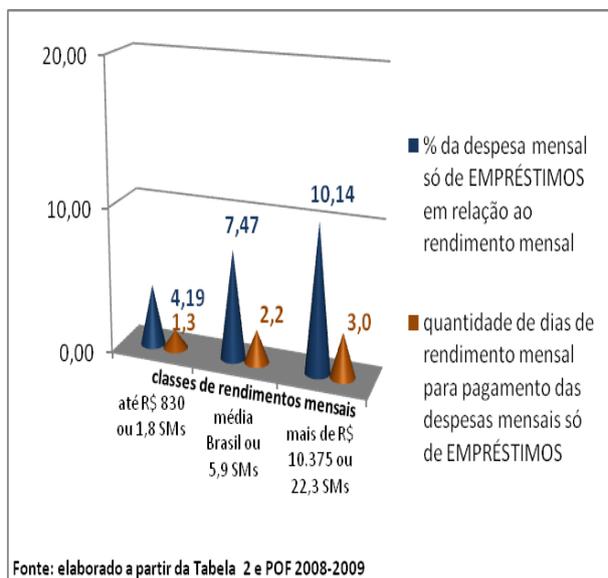
**Gráfico 12: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de impostos e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**



O gráfico 12 ao lado demonstra que as despesas mensais com impostos das famílias brasileiras com renda mais alta comprometeram 15,59% dos seus rendimentos mensais totais, o que representa de forma proporcional aproximadamente 4 (quatro) vezes mais do comprometimento da classe de renda mais baixa que é de 4,22%, sendo a média das famílias brasileiras de 10,31% de comprometimento da renda com impostos.

Conveniente destacar que tais impostos não são os que normalmente já vem embutidos nas operações de consumo, como por exemplo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e o Imposto sobre Produto Industrializado - IPI, que integram o preço de aquisição do bem durável. Os impostos que tratam a tabela 5 e o gráfico 12 são os impostos sobre propriedade de imóveis, o imposto de renda, o imposto sobre serviços, e o imposto sobre propriedade de veículos e emplacamento de veículo, conforme destaca a POF 2008-2009 do IBGE. Dessa forma percebe-se que muito embora a classe de renda mais alta tenha comprometido seus rendimentos mensais totais cerca de 4 (quatro) vezes mais que a classe de renda mais baixa com pagamentos de impostos, tais rendimentos na classe de renda mais alta, aproximadamente 22,3 Salários Mínimos Nacionais, eram mais do que 12 (doze) vezes os rendimentos da classe mais baixa, aproximadamente 1,8 Salários Mínimos Nacionais, o que pode sugerir uma penalização e concentração tributária à classe de renda mais pobre das famílias brasileiras, porém, como no caso anterior, tal análise não está contemplada no objeto da presente pesquisa.

**Gráfico 13: percentual de comprometimento do rendimento mensal total com as despesas mensais só de empréstimos e quantidade de dias de rendimento para cobertura das despesas.**



Igualmente o gráfico 13 ao lado fornece importante informação já que demonstra que as despesas mensais com empréstimos das famílias brasileiras com renda mais baixa comprometeram 4,19% dos seus rendimentos mensais totais, e mesmo representando proporcionalmente menos da metade do comprometimento da classe de renda mais alta que é de 10,14%, vale lembrar que tais empréstimos e endividamentos contribuíram para que as famílias de classe de renda mais baixa conseguissem financiar os 11,1 dias a mais

de rendimento mensal conforme demonstrado na tabela 5 e gráfico 6, situação que não ocorreu nas famílias com renda mais alta, o que sugere relativa vulnerabilidade econômica e social nas famílias mais pobres, cuja análise é objeto da presente pesquisa de dissertação.

No mesmo sentido das informações oferecidas pela POF 2008-2009 do IBGE, de que 68,4% das famílias brasileiras, representada pelas famílias com rendimento mensal total de até **R\$ 2.490,00**, equivalente a 5,3 Salários Mínimos Nacionais em 2009, possuíam despesa mensal total superior ao rendimento mensal total, também a Associação Paulista de Supermercados (2011), através da Pesquisa de Tendências do Consumidor, destacou que 53% das famílias brasileiras de todas as classes sociais registraram gastos acima da renda familiar<sup>48</sup>.

Tal evidência de comprometimento de renda fica igualmente perceptível na pesquisa de Sciré (2009) aqui já citada, onde a autora desenvolve a prática de consumo de certo conjunto de famílias pertencentes às classes de renda mais baixa, com promessas de inclusão através do acesso facilitado ao mercado de crédito, mas que resulta num processo que a autora denominou de financeirização da pobreza. A autora, na sua pesquisa, afirma,

O fato é que essa espécie de panacéia de um consumo acessível a todos se alimenta de práticas que se realizaram com o suporte de mecanismos de crédito oferecidos de forma facilitadíssima e em quantias muito superiores aos rendimentos mensais. A pesquisa mostra como o excessivo endividamento e o comprometimento quase total do orçamento doméstico com dívidas contraídas constituem os principais efeitos do acesso ampliado dos “pobres” ao consumo

48 Vide Associação Paulista de Supermercados (2011), referente pesquisa Tendências do Consumidor 2011 em indicadores, disponível em: [www.apas.com.br](http://www.apas.com.br).

pelas vias de mecanismos financeirizados. A contrapartida dessa celebrada inclusão dos “pobres” no mercado de consumo são vidas que parecem regidas pela lógica da dívida. (Ibid, p. 12). (aspas inseridas pela autora conforme texto original).

Ainda no tocante ao consumo, mas também inserindo o tema endividamento, importante pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012), divulgada em 17/08/2012, referente à edição número 24 do Índice de Expectativas das Famílias – IEF, destaca que 77,0% do conjunto das famílias brasileiras pesquisadas indicaram estar melhor financeiramente hoje do que estavam há um ano, enquanto que 18,4% sentem-se em pior situação atualmente que em relação à de um ano atrás<sup>49</sup>. A mesma pesquisa destaca, em relação ao consumo, que 58,3% das famílias pesquisadas vislumbraram aquele momento vivenciado como propício para a aquisição de bens de consumo duráveis, e 7,53% das famílias planejaram tomar empréstimo ou financiamento para adquirir algum bem nos próximos meses<sup>50</sup>.

**Gráfico 14: percentual de endividamento das famílias brasileiras em agosto de 2012, conforme pesquisa do Índice de Expectativas da Famílias IEF, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.**



Fonte: IEF do IPEA de agosto de 2012

Porém, há um conjunto de informações importantes na mesma pesquisa, ilustrada no gráfico 14 ao lado. Segundo a pesquisa do IPEA, 55,8% das famílias pesquisadas declararam não possuir algum tipo de dívida, ou seja, deduz-se que 44,2% possuíam dívidas, das quais 7,4% declararam estarem muito endividadas<sup>51</sup>. Divulgou ainda a pesquisa que 35,2% das famílias afirmaram não ter condições de quitar plenamente suas contas

atrasadas<sup>52</sup>, que 23,2% declararam que a dívida contratada representava metade do rendimento domiciliar mensal e ainda que 13,2% declararam que a dívida contratada representava mais de 5 (cinco) vezes a renda domiciliar mensal<sup>53</sup>.

49 Vide Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012), edição número 24, páginas 7 e 8 do relatório.

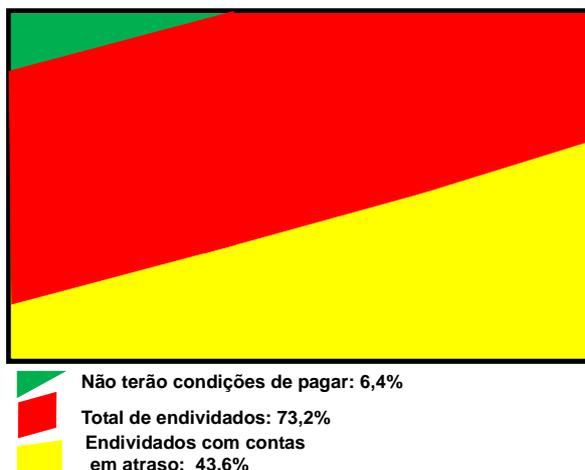
50 Ibid, página 10 e Tabela 6 na página 14 do relatório.

51 Ibid, página 11 e Gráfico 8 na página 12 do relatório.

52 Ibid, página 13 do relatório.

53 Ibid, na Tabela 3 na página 13 do relatório.

**Gráfico 15: percentual de endividamento das famílias gaúchas conforme Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor PEIC em maio de 2012 divulgada pela Fecomércio-RS.**



Fonte: PEIC da Fecomércio-RS de maio de 2012

Já no caso das famílias gaúchas, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias Gaúchas PEIC-RS divulgada em agosto de 2012 pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS (2012), ilustrada no gráfico 15 ao lado, apontou que 73,2% das famílias gaúchas encontravam-se endividadas, que 43,6% possuíam contas em atraso e que 6,4% afirmaram que não teriam condições de pagar as dívidas<sup>54</sup>.

A mesma pesquisa destacou que 44,9% das famílias gaúchas estavam numa situação entre mais ou menos e muito endividada<sup>55</sup> e que 56,3% das famílias comprometiam entre 11% e 50% da sua renda mensal total para pagamento de dívidas<sup>56</sup>. Também informa a pesquisa que 78,4%<sup>57</sup> das famílias gaúchas declararam possuir dívidas com cartão de crédito, um dos principais mecanismos de pagamento na atualidade para efetivação do consumo, já que conforme informa o Banco Central do Brasil (2012), o saldo consolidado de operações de cartão de crédito com pessoas físicas evoluiu de **R\$ 22,1 bilhões** em dezembro de 2008 para **R\$ 37,3 bilhões** em agosto de 2012<sup>58</sup>, incremento de 68,8% no período, abordagem muito bem focada e amplamente detalhada na pesquisa de Sciré (2009) anteriormente citada.

No mesmo propósito da pesquisa anterior, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2012), através da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor PEIC apontou em agosto de 2012 que 59,8% das famílias estavam endividadas, 21,3% possuíam dívidas em atraso e 7,1% afirmaram que não teriam condições de pagar as dívidas<sup>59</sup>.

Oportuno destacar que a marcante divergência nos índices que refletem as manifestações das famílias quando questionadas sobre as condições de pagamento das dívidas em atraso, de 35,2% na pesquisa IEF do IPEA contra 6,4% na pesquisa PEIC-RS e

54 Vide Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor de agosto de 2012, página 3 do relatório, disponível em [www.fecomercio-rs.org.br](http://www.fecomercio-rs.org.br).

55 Ibid, página 4 do relatório.

56 Ibid, página 10 do relatório.

57 Ibid, na Tabela 2 na página 5 do relatório.

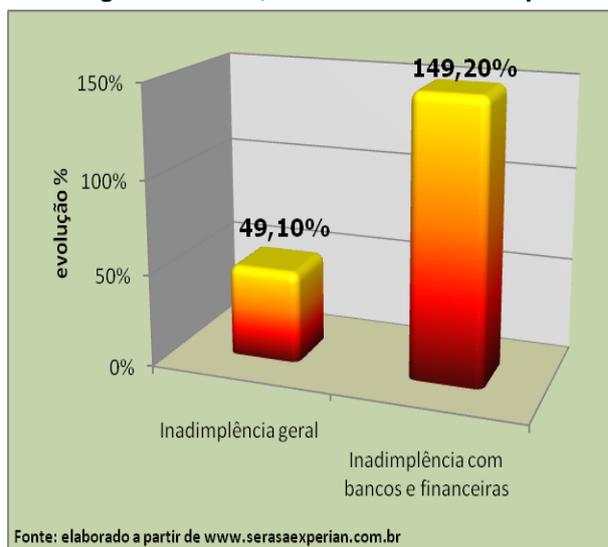
58 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente série número 3979 do Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

59 Vide Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços, e Turismo (2012), referente pesquisa nacional de

7,1% na PEIC nacional, deve-se ao fato de que na pesquisa IEF do IPEA o questionamento efetuado é sobre as condições de quitação plena das dívidas em atraso, ou seja, algumas dívidas serão quitadas parcialmente pelas famílias entrevistadas, enquanto que nas pesquisas PEIC há a manifestação de ausência plena de condição de pagamento das dívidas em atraso.

Acompanhando tais informações, também a Confederação Nacional da Indústria (2012), através do Índice Nacional de Expectativa do Consumidor INEC de agosto de 2012, demonstrou que 69% dos brasileiros encontravam-se endividados, sendo que 23% estavam ainda mais endividados<sup>60</sup>.

**Gráfico 16: evolução percentual da inadimplência do consumidor (pessoas físicas), índice de inadimplência geral e índice de inadimplência com bancos e financeiras, no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012, conforme a Serasa Experian.**



Da mesma forma, o Serasa Experian (2012) divulgou que no primeiro semestre de 2012 a inadimplência do consumidor avançou 19,1%<sup>61</sup> em relação ao mesmo período de 2011, sendo o maior dos últimos dez anos, e que na relação com junho do ano anterior, o indicador avançou 15,4%<sup>62</sup>, o que representou o maior aumento nesta avaliação desde maio de 2002. Conveniente destacar que o indicador Serasa Experian de Inadimplência, conforme ilustrado no gráfico 16 ao lado, engloba dívidas não pagas por pessoas físicas junto a bancos e

financeiras, além de protestos de títulos e cadastro de cheque sem fundo. Tal indicador evoluiu de 101,9 pontos em dezembro de 2008 para 151,9 pontos em agosto de 2012, o que representou um aumento de 49,1%, com destaque para o endividamento das pessoas físicas, não quitado junto a bancos e financeiras, que passou de 106,4 pontos para 265,2 pontos no mesmo período, incremento de 149,2%<sup>63</sup>.

Ainda no tema endividamento e comprometimento de renda, o Banco Central do Brasil (2012) divulgou preocupante aumento na inadimplência nas operações de empréstimos

Endividamento e Inadimplência dos Consumidores de outubro de 2012, disponível em: <http://www.cnc.org.br>.

60 Vide Confederação Nacional da Indústria (2012), referente Índice Nacional de Expectativa do Consumidor, ano 14, número 8, agosto de 2012, página 3.

61 Vide Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor disponível em <[http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/inadimplencia\\_consumidor.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/inadimplencia_consumidor.htm)>.

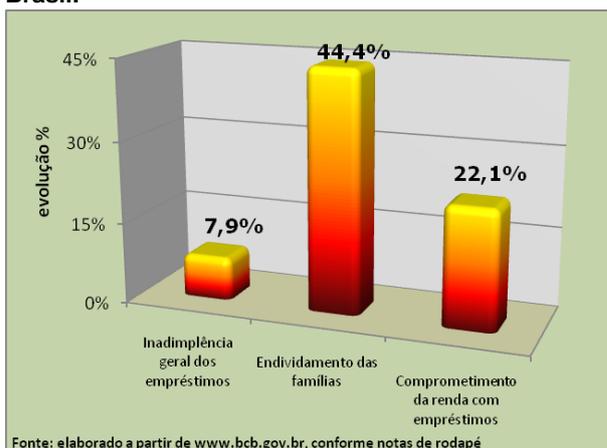
62 Ibid

63 Ibid.

com pessoas físicas, tendo atingido o índice de 7,9%<sup>64</sup> em setembro de 2012, o maior dos últimos 19 meses<sup>65</sup>.

Informa ainda o Banco Central do Brasil (2012), no seu mais recente Relatório de Estabilidade Financeira de setembro de 2012, que em dezembro de 2008 o endividamento das famílias junto ao Sistema Financeiro Nacional representava 32,2% da renda anual, tendo crescido para 43,4% em junho de 2012<sup>66</sup> e atingido em agosto do mesmo ano um índice de 44,4%<sup>67</sup>, o maior percentual desde 2005 quando a instituição começou a fazer tal levantamento. Deduz-se dessa forma que seriam necessários aproximadamente 5,6 meses de rendimento mensal, incluindo-se no cálculo o recebimento do décimo terceiro salário, para quitar as dívidas caso os credores assim exigissem. Esse expressivo comprometimento da renda anual das famílias brasileiras com dívidas num índice recorde de 44,4% foi destacado recentemente no editorial do jornal Diário Popular (2012), na reportagem intitulada “O Natal na calculadora”, prevendo o editorial do periódico dificuldades às pessoas de parcelamento das suas compras para os próximos meses, já que no índice do Banco Central do Brasil, conforme destaca o editorial, não são computadas as operações com cartão de crédito, “outra grande dor de cabeça a quem precisa pagar as contas” (ibid, p. 4).

**Gráfico 17: índice de inadimplência geral dos empréstimos tomados por pessoas físicas em junho de 2012, percentual de endividamento das famílias brasileiras no Sistema Financeiro Nacional em junho de 2012, e comprometimento da renda mensal das famílias brasileiras com pagamento de empréstimos em abril de 2012, conforme o Banco Central do Brasil.**



Já o comprometimento de renda com pagamento de capital emprestado e juros representava 18,6% da renda mensal em dezembro de 2008, tendo crescido para 22,1% em abril de 2012<sup>68</sup>, conforme o mesmo Relatório de Estabilidade Financeira, mesmo vivenciando-se na presente política econômica um processo de redução de taxas de juros e alongamento das operações de empréstimos. Tais indicadores de inadimplência, endividamento e

64 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente item II. 2 da Nota para a Imprensa de 26/10/2012, referente à Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro.

65 Ibid.

66 Vide Banco Central do Brasil (2012), no Relatório de Estabilidade Financeira de setembro de 2012, volume 11, número 2, página 21, disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201209>.

67 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente série número 19882 do Sistema Gerenciador de Séries Temporais

68 Vide Banco Central do Brasil (2012), no Relatório de Estabilidade Financeira de setembro de 2012, volume 11, número 2, no gráfico 2.3.7 na página 21 do Relatório, disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201209>.

comprometimento de renda das famílias brasileiras encontram-se ilustrados no gráfico 17 ao lado.

Outro dado interessante nesse mesmo enfoque, também fornecido pelo Banco Central do Brasil (2012), é que o volume de empréstimos destinados às pessoas físicas evoluiu de **R\$ 530,4 bilhões** em dezembro de 2008 para **R\$ 1.008,8 bilhões** em junho de 2012<sup>69</sup>, incremento de **R\$ 478,4 bilhões**.

Oportuno relacionar-se as referidas informações do Banco Central do Brasil (2012) com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), as PNADs 2009 e 2011 anteriormente comentadas.

Considerando-se tais informações, na tabela 6 apresentada na sequência se verifica que a comparação da variação do volume de empréstimos às pessoas físicas de 2008 a 2011 em relação à variação do rendimento total mensal dos brasileiros no mesmo período é gerado um índice de multiplicador monetário de 16,3865, ou seja, deduz-se que aproximadamente para cada R\$ 100,00 de aumento na renda dos brasileiros no período houve simultaneamente a contratação de R\$ 1.638,65 em novos empréstimos, resultado da multiplicação de R\$ 100,00 por 16,3865.

---

69 Ibid, na página 20 do Relatório, e também no Relatório de Estabilidade Financeira de maio de 2009, volume 8, número 1, página 65 do Relatório, disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB200905>.

**Tabela 6 – Evolução do rendimento total mensal das pessoas com 10 ou mais anos de idade, economicamente ativas e não economicamente ativas, no período de 2008 a 2011, e do volume de empréstimos às pessoas físicas no mesmo período.**

Elementos das PNADs do IBGE e do Banco Central do Brasil	2008	2011	variação de 2008 para 2011
<b>[A]</b> Pessoas com 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas e não economicamente ativas, em 1000 pessoas.	160.561	166.987	
<b>[B]</b> Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais, em R\$ 1.	R\$ 1.217	R\$ 1.345	
<b>[C] = A x B / 1000.000</b> Rendimento total mensal das pessoas, em R\$ bilhões	195,4	224,6	29,2
<b>[D]</b> Volume de empréstimos às pessoas físicas, em R\$ bilhões	530,4	1008,8	478,4
<b>[E] = [D] / [C]</b> índice multiplicador monetário			<b>16,3865</b>

Fonte: elaborada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2009 e de 2011, disponíveis em <www.ibge.gov.br>, e a partir do Relatório de Estabilidade Financeira de maio de 2009 e de setembro de 2012, disponíveis em <www.bcb.gov.br>.

[A] \* referente à tabela 4.1 das publicações completas das PNADs de 2009 e 2011.

[B] \*\* referente à tabela 7.2.5, página 225 da publicação completa da PNAD 2011.

[D] \*\*\* conforme página 65 do Relatório de 2009 e página 20 do Relatório de 2012.

Também informa o Banco Central do Brasil (2012) que o prazo médio das dívidas de pessoas físicas passou de 482 dias em novembro de 2008 para 614 dias em agosto de 2012<sup>70</sup>, aumento de 27,4% no período, e ainda que a taxa de juros média paga nos empréstimos de pessoas físicas passou, no mesmo período, de 58,7% ao ano para 35,6%<sup>71</sup>, redução de 23,1 pontos percentuais ou 14,6% no custo final.

Agregando informação ao tema endividamento das famílias brasileiras, pesquisa veiculada na revista Veja (2011) encomendada junto ao Instituto Ipsos, divulga que 67% dos brasileiros não sabem quanto pagam de juros nos empréstimos, sendo tal índice de 87% nas classes D e E, que 65% dos brasileiros pretendem continuar a comprar a prazo mesmo pelo fato dos juros terem subido, e que 50% dos brasileiros não conseguem guardar dinheiro para comprar bens de alto valor à vista<sup>72</sup>.

Uma última informação quantitativa importante e que contribui qualitativamente nesta análise é o registro do Ministério do Trabalho e Emprego (2012) sobre a queda em 47,0%<sup>73</sup>

70 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente item 56 da ata da 140ª reunião do Comitê de Política Monetária – COPOM – realizada em 20 e 21/1/2009, e item 69 da ata da 170ª reunião realizada em 9 e 10/10/2012.

71 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente item 55 da ata da 140ª reunião do Comitê de Política Monetária – COPOM – realizada em 20 e 21/1/2009, e item 68 da ata da 170ª reunião realizada em 9 e 10/10/2012.

72 Vide Revista Veja (2011), edição 997 de 10/08/2011, ano 45, número 14, página 41.

73 Vide Ministério do Trabalho e Emprego (2012), link Dados e Estatísticas do CAGED, disponível em:

de novos empregos formais mensais celetistas comparando-se diretamente o mês de agosto de 2012 em relação ao mês de agosto de 2011, registrando também a queda de 66,3% em relação a agosto de 2010 e de 57,8% em relação a agosto de 2008.

Tal perspectiva preocupante, com reflexos diretos na vulnerabilidade social gerada pelo excessivo endividamento, é destaque em 2012, conforme notícia veiculada no Jornal da Band (2012) sob título “Cresce o número de inadimplentes no Brasil”, edição de 02/07/2012, baseada em pesquisa efetuada pela Associação Comercial de São Paulo, na qual é destacado que o aumento da inadimplência das pessoas pesquisadas, no segundo trimestre de 2012, foi provocado em 32% dos casos pelo desemprego e 29% pelo descontrole nos gastos, destacando ainda a notícia de que 27% das pessoas pesquisadas possuem mais da metade da renda anual comprometida com dívidas.

O mesmo cenário é destacado em recente estudo da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL (2012) apresentado em outubro de 2012, que destaca que pessoas que têm gastos fixos elevados como aluguel, pensão alimentícia e financiamento de carro estão mais propensas a se tornarem consumidores inadimplentes, enquanto que ser mais velho, ter estabilidade no emprego e fazer planejamento financeiro são características de quem mantêm as contas em dia. O estudo, entre diversas informações importantes<sup>74</sup> e que considera como consumidores inadimplentes as pessoas com contas em atraso há mais de 90 dias, aponta ainda que:

- 2% das pessoas inadimplentes possuem renda mensal até **R\$ 600,99** e pertencem à classe E;
- 15% dos inadimplentes possuem renda mensal entre **R\$ 601,00** e **R\$ 905,99** e pertencem à classe D;
- 47% dos inadimplentes possuem renda mensal entre **R\$ 906,00** e **R\$ 2.200,99** e pertencem à classe C;
- 33% dos inadimplentes possuem renda mensal entre **R\$ 2.201,00** a **R\$ 7.000,00** e pertencem à classe B;
- e os restantes 3% possuem renda superior a **R\$ 7.000,00** e pertencem à classe A<sup>75</sup>.

---

[http://portal.mte.gov.br/caged\\_mensal/principal.htm](http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm)

74 Vide Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2012), na pesquisa Perfil do consumidor com e sem dívidas no Brasil, arquivo denominado SPC\_Estudo4\_Adimplente\_Inadimplente\_IMPrensa\_CORTE\_1\_v3, disponível em <[www.cndl.org.br/mostra\\_capa.php?id=470](http://www.cndl.org.br/mostra_capa.php?id=470)>.

75 Ibid, na página 10 do arquivo.

Destaca também o estudo que 22% das pessoas com contas atrasadas há mais de 90 dias possuem empréstimos contratados em bancos, 11% possuem empréstimos contratados em financeiras, e que 60% não realiza qualquer tipo de planejamento orçamentário e financeiro<sup>76</sup>.

---

76 Ibid, na página 76, 79 e 100 do arquivo.

## **8. Fundamentação filosófica e teórica dos componentes do tema de pesquisa: produção e consumo de bens duráveis; mercado de crédito; inclusão social; e endividamento das famílias brasileiras.**

A partir do conjunto de informações anteriormente listadas, de natureza quantitativas e qualitativas, verifica-se que a expansão do consumo pelas famílias brasileiras via ampliação do crédito vem acompanhada de endividamento com grave vulnerabilidade social, fenômeno social preocupante que se pretende investigar e analisar, relacionando-o com os meios e mecanismos ofertados pelo Estado de exercício de cidadania, seja através de uma necessária e inadiável educação financeira dessas famílias para consumo consciente, seja através de mediações e medidas extrajudiciais para resolução de conflitos de interesse entre consumidores e fornecedores de crédito, ou ainda através das possibilidades de acesso à justiça para resolução de tais conflitos.

Entende-se assim importante nesta pesquisa de dissertação, utilizando-se como ferramenta de construção do conhecimento sobre o tema a perspectiva crítico-dialética, aprofundar as relações entre produção, consumo e crédito, tendo-se como referência a dicotomia fundamental da economia moderna, a relação capital e trabalho, e as contradições dessa relação com a sociedade, investigando-se sua historicidade.

Ainda, a relação capital e trabalho, na base de sua historicidade, foi amplamente analisada e detalhada nas obras e teorias filosóficas sobre o capitalismo e sociedade civil de Karl Marx a partir do século XIX e Antônio Gramsci a partir do século XX, e ainda são fundamentais para a análise das ações e dos efeitos do sistema capitalista sobre a sociedade na atualidade, sistema esse que segue rigorosamente os preceitos neoliberais e as práticas de globalização<sup>77</sup> com indiscutíveis graus de letalidade social<sup>78</sup>. Oportuno então, dessa forma e na mesma perspectiva crítico-dialética, investigar e analisar se a relação, produção, consumo e crédito, efetivamente estão promovendo a inclusão social e quais seus efeitos sobre o endividamento das famílias brasileiras, compatibilizando esta pesquisa de dissertação com o tema da linha de pesquisa número 1 do mestrado de Política Social da Universidade Católica de Pelotas, referente a Políticas Sociais, Direitos Sociais e Questão Social<sup>79</sup>.

Justifica-se a adoção da perspectiva crítico-dialética no desenvolvimento do conhecimento sobre os componentes do tema de pesquisa por entender-se que as relações de produção e consumo, crédito, inclusão social e endividamento das pessoas envolvem

---

77 Vide Costa (2006, p.76) em "A proposta liberal de Estado mínimo".

78 Vide Freire (2001, p.150) em "Tradição autoritária e limites democráticos".

múltiplas determinações nas relações humanas, sejam sociais, econômicas, políticas, jurídicas ou históricas, que devem ainda ser analisadas em sua totalidade, procurando-se investigar a historicidade e a contradição principal da sociedade na relação capital e trabalho. Sobre o desenvolvimento dessa forma de conhecimento Prado (2001), ao analisar a teoria marxista e o método dialético, destaca que,

O conhecimento é elaborado, ou produzido, na expressão de Marx, com o fato de representar mentalmente relações presentes na realidade e que são aí apreendidas pelo pensamento por via da percepção e intuição, é através do processo ou operações que chamamos de relacionamento, operações estas que irão sucessivamente e progressivamente integrando as diferentes circunstâncias observadas nas feições da realidade, em conjuntos – o concreto de Marx, e são sistemas integrados de relações – mais ou menos amplos e compreensivos da realidade. (Ibid, p. 41).

Dessa forma, para amparar e agregar conhecimento dos componentes do tema objeto dessa pesquisa e seus respectivos desenvolvimentos, oportuna uma fundamentação teórica utilizando-se de autores clássicos e contemporâneos, conforme apresentado na sequência, finalizando-se com uma fundamentação teórica sobre a ação do Estado frente ao conflito de interesses na relação entre consumidor e fornecedor.

É conveniente esclarecer e ratificar que o que se pretende nesse item da presente pesquisa de dissertação, estabelecendo-se como referência e base teórica os ensinamentos de Karl Marx, é efetuar uma importante fundamentação a partir da identificação e consolidação das principais correntes filosóficas e teorias, tanto clássicas como contemporâneas, que sejam aplicáveis ao tema pesquisado, interligando-as com as informações de natureza quantitativas anteriormente apresentadas e comentadas na forma de comentários pontuais com objetivo de possibilitar, na sequência, uma indispensável análise e desenvolvimento da pesquisa.

Na sua grande obra denominada “O Capital”, Karl Marx deixa evidente sua teoria de que a transformação da manufatura para a grande indústria, na sua época, representou não somente uma mudança técnica radical, mas, igualmente, a perda da propriedade e posse dos instrumentos e mecanismos da produção e do processo de trabalho da parte do trabalhador, onde uma expressiva massa de trabalhadores colocava então à disposição do capital sua capacidade de trabalho para ser explorada, e é dessa exploração que se fundamenta uma nova relação social: a relação capital e trabalho. Os múltiplos significados sociais construídos com essa nova relação capital-trabalho, amplamente apoiado na expropriação do saber fazer e na ânsia capitalista de acumulação, não só reduziu de forma brutal antigos camponeses e artesãos à condição de operários assalariados, mas

possibilitou que, o comando do processo coletivo de trabalho fosse convertido em atributo do capital gradativamente, conforme análise de Araújo (2008) que destaca ainda que,

Dessa forma, ao “aprisionar” o trabalhador, o capital obteve, paralelamente ao aumento das taxas de produtividade, maior controle do processo produtivo, apropriação do “saber fazer”, imposição dos ritmos e das tarefas resultando num duplo processo marcado pela degradação física/metal e da obliteração intelectual do operário. (Ibid, p. 3). (aspas inseridas pelo autor conforme texto original)

Entende-se que a terminologia “aprisionar” constante da citação anterior está perfeitamente coerente com a proposta da presente pesquisa de dissertação. Utilizando-se da pesquisa de Sciré (2009) anteriormente detalhada, o sistema capitalista e seus diversos integrantes sejam industriais, comerciais ou bancários, acabam por aprisionar, conforme estatísticas já comentadas, as famílias brasileiras num processo cíclico de contínuo endividamento para satisfação de suas necessidades de consumo.

É nesse contexto que se percebe que o tema aqui proposto possui inegável relação com as práticas capitalistas vigentes e sua ânsia em acumulação contínua e permanente, independente dos meios e dos efeitos sociais gerados nas suas ações, sendo indispensável uma associação com a relação capital e trabalho obtida por meio de uma fundamentação teórica marxista. Em Marx (2003) entende-se que o trabalho dá sustentabilidade ao capital, onde, dessa interação nasce a produção que tem como alvo consumidor o trabalho, ficando o valor acrescentado à produção para o capital, o que Marx denominou de mais-valia.

Dessa forma, por similaridade, verifica-se que essa sistematização de geração da mais-valia marxista torna-se visível na realidade brasileira na atualidade a partir da análise do gráfico 1, onde se demonstrou que 51,0% do Produto Interno Bruto no Brasil em agosto de 2012 derivou do mercado de crédito e que entre 2008 e 2012 houve uma expansão no volume de operações de crédito no Brasil de 82,9%, situações confirmadas igualmente no gráfico 2.

Assim, ainda por analogia à realidade brasileira, pode-se deduzir que boa parte da mais-valia gerada pelo trabalho das famílias brasileiras acabou em produção e consumo, já que o mesmo gráfico 1 demonstra uma expansão de consumo através do financiamento de veículos que cresceu 125,8% no mesmo período, como também a demonstrada massificação e expansão do crédito consignado tomado pelos trabalhadores e aposentados brasileiros em 129,3%, com claro direcionamento para complementação de renda propiciando o consumo, evidenciada em Freitas e Prates (2009).

Ainda, ao encerrar o ciclo de produção e consumo, tal mais-valia foi transformada na sua fase final em capital financeiro, considerando-se a participação de 51,0% do mercado de

crédito no PIB brasileiro, alimentando também o capitalismo globalizado representado pelos grandes conglomerados financeiros que atuam no Brasil, tendo como grande parceiro nessa usurpação o Estado, já que, conforme também demonstra o gráfico 2, houve um incremento de impostos cobrados de pessoas físicas de 53,2% no mesmo período de 2008 a 2012.

Percebe-se ainda que o Estado, além de retirar sua parte na distribuição da mais-valia das famílias brasileiras via arrecadação de impostos, incentiva a manutenção do ciclo de produção e consumo, favorecendo o sistema capitalista financeiro através de seus programas de natureza social. Confirma essa análise o fato de que houve uma expansão de 299,3% no período de 2008 a 2011 nos financiamentos para habitações de interesse social como o "PMCMV", por exemplo.

Nesse contexto ideológico marxista de trabalho que fornece sustentabilidade ao capital, que gera produção, que gera consumo, que retorna ao capital que se realimenta, entende-se indispensável uma associação analítica de produção e consumo. Essa necessária junção analítica, com respectiva geração de mais-valia, é destacada também em Netto (2009, p.17), onde, em seu artigo sobre a introdução ao método da teoria social, referindo-se à teoria marxista sobre as condições materiais da vida social, salienta que a produção está articulada com a distribuição, a troca, a circulação e o consumo, demonstrando que a produção é, em parte, consumo e este, parcialmente é produção, e que para Marx (1982), também destacado em Netto (2009),

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (Marx (1982) apud Netto (2009, p.24)).

Da mesma forma, o mesmo autor salienta que os momentos produção, distribuição, troca e consumo, não são idênticos, mas todos são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade, mas sem prejuízo da interação entre esses elementos, é dominante o momento da produção. Sobre essa totalidade, uma das características fundamentais do método dialético marxista, Prado (2001) comenta que o sistema capitalista representa um conjunto onde todos e cada um dos elementos constituintes se integram numa unidade e totalidade, precisamente um sistema, constituindo o capitalismo, e que,

... capital, meios de produção e materiais empregados nessa produção, força de trabalho, lucro, mercadorias, comércio, circulação monetária, crédito e tantos outros elementos que constituem o capitalismo, representam todos formas características de comportamento humano, atos e atitudes de indivíduos agindo coletivamente. (Ibid, p.28-30).

Percebe-se que essa relação de totalidade e de integração de diversos elementos destacados em Prado (2001), todos de grande interesse ao sistema capitalista, trazendo-se à realidade vivenciada, pode ser identificada no gráfico 3. A expansão no período de 2008 a 2012 de produção de máquinas e equipamentos, assim entendidas como bens de consumo duráveis e não como de bens de capital, em 56,3%, de produção de equipamentos eletrônicos em 123,2%, de produção de automóveis em 248,7% e de importação de bens de consumo em 78,0%, demonstra analogamente uma relativa integração de um conjunto de ações coletivas, que numa totalidade agem a favor do sistema capitalista e de seus interesses de acumulação, sem procurar a satisfação das necessidades econômicas e de comportamento dos indivíduos, de seus atos e atitudes. Essa analogia deixa claro que nesse conjunto de ações que envolvem as relações humanas o elemento dominante é a produção destinada ao consumo na lógica de acumulação capitalista.

Assim, a partir desse entendimento, onde Marx efetua sua análise centrada na produção, não há discriminação do consumo. Na verdade, a produção foi o componente revolucionário na análise de Marx na sua época, o que não significa que na esfera do consumo também não ocorreram mudanças radicais. Algumas observações de Marx sobre o consumo permitem evidenciar isso, ratificando a ideia de que a produção cria e produz o consumo, a necessidade de consumir e o modo de consumir, conforme Marx citado em Oliveira (2007),

“There is no production without a need, but consumption re-creates the need. Consumption without an object is no consumption, therefore, production creates, produces consumption. For one thing, the object is not simply an object in general, but a particular object which must be consumed in a particular way, a way determined by production”. (Ibid, p. 1) (aspas inseridas pela autora conforme texto original). *Vide tradução literal na nota de rodapé.*<sup>80</sup>

Ainda, para Marx, o consumo pertencia à esfera do privado, à esfera do indivíduo, dependia das relações dos indivíduos entre si, mas não podia abranger a totalidade porque se situava fora da economia, já que na sua visão as relações sociais se situavam no âmbito da produção e o consumo em nada alteraria tais relações. Nesse ponto, na mesma citação de Marx em Oliveira (Ibidem), Marx destaca que,

“in consumption the product leaves this social movement, it becomes the direct object and servant of an individual need, which its use satisfies consumption, as the concluding act, which is regarded not only as the final aim but as the ultimate purpose, falls properly outside the sphere of economy.”. (Ibidem, p. 1) (aspas

---

80 Tradução: “Não há produção sem a necessidade, mas o consumo recria a necessidade. Consumo sem objeto não é consumo, portanto, a produção cria, produz o consumo. Por um lado, o objeto não é simplesmente um objeto em geral, mas um objeto especial que deve ser consumido de uma maneira particular, uma forma determinada pela produção”.

inseridas pela autora conforme texto original). *Vide tradução literal na nota de rodapé*<sup>81</sup>.

Dessa forma evidencia-se que as análises marxistas sobre produção não excluem o consumo e a luta de classes, mas pertencente à esfera da não economia e representando o momento em que o produto deixa o seu movimento social para atingir uma dimensão subjetiva, de satisfação do indivíduo. Tais análises, conforme Oliveira (Ibidem),

... podem contribuir para o avanço da teoria materialista da história, endossando a ideia de que as lutas de classe se travam não somente do ponto de vista da produção, mas são permanentemente reiteradas na esfera do consumo. (Ibidem, p. 1).

E é a partir dessa fundamentação teórica marxista da relação capital e trabalho, de produção e consumo, que Oliveira (Ibidem) aborda os temas inclusão social e exclusão social. Para a autora, a dimensão de consumo assim fundamentada, na atualidade, está ligada a valores modernos mundanos como prazer, prestígio, transposição da realidade concreta à realidade de sonhos, promovendo a supervalorização do consumo como processo de inclusão social, “quando na verdade, produz o seu contrário, a exclusão permanente, travestida da ilusão e da sensação de estar sendo incluído” (Ibidem, p.6).

Tais constatações de Oliveira (Ibidem), de procura por prazer, prestígio e realizações de sonhos pelas famílias brasileiras, se confirmam nas duas pesquisas PNADs do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2012) e nas análises do Ministério do Trabalho e Emprego (2012), que destacam a melhoria da renda familiar no período de 2008 a 2011, mesmo que de forma nominal conforme ilustrado no gráfico 4, relacionando a elevação da remuneração média das famílias brasileiras com a expansão de consumo de bens duráveis tais como eletrodomésticos, com ênfase para expansão real de máquina de lavar roupa, microcomputador, microcomputador com acesso à internet e telefone celular.

Identifica-se nesse sentido um jogo de interesses pelo menos simbólico entre agentes distintos: de um lado a hegemonia do sistema capitalista e suas práticas de acumulação contínua, representado pelas grandes organizações que atuam nos ramos industriais e comerciais e pelos grandes conglomerados financeiros nacionais e internacionais, todos dotados de ampla capacidade intelectual, e ainda tendo como parceiro o Estado e seus processos de arrecadação de impostos, conforme demonstrado no gráfico 2; de outro, numa submissão implacável a esse sistema capitalista, com seus agentes e parceiros, os consumidores e boa parte das famílias brasileiras, principalmente aqueles 19,3% milhões de consumidores que saíram da pobreza e integraram a nova classe C com

---

81 Tradução: “no consumo do produto deixa este movimento social, torna-se o objeto direto e o servo de uma necessidade individual, que seu uso satisfaz o consumo, como o ato de celebração, que é considerado não apenas como o objetivo

representatividade de 50,5% da população brasileira segundo as análises da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011), procurando satisfação de suas necessidades econômicas, prestígio e realizações, conforme aponta Oliveira (2007), sem conhecer, socialmente e intelectualmente, a amplitude e as conseqüências advindas de tais satisfações.

Nesse contexto de submissão ao sistema capitalista, entendendo-se que a minimização de seus efeitos negativos passa por uma necessária reeducação e politização das classes de renda mais baixa, principalmente àquelas menos esclarecidas quanto a um consumo consciente, e com objetivos de fazê-las participar do processo econômico de produção e consumo que efetivamente permita uma inclusão social nos moldes apontados em Oliveira (Ibid), é oportuna a inserção, na construção do conhecimento aqui proposto e buscando uma maior amplitude e abrangência, das teorias do filósofo italiano Antônio Gramsci sobre o capitalismo e a sociedade civil, pontuando-se onde tais teorias apresentam relacionamento com o consumo alimentado pelo mercado de crédito que gera, por um lado, inclusão social, e por outro, endividamento e respectiva vulnerabilidade social, conforme estatísticas já apresentadas e comentadas, complementando-se dessa forma as teorias quase que puramente econômicas presentes nas ideias de Marx.

A partir de uma análise abrangente das teorias de Gramsci, visando-se dessa forma compatibilização com a proposta da presente pesquisa de dissertação, Alverga (2011) destaca que há outros componentes a serem considerados e investigados nas relações de produção e consumo além dos puramente econômicos, os quais Gramsci chamou de componentes superestruturais do desenvolvimento da consciência, que influenciam tais relações e interferem na procura de satisfações pessoais e conquista de espaços e prestígio do indivíduo. Para o autor,

Existem dimensões políticas, ideológicas e culturais que são cruciais para o desenvolvimento da consciência. Conclui-se, então, que, para Gramsci, ao contrário do marxismo economicista tradicional, não é só o aspecto econômico que merece consideração, os componentes superestruturais, referentes à "consciência" tais como a cultura, a religião, a ideologia, as diferentes visões de mundo (burguesa e proletária) também são importantes para explicar a dominação burguesa na sociedade capitalista. Apesar de Gramsci também discorrer sobre o Estado Capitalista e seu funcionamento, a ênfase do marxista italiano é em relação à importância desempenhada pelos fatores superestruturais (os aspectos culturais, religiosos, ideológicos da vida social) na manutenção da hegemonia burguesa na sociedade capitalista. (Ibid, p. 1). (aspas e entre parênteses inseridos pelo autor conforme texto original)

Reiterando abordagem anterior para intercalar com as teorias de Gramsci, Marx efetuou sua análise de Estado a partir de uma abordagem naquela época mais restrita,

relacionada ao desenvolvimento do modo de produção, que criava e produzia o consumo e a necessidade de consumir, e a formação capitalista, num âmbito econômico e social referente ao período em que viveu, cujas relações políticas foram marcadas pela dificuldade de participação política do proletariado, e onde as ações ficavam restritas quase sempre a clandestinidade. Naquela conjuntura a face repressora do Estado tornava-se visível. Desta forma, Marx entendia que, a sociedade civil era o conjunto da estrutura econômica e social, ou seja, “a sociedade civil é estrutura ou infra-estrutura, é a base econômica onde se dão as relações de produção e a esta corresponde uma forma de existência política e de Estado.”, conforme Correia (2004, p.162).

Para Gramsci, por sua vez, o uso da expressão sociedade civil apresentara conotação diferente, conforme aponta Correia (2004) e Simionatto (2011). Gramsci elaborou sua teoria de Estado ampliado a partir da sua situação histórica, geográfica e política. Segundo Simionatto (2011, p.68), “se para o primeiro (Marx), o Estado é um aparelho coercitivo, instrumento de dominação, para o segundo (Gramsci), o Estado é algo não impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas.” (inclusão de destaques entre parênteses não apresentada no texto original e visa identificar corretamente os autores).

Como cidadão italiano, Gramsci presenciou o fortalecimento do capitalismo como sistema hegemônico, partindo de uma análise de Estado que considerava as consequências sociais, políticas e econômicas no período pós Primeira Guerra Mundial, no início do século XX. E neste período, a política tornou-se socializada, novas relações sociais se estabeleceram, surgiram organizações de massa, institutos de organização e representação coletiva, que exerceram pressão e exigiram por parte do Estado, uma incorporação de suas demandas. Através dessa análise da situação econômica, política, econômica e social vivenciados naquela época, foi desenvolvida a teoria do Estado ampliado, abordada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, considerada como sua principal obra, conforme Correia (2004) e Simionatto (2011).

Assim aponta Simionatto (2008), que na teoria do Estado ampliado, Gramsci estabeleceu a relação entre Estado e economia, uma primeira ideia de ampliação do Estado, reafirmando o Estado como garantidor dos meios de produção. Tal relação foi criticada por Gramsci, observando a existência da sociedade civil com todas as suas instituições, escolas, igrejas, entre outros, entre estrutura econômica e Estado, fato que estabeleceu uma nova relação entre Estado e o conjunto de instituições da sociedade civil, que compreendia a segunda grande direção da teoria gramsciana. Interligado ao conceito de Estado, Gramsci desenvolveu a questão dos intelectuais e da cultura, apontando a importância dos intelectuais e a sua vinculação aos projetos de classes.

Nessa direção de pensamento, na teoria de Estado ampliado, Gramsci propôs dois componentes da prática social: a sociedade civil e a sociedade política. Fiel à intuição essencial de Marx, pôs na base de sua noção de sociedade civil a atividade econômica, a extração de mais-valia e a existência de classes em conflito. Incluiu, porém, no conceito de sociedade civil uma dimensão nova: a direção intelectual e moral de uma classe em relação ao conjunto social. Dessa forma, a concepção gramsciana de Estado ampliado compreendia a sociedade política mais a sociedade civil como um conjunto, que incluiria não apenas a função coercitiva, mas política, econômica e cultural, ou seja, uma sociedade que não só produzia e consumia submissa às regras do sistema capitalista e da classe dominante, mas que também procurava se organizar politicamente e culturalmente. É “todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas chega a obter o consenso dos governados”, conforme Gramsci (1995, p.149).

Tal teoria, procura responder as mudanças políticas e sociais, em um cenário em que as organizações de massas passam a participar da esfera política, e onde a estrutura e a superestrutura formam a realidade social e estão dialeticamente ligadas. Partindo deste entendimento, Gramsci entendia que o Estado é permeado por correlações de forças. Coutinho (1996) traz uma dimensão funcional entre sociedade civil e sociedade política,

No âmbito da “sociedade civil”, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da “sociedade política” – que Gramsci também chama, de modo mais preciso, de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção” -, ao contrário, exerce-se sempre uma “ditadura”, ou, mais precisamente, uma dominação fundada na coerção. (Ibid, p. 54). (aspas inseridas pelo autor conforme texto original)

Analogamente, trazendo-se tal exposição e argumentação para a atualidade brasileira e o cenário econômico anteriormente exposto, percebe-se um grande interesse do Estado por posicionar-se sempre a favor da classe dominante e do sistema capitalista, como no caso vivenciado desde 2008 com a expansão da produção e do consumo já demonstrada. Tal percepção fica evidenciada, por exemplo, a partir do incremento da produção industrial de bens de consumo duráveis conforme demonstrado no gráfico 3, trazendo como benefício indireto ao Estado o aumento na arrecadação de impostos, destacado no gráfico 2.

Similarmente, a partir dos gráficos 1 e 2 e das pesquisas PNADs do IBGE, percebe-se que em determinados momentos a classe subalterna, num processo de luta de resistência não anticapitalista, ou seja, mesmo relativamente organizada política e culturalmente porém submissa aos mecanismos capitalistas de acumulação contínua, possui

uma estimulada sensação ilusória e transitória de sentir-se incluída através do consumo de bens duráveis, viabilizado por um mercado de crédito facilitado, acreditando que consome o que realmente pretendia consumir, quando na verdade alimenta e retro-alimenta essa engrenagem capitalista de produção que gera consumo, a necessidade e o modo de consumo, comprometendo seus rendimentos em prol do sistema.

Percebe-se também que os relativos avanços conquistados nessa luta de resistência, mesmo que ilusórios ou não totalmente satisfatórios, foram resultados obtidos por conta de alianças e pressões da classe subalterna em função de sua organização através de sindicatos e associações por melhoria de emprego e renda, conforme destaca o gráfico 4. Nesse contexto, para Simionatto (2011),

... a esfera política 'restrita' [...] cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ampliada caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massas. (Ibid, p. 68).

Tanto Correia (2004) quanto Simionatto (2011) deixam evidente que a obra de Gramsci não anulou ou discriminou a obra de Marx. Trouxe, porém, novos determinantes, através de uma teoria marxista ampliada, partindo do marxismo clássico, que não já correspondia às necessidades de análise devido as grandes transformações econômicas, sociais e políticas daquele momento vivenciado por Gramsci. Para Simionatto (Ibid) o filósofo italiano,

busca através de um movimento dialético de “superação/renovação”, reinterpretar as novas configurações do capitalismo nesse período histórico. (Ibidem, p. 69). (aspas da autora conforme texto original)

A superestrutura encontra-se fora do campo real, como a compreendia Marx: sociedade civil era igual estrutura econômica e social. Gramsci passou a compreendê-la no campo dos conflitos, das mediações, das disputas de poder, das contradições, “é um momento da superestrutura ideológico-política”, conforme Simionatto (Ibidem, p. 70).

No marxismo gramsciano entendia-se que havia uma unidade orgânica entre Estado e a sociedade civil, considerando as novas configurações capitalistas daquela época. Era o novo cenário histórico em que estas configurações passaram a se situar. Na sua época, Gramsci “estabelece articulação entre estrutura e superestrutura – economia, política e cultura – concebendo a realidade como síntese de múltiplas determinações”, conforme Correia (2005, p. 51), e em Correia (2004), Gramsci relata que a sociedade civil, numa projeção hegemônica não capitalista, encontrava-se como o,

Extenso e complexo espaço público não estatal [...] de grande importância política, onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico que poderá levar à

gestão democrática e popular do poder. (Ibid, p. 163)

Continuando em Correia (2004), não havia exclusividade na sociedade civil para a classe burguesa. Este espaço encontrava-se aberto, podendo, conforme aponta o autor, transformar-se em um espaço de luta, de organização, de busca por transformação, de confronto aos projetos éticos-políticos e disputa por hegemonia por parte das classes subalternas, situação analogamente e perfeitamente compatível com a realidade atual de expansão de produção e consumo, e de busca de inclusão social na forma relatada por Oliveira (2007).

Nesse sentido oportuno destacar-se, complementando-se essa abordagem, que há outros conceitos, além de sociedade civil, sociedade política e Estado ampliado, que são igualmente importantes para compreender a teoria de Gramsci, com objetivo de relacioná-los, mesmo que de forma pontual e relativa, com os componentes do tema da presente pesquisa de dissertação. Tais conceitos são: hegemonia e ideologia.

A partir de Correia (2004), hegemonia significa o predomínio ideológico dos valores e normas de uma classe sobre a outra. Esse processo de formação de consensos acontece por meio dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. Para o citado autor a adesão é voluntária e é importante compreender, que, mesmo possuindo caráter voluntário, também possuem uma dimensão pública, fazendo parte das relações de poder da sociedade.

Em sua análise, a respeito da esfera política na primeira metade do século XX, conforme aponta Simionatto (2008), porém bem presentes nesse início de século XXI, Gramsci observou como se redefiniram as relações entre economia e política nas sociedades capitalistas, onde se fortaleceu, segundo ele, a idéia de Estado mínimo, um Estado com poderes restritos numa sociedade de livre mercado, voltado financeiramente para atender o capitalismo e sua ânsia de acumulação. Gramsci alertava à época para as formas de agir do Estado, analogamente idênticas às da atualidade, nos processos de produção e consumo de mercadorias, que busca anular a autonomia da classe subalterna, criando conformismo, bloqueando formas de expressão, criando ações para influenciar a opinião pública, educando o consenso, conforme expressão utilizada por Gramsci, através dos aparelhos privados de hegemonia, tais como jornais, revistas ou programas de televisão e de mídia em geral, estimulando a produção e o consumo como uma regra imperativa do capitalismo.

A construção e disseminação dessa hegemonia capitalista sempre foi tendenciosa a alterar não só o modo de produzir, mas a forma inclusive, da maneira como os homens

produziam sua existência no plano cultural, influenciando no consumo. Na sua época, mas perfeitamente adaptável à atualidade conforme demonstrado no gráfico 2 e nas pesquisas PNADs do IBGE, Gramsci entendia que em tal hegemonia capitalista, numa associação de interesses da classe dominante com o Estado sob ela subordinado, o indivíduo, submetido a esse mecanismo hegemônico de acumulação contínua, era preparado para a sociedade de consumo, fazendo-o crer que realmente escolhia os produtos que pretendia consumir, mas significava, porém, para os trabalhadores sacrifício das próprias necessidades, da própria personalidade e da combatividade. Tais afirmações de Gramsci, por similaridade, são visivelmente presentes na realidade vivenciada pelas famílias brasileiras na atualidade, conforme tabela 4, onde se demonstrou que 68,4% das famílias, aquelas com rendimento mensal total de até 5,3 Salários Mínimos Nacionais, induzidas e submetidas ao consumo como forma de uma inclusão ilusória, possuem despesa mensal total superior ao respectivo rendimento, confirmada em Band (2012), que destaca que 27% das pessoas pesquisadas possuem mais da metade da renda anual comprometida com dívidas.

Por isso para Gramsci, era fundamental e indispensável que a população deixasse de ser manipulada, manobrada, direcionada conforme os interesses da classe dominante, posicionando-se contra a ordem capitalista num processo ideológico ou ilusório de luta contra-hegemônica. A hegemonia assim entendida e defendida por Gramsci à sua época estava então ligada à socialização do poder, dando um significado alternativo à hegemonia, já que, segundo Simionatto (2008),

Hegemonia significa, portanto, por um lado, vontade coletiva, e por outro, autogoverno; e esse último alcança-se através de um trabalho a partir “de baixo” que incorpora o singular ao coletivo e que, nesse processo torna-os capazes de dominar as situações, confere-lhes maior universalidade, expressando, para Gramsci, a realização de uma “reforma intelectual e moral”. (Ibid, p. 22). (aspas inseridas pelo autor no texto original).

É nesse contexto que se reitera perfeitamente inserível no tema produção e consumo desta pesquisa de dissertação as análises de Gramsci sobre hegemonia e disputa de poder entre classes, inseridos na visão de Estado ampliado do filósofo italiano, percebendo-se, conforme estatísticas já mencionadas, que o exercício de hegemonia e poder das classes dominantes na atualidade pode estar promovendo em certas circunstâncias a inclusão social das famílias brasileiras, mas também pode encaminhar à vulnerabilidade social dessas famílias, as quais, numa luta de interesses não anticapitalista, a partir de organização de massas fundamentada através de pressão de sindicatos e associações, por exemplo, buscam conquistas de melhoria de emprego e renda.

Tal verificação é perceptível já que uma significativa parte da população consumidora brasileira, 68,4% do total, pertencentes às classes de rendas mais baixas conforme tabela 4,

num processo contínuo de submissão, encontra-se manipulada e direcionada para os interesses de acumulação capitalista das classes dominantes, representadas pela hegemonia e poder dos grandes conglomerados, seja do ramo industrial e comercial como também organizações financeiras nacionais e internacionais, convenientemente associados com o Estado.

Confirmando esse contexto de submissão e exploração dessas famílias, da financeirização da pobreza com expressivo endividamento que abastece o sistema capitalista, onde esse sistema se utiliza de estratégias elaboradas em cima da escassez de recursos das famílias e suas possibilidades, numa lógica que incita ao consumo com regras propositadamente confusa às famílias, Sciré (2009), em sua pesquisa e foco anteriormente apresentados, fornece importante colaboração a seguir relatada, que mesmo que extensa, entende-se oportuno apresentar:

As administradoras de cartão de crédito ampliaram sua clientela nos últimos anos, não só devido ao aumento de contas bancárias, mas também às estratégias acionadas para incorporar certas faixas da população como forma de expansão de suas bandeiras. Tendo em mira os estratos mais populares como seus potenciais clientes, as bandeiras Visa e Mastercard “premium” essas “pessoas especiais e importantes” com convites para cadastro, que chegam por correio ou telefonemas, seguidos de aprovações de crédito facilitadíssimas, que passam por critérios duvidosos para a comprovação de renda e adimplência – o que não importa muito, quando se tem em vista que o importante é a expansão da bandeira do cartão, que passa a circular cada vez mais nos estabelecimentos de compra. (Ibid, p. 48). (aspas e destaques inseridos pela autora conforme texto original).

Através de um sistema que fornece opções facilitadíssimas de acesso ao crédito em quantias muito superiores aos rendimentos mensais, forja-se situações em que as pessoas acabam se endividando. Estas dívidas adquirem determinada proporção dentro da economia doméstica de modo que as vidas passam a ser geridas a partir das dívidas. Mais do que isto, é considerável como tal gestão acaba, através do pagamento de juros excessivos acrescidos aos bens adquiridos, por alimentar um sistema e gerar riqueza.

O endividamento, assim, parece como um mecanismo que permite gerar a riqueza, quer dizer, a valorização do capital financeiro, a partir da pobreza. (Ibidem, p. 79).

Esse sistema hegemônico penaliza tal população com despesas mensais superiores aos seus rendimentos mensais, conforme confirma a mesma tabela 4, sob argumentos de que o consumo possibilita à população e à classe subalterna prestígio, inserção no mercado de consumo e ascensão social, nos moldes analisados em Oliveira (2007) e também destacados nas análises de Sciré (2009) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, conforme já apresentado, a qual divulgou que, entre os anos de 2004 e 2010, um montante de 32 milhões de pessoas ascenderam à categoria de classes médias A, B e C, e 19,3 milhões saíram da pobreza, com respectivo fortalecimento da classe C.

Percebe-se ainda que, numa luta de interesse, não anti-capitalista, mas que poderia caracterizar simbolicamente uma luta contra o poder intelectual do sistema capitalista, a mesma população, através de organização em massas formadas por pressões sindicais e associativas, obteve sensíveis melhorias de emprego e renda, como compensação à submissão do sistema capitalista, já que conforme as análises já apresentadas das PNADs do IBGE e estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2008 e 2011 houve incremento real de 13,3% de empregos formais e também aumento real de 3,86% na remuneração média mensal dos trabalhadores, sendo esse conjunto de ações ainda complementadas por políticas públicas sociais e programas de acesso e expansão do mercado de crédito como o “PMCMV” e de transferência de renda como o “Bolsa Família” e o “Fome Zero”, conforme afirma Sciré (2009) em sua pesquisa.

Percebe-se, dessa forma, a utilidade de uma indispensável politização das famílias brasileiras, uma reforma intelectual nessa luta de interesses dentro do sistema capitalista, através de organização das massas defendida por Gramsci à sua época. Essa reforma intelectual proposta pelo filósofo italiano, ultrapassava a cultura e as idéias e estendia-se pelo campo da economia e da política, pois Gramsci posicionava-se a favor da democratização política e da reforma econômica e social, como instrumento de impedir a despolitização da população. Gramsci propôs-se desconstruir o discurso burguês, bem como, organizar um bloco intelectual-moral, que fosse responsável pela apropriação intelectual de massas, pois essa elevação das massas tornar-se-ia decisiva para combater as classes dirigentes e a pressão ideológica que estas impõem às classes subalternas, conforme Simionatto (2008).

Gramsci, dessa forma, demonstrou à sua época como o poder exercido por uma classe não dependia tanto do controle do aparelho do Estado, mas, antes de qualquer coisa, de sua capacidade para dirigir, intelectual e moralmente, o conjunto da sociedade e para gerar consenso em torno dela, abrindo horizontes à ação coletiva. A direção intelectual e moral exercida por uma classe, defendida por Gramsci, deveria ser complementada por ações organizadas e materializadas por essa classe, conforme defende Restrepo (1990) em sua análise sobre a América Latina que,

Para uma classe, não só é necessário exercer uma “direção intelectual e moral” da sociedade, mas sobretudo encarná-la em formas concretas de ação e de organização. É nelas que materializa sua direção, socializa seus valores éticos, sua visão de mundo, sua identidade de classe. E, mais que o exercício da direção social, é indispensável a constituição de identidade de classe, tão débil nas classes subalternas da América Latina. (Ibid, p.8). (aspas do autor conforme texto original).

O outro conceito na teoria gramsciana, considerando-se que possua relacionamento mesmo que relativo aos componentes do tema dessa pesquisa de dissertação, é a

ideologia, aqui entendida como um conjunto de crenças e concepções políticas de determinada parcela da sociedade ou classe social. A ideologia, para Gramsci, deveria possuir um papel essencial no bloco histórico, sendo a filosofia sua chave mestra. Toda filosofia histórica, ainda que disponha de elaboração científica, superior ao senso comum, sendo que, cada camada social possui um senso comum, deveria alcançar também as classes populares, e para Gramsci essa relação entre filosofia e senso comum deveria ser garantida pela política.

Gramsci, ao analisar as classes subalternas no que tange as dificuldades de organização política e ideológica, passou a discutir o papel dos intelectuais, que eram influenciados por ambas as classes. O filósofo e autor italiano acreditava na possibilidade de transformação a partir da organização de uma nova cultura, e porque não dizer, analogamente a situação aqui pesquisada, de uma nova cultura do consumo consciente de mercadorias, a partir de intelectuais que conseguissem revolucionar a ordem burguesa favorecendo as classes subalternas.

Questiona-se nesse contexto a necessidade de uma maior organização política e ideológica das famílias brasileiras vivenciada na atualidade, frente ao processo que está submetida de consumo viabilizado pelo mercado de crédito como meio de inclusão social, mas que também lhe traz expressiva vulnerabilidade social, conforme estatísticas já apresentadas.

A reportagem veiculada na revista *Veja* (2011), igualmente já comentada, a qual destacava que 67% dos brasileiros não sabem quanto pagam de juros nos empréstimos, sendo tal índice de 87% nas classes D e E, que 65% dos brasileiros pretendem continuar a comprar a prazo mesmo pelo fato dos juros terem subido, e ainda que 50% dos brasileiros não conseguem guardar dinheiro para comprar bens de alto valor à vista, demonstra existir ainda na atualidade relativa fragilidade intelectual das classes sociais mais baixas na forma analisada por Gramsci à sua época, permitindo perceber-se, trazendo-se para os dias de hoje, uma indispensável melhoria na formação ideológica, política e intelectual dos brasileiros.

Percebe-se ainda que tal fragilidade se confirma também na notícia veiculada no jornal da *Band* (2012), onde ficou destacado que o aumento do inadimplimento das pessoas pesquisadas, mesmo gerado principalmente em 32% dos casos pelo desemprego, também foi motivado em 29% das situações pelo descontrole nos gastos, ou seja, através de um consumo inconsciente.

Trata-se aqui, de vários desafios, quando pensamos a proposta de Gramsci e a ação

do Estado na atualidade, parceiro de um sistema capitalista com mecanismos de acumulação contínua. Politizar as massas, trabalhar o coletivo, a cultura, o senso comum, quebrar barreiras intelectuais e sociais, e trazer a população para a discussão a respeito das políticas, entre elas políticas educacionais ou assistenciais que auxiliem no consumo consciente que efetivamente promovam inclusão social, protegendo-a da vulnerabilidade social do endividamento excessivo e do comprometimento de renda.

Nesse sentido, construir uma melhor sociedade, de acordo com o pensamento de Gramsci, torna-se possível, partindo de lutas populares, novas alianças, novos posicionamentos de setores da sociedade civil que representam as classes subalternas e seus interesses, impondo-se ao Estado capitalista, e apresentando seu projeto contra-hegemônico, como aponta Correia (2004). A partir da teoria de Gramsci, percebe-se que é possível, mesmo que num futuro distante, a formação de novas relações e lutas de interesses idealizadas simbolicamente contra o poder econômico do sistema capitalista, na forma de uma reforma intelectual e moral, partindo de baixo para cima, a partir de uma vontade coletiva, de uma construção de novas relações sociais, visando a solução de vários dilemas na contemporaneidade: a distinção entre o supérfluo e o suntuoso; a contraposição à sedução das massas pelo consumo; e a reversão das desigualdades sociais.

A partir desse contexto ideológico de que a construção dessa nova hegemonia pelas classes subalternas e de menores condições de ordem econômica, política, social e cultural, na forma analisada por Gramsci na primeira metade do século XX, mesmo num ambiente simbólico de luta contra-hegemônica aos interesses do sistema capitalista globalizado, seguindo os preceitos da teoria marxista de que a produção cria e produz o consumo, a necessidade de consumir e o modo de consumir, conforme Oliveira (2007), numa acumulação contínua que favorece o sistema, entende-se importante um vínculo com todo esse processo de relações entre dominados e dominantes com o exercício de cidadania, sendo oportuno nesta pesquisa de dissertação uma maior abordagem das conseqüências desse exercício nos processos de inclusão ou exclusão social, já que se pretende analisar a expansão do consumo de bens duráveis viabilizado pelo mercado de crédito e suas conseqüências no processo de inclusão social ou no endividamento das famílias brasileiras, tema central desta dissertação. Exercer cidadania, conforme Dallari (1998), é exercer,

...um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (Ibid, p. 14).

Neste contexto, entende-se importante a contribuição de Thomas Humphrey Marshall sobre o desenvolvimento da teoria social sobre cidadania e sua relação com o mercado

capitalista. O autor dividiu o conceito de cidadania em três elementos, que chamou de direitos formais: civil, político e social<sup>82</sup>, e destacou que a igualdade básica, quando enriquecida em substância e concretizada nos direitos formais da cidadania, pode ser criada e preservada sem invadir a relativa liberdade do mercado competitivo submetido às ações e às interações do Estado, conforme Marshall (1967, p.62-63), e uma vez adquiridos esses três direitos formais o cidadão conseguiria igualdade para ascender socialmente, já que, o direito do cidadão nesse processo de seleção e mobilidade é o direito à igualdade de oportunidade (Ibid, p.101).

Pinsky (2003) ao detalhar os direitos formais de Marshall apresenta interessante e abrangente definição de cidadão,

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (Ibid, p. 9).

Verifica-se que exercer a cidadania exige certa participação do Estado. Quanto a essa interferência, principalmente no que se refere aos direitos sociais e civis, Barbalet (1989), ao analisar a teoria de Marshall, a ação do Estado e seu custo social em épocas de declínio econômico como garantidor, mesmo que parcialmente, dos direitos sociais frente as exigência de um mercado capitalista, destaca,

Para que as pessoas atuem como cidadãos têm de haver liberdades que o Estado não pode invadir e, portanto ações que ele não pode empreender. Para que as pessoas consumam como cidadãos, o Estado deve proporcioná-lo, e é portanto obrigado a empreender certas ações específicas.

... A coação exercida pelos direitos sociais contra o estado é direta e impõem-lhe custos e, portanto, impostos aos cidadãos. Existe, pois uma base orçamental estrutural para uma potencial ameaça aos direitos sociais. E a natureza destes, tal como a dos direitos dos consumidores mais do que dos agentes, significa que eles são necessariamente vulneráveis. Durante épocas de declínio econômico pode surgir uma contradição entre a necessidade da manutenção da base institucional dos direitos sociais através da tributação, e as exigências da acumulação de capital. Nestas fases, uma certa pressão contra os direitos sociais pode tomar a forma de uma reafirmação dos direitos civis, não apenas como direitos de propriedade mas como fonte independente de atividade poder econômico. Marshall comenta que os direitos civis são essências numa economia de mercado competitiva porque dão a cada pessoa o poder de se inserir como unidade independente na luta econômica.

Seria imprudente partir do princípio de que os diversos direitos que a compõem a

---

82 Vide Marshall (1967, p.63).

cidadania moderna são garantidos de igual maneira pelo Estado. (Ibid, p. 38-39).

Oportuno destacar essa desigualdade de alocação de recursos por parte do Estado para garantia de direitos apontada em Barbalet (1989) no caso brasileiro. Conforme o Senado Federal (2012), no seu Portal de Orçamento, foram alocados no orçamento anual da União para o ano de 2012 o montante de **R\$ 910,7 bilhões** para os serviços e refinanciamentos da dívida interna e externa, **R\$ 391,6 bilhões** para a previdência social, **R\$ 79,5 bilhões** para a saúde e **R\$ 66,5 bilhões**<sup>83</sup> para a educação, entre outros. Entende-se com isso que a garantia de diversos direitos mínimos, no caso brasileiro, é efetuada não de forma igualitária, sendo priorizado o pagamento da dívida interna e externa.

Reconhecendo-se essa desigualdade de alocação de recursos por parte do Estado e ausência de priorização na oferta de direitos sociais aos cidadãos brasileiros, muito embora se reconheça a existência de indispensável complementação por parte dele, percebe-se no ato de consumo, seja viabilizado pelo aumento da renda ou pelo mercado de crédito conforme estatísticas já apresentadas, uma forma de exercício de cidadania ao permitir a obtenção de direitos civis e sociais como moradia, educação, saúde, aposentadoria, justiça, lazer, entre outros, compatível com as informações destacadas nas pesquisas PNADs do IBGE, possibilitando ao cidadão ascender socialmente, direitos esses que se encontram contemplados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988<sup>84</sup>. Entende-se também que cabe ao mercado de crédito, mesmo que de forma complementar ao aumento de renda das famílias brasileiras e a ação do Estado, a viabilização do processo de consumo para obtenção, parcial ou total, de tais direitos, sendo inegável sua importância para o crescimento econômico e manutenção da atividade econômica de um país, como força propulsora do sistema capitalista mesmo em momentos de crise<sup>85</sup>. Sobre a importância do crédito como participante do processo de exercício de cidadania, agregando uma visão de cidadania mais liberal, mas que contribui com a construção de conhecimento aqui proposto, Saddi (2008) destaca,

... o próprio conceito de democracia econômica, ou desenvolvimento sustentável de longo prazo que permita o combate à pobreza, depende de um mercado de crédito crescente que possa incluir a todos. O conceito de inclusão ao mercado de crédito é, segundo alguns, o mais perfeito exemplo de cidadania.

... é incontestável que o crédito é muito relevante numa economia em razão de três fatores: a) possibilita o investimento que catalisa o desenvolvimento

83 Vide o Portal do Orçamento do Senado Federal do Brasil (2012), no link Orçamento Anual, Orçamento Anual da União, aba Elaboração do Projeto de Lei, pasta Despesa por Função, disponível em [http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento\\_senado/LOA/Elaboracao:PL?p\\_ano=2012](http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Elaboracao:PL?p_ano=2012).

84 O artigo 6º da Constituição Federal de 1988, com redação final dada pela Emenda Constitucional nº 64 de 2010, estabeleceu como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

85 Vide Iamamoto (2009, p.18).

econômico; b) permite que indivíduos possam sair da linha da miséria; c) garante um melhor e maior bem-estar social numa economia de mercado. (Ibid, p. 58).

Verifica-se assim que o Estado capitalista, numa política econômica de relativa liberdade de mercado, mas sob seu rigoroso controle, monitoramento e acompanhamento, como no caso brasileiro na atualidade, ao favorecer o exercício da cidadania via estímulo ao consumo, seja através do mercado de crédito ou de outros mecanismos, pode estar promovendo a inclusão social, daqueles que possuem condições para tal, conforme demonstram os gráficos 1 a 3, ou então a exclusão social dos desfavorecidos e sem crédito, conforme salienta Marshall (1967, p.79), Barbalet (1989, p.13) e Hennigen (2010, p.1190-1191), e demonstrado nos gráficos 14 a 17, que indicam que 44,2% das famílias brasileiras e 73,2% das famílias gaúchas encontram-se endividadas, com 22,1% de comprometimento de renda com pagamento de empréstimos, apresentando em tais famílias um crescimento no seu inadimplimento juntos a bancos e financeiras num índice de 149,2% no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012, situação preocupante confirmada e alertada em Veja (2011), Band (2012) e Sciré (2009).

É perceptível, nesse contexto, o fato de que ao exercer sua cidadania no ato de praticar o consumo, buscando de certa forma um processo de inclusão social, as famílias brasileiras estão se endividando numa forma crescente, inconsciente e preocupante, conforme estatísticas e análises anteriormente apresentadas, reiterando-se as afirmações Sciré (2009) e de Oliveira (2007), para a qual a dimensão de consumo está ligada a valores modernos mundanos como prazer, prestígio, transposição da realidade concreta à realidade de sonhos, promovendo a supervalorização do consumo como processo de inclusão social, “quando na verdade, produz o seu contrário, a exclusão permanente, travestida da ilusão e da sensação de estar sendo incluído” (Ibid, p.6).

Nesse contexto de disputa, tendo de um lado o poder e a hegemonia do sistema capitalista, e de outro as classes subalternas que interagem, submissas ao processo, com esse sistema numa luta de interesses simbolicamente não anticapitalista, em menores condições sociais, culturais, políticas e econômicas, mas que mesmo nessas condições, através de uma reforma intelectual na forma proposta por Gramsci, buscam mobilidade com ascensão social e inclusão social através do consumo tanto de bens duráveis e como de não duráveis, conforme já demonstrado, com objetivos ideológicos de exercício de cidadania, oportuna uma análise cognitiva das filosofias do autor francês marxista contemporâneo Pierre Bourdieu relacionadas às competições simbólicas num campo social.

Ao definir “campo”, Bourdieu (2005, p.150-155) destaca que se trata de uma disposição espaço-histórica-social em que agentes e instituições disputam por espaço e

poder a partir de suas posições recíprocas definidas conforme seu volume de capital<sup>86</sup>: econômico, cultural, social ou simbólico, e as estruturas destes, em termos de quantidades e espécies.

Assim, partindo-se das teorias do filósofo francês, por similaridade, é possível entender-se o ato de consumo, seja de bens duráveis ou não, como uma das ferramentas que integram aquele de conjunto de capitais, dos quais os agentes e instituições, na figura de atores sociais, se utilizam dentro de um campo social recoberto por significados e significações<sup>87</sup> e onde entram em jogo a posse e o entendimento intelectual desses diversos capitais econômico, cultural e social, conforme Bourdieu (Ibid, p. 177).

O que se pretende ao relacionar-se a teoria bourdiana com a presente pesquisa de dissertação é demonstrar que as relações de consumo de bens duráveis das famílias brasileiras, cuja expansão desde 2008 vêm sendo auxiliada tanto pelo mercado de crédito como pela melhoria de emprego e renda, ao promover a inclusão social ou vulnerabilidade social pelo endividamento excessivo, ocorre através de lutas de interesses travadas dentro do sistema capitalista também num simbólico campo social.

Dessa forma, importante analisar o campo social definido por Bourdieu, que possui dois fundamentos: o capital, referente a bens simbólicos econômicos destacados pelo filósofo francês (Ibidem, p.151), e a luta por sua apropriação, sendo tal campo atravessado por relações diversas de aliança e concorrência na produção, consumo e disputa de bens e serviços, conforme o autor (Ibidem, p.178-179), complementando-se e vinculando-se dessa forma as fundamentações teóricas já apresentadas na presente pesquisa, tanto de Marx sobre produção e consumo, como de Gramsci sobre hegemonia, sociedade civil e luta de interesses das classes subalternas a partir da organização das massas.

Destaca-se também a definição de “habitus” em Bourdieu (Ibidem) e sua relação com consumo, pela vinculação com comportamentos e gostos, já que o autor conceitua habitus como uma matriz de comportamentos, um conhecimento adquirido, e,

... produto de uma condição econômica particular, definido pela posse de um capital simbólico econômico e cultural mínimo necessário para perceber e sopesar as oportunidades potenciais formalmente oferecidas a todos. (Ibidem, p.184).

Para que um campo funcione, onde os atores sociais envolvidos dispõem de volume de capitais em quantidade e espécie que lhes sejam acessíveis e favoráveis, instrumentalizados por diversos tipos de mecanismos de ação como o consumo, por

---

86 Vide também Bourdieu (1983, p.89).

87 Vide Retondar e Barbotin (2010, p.2)

exemplo, seja de bens duráveis ou não, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus<sup>88</sup>.

Assim habitus são visões do mundo e sistemas de classificação da realidade que se incorporam aos indivíduos e neles, simultaneamente, desenvolvem-se, quer seja como prática quer seja como postura corporal desses mesmos indivíduos. Incorporado aos indivíduos desde a infância pelo processo de socialização, na família, escolas ou outros espaços sociais, o habitus dá sentido às ações dos sujeitos, perpetuando dominações e estruturas sociais.

Ainda, conforme ratifica Chies (2011), habitus é um sistema de disposições incorporadas que permite as operações do senso prático e envolve crenças, sistemas de percepções e interpretações, gostos e comportamentos.

Na sociedade capitalista da atualidade, é oportuna, dessa forma, ratificando as afirmações de Oliveira (2007), a vinculação do ato de consumo com sistemas de percepções e interpretações, gostos e comportamentos, com o habitus bourdiano, já que a construção histórica de diferenças socioculturais e desigualdades socioeconômicas dá-se também por meio do consumo, cujos elementos simbólicos são fundamentais. A ilusão é de que as desigualdades não se devem aquilo que se tem, como capital econômico ou cultural, mas aquilo que se é, expressos por gostos e comportamentos específicos. Nessa linha de pensamento Berquó (2010) citando Bourdieu destaca,

De acordo com Bourdieu a estrutura social é um sistema hierarquizado de poder e prestígio, sendo que referida hierarquia é determinada pelas relações econômicas (referentes à renda), pelas relações simbólicas (status) e pelas relações culturais (educação). Os grupos encontram-se em locais diferenciados na estrutura, haja vista a distribuição desigual dos recursos, denominados de capital econômico (renda, imóveis), capital cultural (diplomas, títulos), capital social e capital simbólico (prestígio, honra). (Ibid, p.2). (entre parênteses aplicados pelo autor conforme texto original).

Dessa forma entende-se que a dinâmica da produção do gosto, e conseqüentemente do ato de consumo entre as distintas classes sociais, encontra-se entrelaçada ao habitus da classe, responsável por orientar os gostos, e conjugado a uma dinâmica de reconhecimento e distinção social via legitimação do gosto das classes dominantes através das práticas de consumo, submetendo-se às classes subalternas e de menores condições econômicas, sociais, culturais e políticas um modelo de inclusão social a partir do habitus dessas classes dominantes.

---

88 Vide Bourdieu (1983, p.89).

Retondar e Barbotin (2010), ao comentar sobre a importância do gosto na definição do processo de consumo visando mobilidade, ascensão e hierarquia social, numa transfiguração simbólica de inclusão social, destacam,

O gosto, neste sentido, estaria estruturalmente demarcado a partir de posições objetivas na estrutura do *campo* e a disponibilidade dos *capitals* passariam a orientar as escolhas dos agentes, definindo deste modo estilos de vida de classe, ou seja, o consumo estaria operando numa lógica de transfiguração simbólica de relações de poder entre classes, e neste caso tenderiam, a partir do consumo das classes menos abastadas, a reproduzir o gosto das classes dominantes, reconhecido como um gosto legítimo através do consumo de imitações e/ou versões baratas dos bens destinados ao consumo dominante, deste modo, reforçando simbolicamente o poder das elites que se encontram no topo da hierarquia social. (Ibid, p.3). (destaques apresentados pelos autores conforme texto original).

E é na busca, manutenção ou ampliação dessa hierarquia social, a fim de fortalecer as relações de poder e de luta de interesses na sociedade de consumo capitalista, porém numa estratégia não consciente de distinção social<sup>89</sup>, que o crédito tem sido utilizado como ferramenta viabilizadora e concretizadora do ato de consumir, representando um dos produtos mais utilizados pelos consumidores, pela necessidade de complementação de renda.

Entende-se nesse contexto que, para que o grupo de determinada classe social consiga ascender e conquistar ou ainda manter sua posição hierárquica na estrutura social, a qual poderia ser perfeitamente obtida através de uma maior politização das massas, trabalhando o coletivo, a cultura, o senso comum, quebrando barreiras intelectuais e sociais que possibilitem uma luta de interesses contra-hegemônica não anticapitalista, na linha de pensamento de Gramsci, procurando dotar-se de gostos e habitus que reproduzam modelos característicos de inclusão social, ela acaba cada vez mais por utilizar-se de meios que torne isso possível, e através do capital econômico que passa a deter com o mercado de crédito, fica evidente que o grupo dessa classe procura barganhar em termos de consumo um posto diferenciado<sup>90</sup>, seja de bens duráveis ou não.

Tal classe poderá investir, por exemplo, em capital cultural devido a exigência ou necessidade estabelecida num mercado de trabalho profissional cada vez mais competitivo, no qual se exige que seus agentes sejam cada vez melhor instruídos e preparados. Tal exemplo confirma investigação do Ministério da Educação (2011) que revela, através do

---

89 Vide Berquó (2010, p.2)

90 Ibid, p.5.

Censo da Educação Superior de 2010, que o país possuía 6,4 milhões de matriculados em cursos de graduação, dos quais 74,2% matriculados em entidades privadas<sup>91</sup>.

Da mesma forma, ratificando esse entendimento, e conforme já apresentado e analisado anteriormente no item cenário da presente dissertação, também a expansão da contratação de financiamentos estudantis através do Fundo de Financiamento Estudantil no Brasil, conforme estudos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação, e as características da nova classe C brasileira analisadas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, destacando expressivos gastos com educação por essa classe social, confirmam o investimento em capital cultural por significativa quantidade da população brasileira. Nesse sentido, Berquó (2010, p.5) salienta que “os traços distintivos mais prestigiosos são os que simbolizam a posição diferencial dos agentes na estrutura social, exemplo: roupa, as maneiras, o bom gosto e a cultura”.

Por outro lado pode investir também em capital econômico com a aquisição de bens duráveis como imóveis e veículos, por exemplo, lembrando-se estatística anteriormente citada de que a produção de veículos automotores cresceu 248,7% entre dezembro de 2008 e agosto de 2012, o que garante posto distintivo aos agentes da classe, bem como a importância na utilização e no cultivo das relações sociais através das festas e cerimônias como evidente investimento em capital social.

Ainda, para que o mesmo grupo de determinada classe social mantenha sua posição e consiga manter seu padrão de gosto e estilo de vida em relação aos demais grupos, os quais tenderão a reproduzir seus modelos e regras de comportamento, conforme entende Berquó (2010), o crédito tornou-se o meio de sustentar a reprodução das suas necessidades enquanto grupo. Nesse sentido afirma ainda Berquó (Ibid) que,

Cada grupo prefere certas despesas de consumo – porém o crédito supostamente serve como capital econômico na luta simbólica pela dominação. Talvez, para o consumidor ter crédito seja sinônimo de possuir status, de ter 'poder de compra'. E eventualmente para quem enxerga o crédito apenas como 'satisfação de necessidades econômicas' ou 'complementações de renda', provavelmente esteja vendo a questão de uma maneira muito simplória. (Ibidem, p.6). (aspas da autora conforme texto original).

Deste modo, analisar a atividade de consumo, de bens duráveis ou não, como uma das ferramentas integrantes de um volume de capitais econômico, cultural e social, utilizada numa luta de interesses inseridas num campo social, atividade essa complementada ou viabilizada pelo crédito, dotada de gostos e comportamentos específicos, significaria, essencialmente, pensá-la como mecanismo de intercâmbio social e cultural, como

---

91 Vide Ministério da Educação (2011), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Pereira, referente ao

“mecanismo de comunicação, classificação e marcação social, a despeito de uma dinâmica exclusiva de competição e luta simbólica”, conforme Retondar e Barbotin (2010, p.5-6), características das disputas travadas num campo social e onde se desenvolvem os “habitus”, ambos presentes nas filosofias de Bourdieu.

Percebe-se nesse contexto íntima ligação de tais teorias de Bourdieu com a definição e com a caracterização do tema “consumo”, anteriormente apresentadas, baseando-se nas contribuições de Ferreira (2010), Bauman (2008), Sciré (2009), Frederico (2008), Rocha (2008), Canclini (2005), Henningen (2010) e Citelli (2009), para os quais, ratificando-se, o “consumo” refere-se ao ato ou atividade desenvolvidos pelo ser humano no suprimento de suas necessidades econômicas, dotado de simbologias e significados diversos, e ainda expressando gostos, hábitos e comportamentos diversificados motivados pela necessidade do indivíduo na busca de exercício de cidadania, e utilizado como ferramental nas disputas de interesses travadas num campo social por esse indivíduo junto a diferentes e diversos atores sociais.

Também nesse sentido, Bauman (2008), quando da caracterização da atividade de consumo aqui referenciada, onde desenvolveu o que denominou de comoditização do capital e do trabalho e a sociedade de consumidores, complementa suas teorias na sua outra obra literária, apresentando suas análises sobre a atuação dos bancos no crédito, cujas ações influenciam e interagem na relação entre sociedade de consumidores e sociedade de produtores, destacando a filosofia empresarial dominante de que a finalidade do negócio é evitar que as necessidades sejam satisfeitas e induzir novas necessidades.

Entende o autor, referindo-se ao crédito e na mesma linha de pensamento, que a oferta de empréstimo deve criar e ampliar a necessidade de empréstimos, e que não há interesse dos bancos credores que seus devedores paguem suas dívidas<sup>92</sup>. Sobre a contração ou crise de crédito de 2008 o autor declara que foi um extraordinário sucesso para os bancos ao transformar a sociedade numa raça de devedores<sup>93</sup>, perfeitamente compatível com as análises de Sciré (2009) em sua pesquisa. Nessa linha de pensamento Bauman (2010), ao comentar a introdução e evolução do cartão de crédito nos últimos 30 anos com seu slogan sedutor e a solução mágica ofertada pelos bancos, apresenta de forma irônica,

Não adie a realização do seu desejo. Você deseja alguma coisa, mas não ganha o suficiente para adquiri-la? Nos velhos tempos, felizmente passados e esquecidos, era preciso adiar a satisfação.

... Graças a Deus e à benevolência dos bancos, isso já acabou! Com um cartão de

---

Censo da Educação Superior 2010, Tabela 2 na página 8, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>.

92 Ibid, p.30.

93 Ibidem. p.31.

crédito, é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois! (Ibid, p. 28-29).

Essa contextualização fica nítida de pesquisa de Sciré (2009), onde a autora demonstra com maestria como o cartão de crédito, utilizado como meio de pagamento para complementação de renda, é utilizado e explorado, independentemente de suas consequências principalmente no que se refere ao comprometimento de renda e ao endividamento, como um possibilitador de acesso aos bens de consumo e de realizações de sonhos e desejos pelas famílias de menor renda. Na referida pesquisa a autora identifica que esse meio de complementação de renda transparece às famílias como uma garantia de sucesso no ato de consumo de bens e serviços, ficando evidente também que tais famílias acabam por ignorar suas reais condições financeiras e as consequências desse ato nesse formato, sendo tal situação e submissão extremamente interessante ao processo de acumulação contínua do sistema capitalista, já que,

Os cartões, assim, são artefatos através dos quais os desejos são mobilizados e apresentados ao público como passíveis de ser realizados desde que se tenha a vontade para tanto. Um jogo de associação ou dissociação, talvez, já que tendo um cartão em mãos, “tudo é possível”, o desejo e vontade são associados à aquisição de bens e serviços. Ao mesmo tempo em que esses são dissociados da renda e recursos efetivos de cada um. (Ibid, p. 128). (aspas inseridos pela autora conforme texto original).

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias Gaúchas PEIC-RS divulgada em agosto de 2012 pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS (2012), ilustrada no gráfico 15, confirma o pensamento de Bauman (2010) e Sciré (2009) ao revelar que 78,4% das famílias gaúchas declararam possuir dívidas com cartão de crédito, situação ratificada pelo o Banco Central do Brasil (2012), que informa que o saldo consolidado de operações de cartão de crédito com pessoas físicas evoluiu de R\$ 22,1 bilhões em dezembro de 2008 para R\$ 37,3 bilhões em agosto de 2012<sup>94</sup>, incremento de 68,8% no período.

Continuando-se a agregar ao conhecimento do tema central da presente pesquisa de dissertação e a relação entre seus componentes com os processos de inclusão social, ou seu oposto exclusão social expondo relativa vulnerabilidade social, destaca-se também em Bauman (2010) a visão teórica da remercantilização do capital e do trabalho<sup>95</sup> e da ação do Estado capitalista numa sociedade de consumidores e de produtores de crédito, que garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-lo, mingando os recursos do Estado assistencial, porque,

---

94 Vide Banco Central do Brasil (2012), referente série número 3979 do Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

95 Em Bauman (2010, p.51), remercantilização do capital e do trabalho visa tornar o capital apto e disposto a comprar trabalho, e o trabalho, atraente o bastante para ser comprado.

As fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores. E também porque os pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções dos mercados de consumo, precisam de dinheiro – não dos tipos de serviços oferecidos pelo Estado assistencial – para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de “utilidade”. (Ibid, p. 37-39). (aspas do autor conforme texto original).

Acompanhando Bauman em suas análises sobre mercado de crédito, Lima (2006) também estabelece interessante conexão consumo e crédito com processos de inclusão social<sup>96</sup> ou exclusão social, já que o acesso ao crédito pode ter repercussões negativas para os consumidores quando adquirido de forma excessiva e irrefletida. Sobre o processo de inclusão social afirma a autora que,

...é inegável que o crédito permite resolver o problema de acesso de muitas famílias a bens que são indicadores de qualidade de vida e até mesmo indispensáveis ao bem-estar mínimo das famílias. Não há economista no mundo que duvide da importância do crédito para gerar crescimento, pois ao propiciar o aumento do consumo, obriga as empresas a produzir em maior escala e a empregar mais, aumentando o poder de compra da população, com melhora no seu nível de vida e assim por diante. (Ibid, p. 9).

Acompanhando esse mesmo contexto, de que o mercado de crédito possibilita relativa melhoria e ascensão na estratificação social, também Vianna (2010), ao comentar sobre a estratégia inovadora de enfrentamento da questão social a partir da conexão anteriormente citada, tendo no microcrédito, um dos instrumentos do mercado de crédito, que é destinado tanto às pessoas físicas como aos pequenos empresários ou empresários individuais como um meio de fortalecimento de ocupação, emprego e renda, destaca,

... o pequeno negócio, que, viabilizado pelo microcrédito, empodera, eleva a auto-estima, desenvolve a responsabilidade individual, inclui o pobre no universo da liberdade que é o mercado. (Ibid, p. 148).

Não há como negar, ratificando-se posicionamento anterior, que o crédito é fundamental para o desenvolvimento econômico de um país, permitindo ainda o acesso das famílias a bens e serviços de consumo<sup>97</sup>, refletindo como fator de inclusão social ao proporcionar a aquisição sem esperar de produtos desejados pelas famílias, como a geladeira, o fogão, o rádio, a televisão, o computador, o automóvel, e a casa própria<sup>98</sup>, entre outros.

Há de se considerar, porém, as repercussões negativas do crédito para os consumidores que, quando adquirido de forma excessiva e irrefletida, pode se transformar

---

96 Da mesma forma, Costa (2002, p.88) destaca que ainda que endividadas, as pessoas estão mais felizes. O crédito possui um efeito hedonista e permite “ascender a um nível de vida superior”. Proporciona adquirir sem esperar produtos desejados e necessários às famílias, como a geladeira, o fogão, o rádio, a televisão, o computador, o automóvel, a casa própria.

97 Vide Lima (2006, p.9).

98 Vide Costa (2002, p.88)

num mecanismo de exclusão social, fazendo do crédito um flagelo que provoca a pobreza e a miséria<sup>99</sup>. Há de se considerar também que o consumismo sem controle pode induzir a sociedade civil à violência comprometendo e prejudicando a sustentabilidade das pessoas e do próprio Estado.

A partir dos gráficos 14 a 16, da revista *Veja* (2011) e do *Jornal da Band* (2012), do Relatório de Estabilidade Financeira de setembro de 2012 do Banco Central do Brasil (2012), e do estudo da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas – CNDL (2012), entende-se que o endividamento excessivo ou superendividamento<sup>100</sup> tem se tornado um fenômeno social que vem apresentando índices alarmantes no Brasil, principalmente quando esse endividamento se transforma em inadimplimento.

Tal superendividamento é fruto de sociedades de massa, onde o consumo é cada vez mais valorizado e incentivado, em detrimento da pessoa humana, sendo perfeitamente presentes e visíveis as teorias de Marx e Gramsci nesse processo, já que tal pessoa, num processo de sobrevivência e suprimento de suas necessidades, mesmo melhor organizada política e culturalmente, encontra-se submissa aos mecanismos capitalistas de acumulação contínua, estando inserida num sistema de produção que cria e recria o consumo num processo que se auto-alimenta, e onde a mesma pessoa passa a ser vista como um potencial de compra e como mercadoria, o que Bauman (2008 e 2010), baseando-se nas teorias marxistas, identificou como comoditização do capital e do trabalho, em sua visão da transformação das pessoas em mercadorias.

Oportuno e interessante ratificar, nessa contextualização cognitiva, a amplitude das terminologias e características do “consumo”, e do processo de consumismo a que estão sujeitas as pessoas e as famílias brasileiras, variando desde um sentido de prazer, euforia transitória e recompensa, até a sensação de ruína e depressão, permitindo íntima relação com os processos de inclusão ou exclusão social destacados em Oliveira (2007). Nesse sentido, também Citelli (2009), complementa a caracterização do ato de consumo apresentando que,

É interessante verificar que os termos consumo, consumismo, consumidor, consumação se desdobram a partir de uma origem etimológica comum. O verbo consumir, do latim *consumere*, traz consigo Eros e Thanatos, Apolo e Dionísio, vida e morte, glória e infortúnio. De *consumere* derivam, também, gastar e arruinar, recompensa prazerosa e excídio. Consumir-se na tristeza, no álcool, em dívidas. Daí, muitas vezes, a euforia efêmera de guiar o carro que não poderá ser pago, de flamar pelo apartamento cujas prestações se acumulam e que terminam por dar cabo (acabar, consumir) aos devaneios de uma vida confortável. O *consumere*, ademais, pode trazer consigo a satisfação do sonho traduzido em

---

99 Vide Costa (2002,p.89)

100 Terminologia utilizada por Lima (2006) e Costa (2002).

fato, em encontros que ajustam ter e ser. As nuances variadas que ensejam as culturas do consumo, pelo que acenam, abrem-se para exegeses pouco afeitas a figurinos de corte justo demais. (Ibid, p. 195).

Destaca-se também que essa preocupante vulnerabilidade social motivada pelo endividamento excessivo ou superendividamento, é um problema não só de cunho exclusivamente social, mas na verdade deve ser tratado como um fenômeno social e jurídico<sup>101</sup>, que não interessa apenas aqueles envolvidos na relação contratual, consumidores e fornecedores de crédito, mas sim ao Estado e à sociedade como um todo, igualmente responsáveis não só nos processos de mediações de conflitos de interesses, sejam de natureza econômica ou política, mas também por aportes legais que, caso solucionem a descrita vulnerabilidade frente a esse superendividamento, pelo menos minimizem seus efeitos.

A preocupação fica mais alarmante quando o endividamento atinge os consumidores desfavorecidos, pobres, idosos e hipossuficientes, conforme considera o Artigo 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor (1990), devido a sua evidente vulnerabilidade técnica, jurídica e econômica<sup>102</sup> que caracteriza a sua posição face à de outros consumidores e face à relação contratual com os fornecedores de crédito, sendo indispensável a intervenção estatal com objetivo de reequilíbrio do contrato. Bertoncello (2006), defendendo a intervenção legítima do Estado na relação consumidor e fornecedor, visando um reequilíbrio contratual no mercado de crédito frente à vulnerabilidade social dos hipossuficientes, destaca que,

... o advento da sociedade pós-moderna e a consagração dos contratos de massa, de elaboração prévia e generalizada para um infinito número de relações negociais, onde o fornecedor é identificado pelo profissionalismo na atividade desempenhada, enquanto o consumidor passa a integrar a relação contratual em desigualdade de condições e desprovido de conhecimento técnico sobre o produto ou serviço adquirido, assim como o ocorrido nas relações de emprego, relativamente à diversidade de estrutura existente entre empregado e empregador, fez com que o legislador retomasse o papel dirigente do Estado, intervindo em determinadas relações jurídicas de direito privado, a exemplo das normas de ordem pública e de interesse social dispostas no Código de Defesa do Consumidor brasileiro, de incidência cogente, no intuito do restabelecimento de equilíbrio contratual. (Ibid, p. 20).

Considerando-se o questionamento central desta pesquisa de dissertação, ou seja, a relação de consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras com processos de inclusão social ou vulnerabilidade social, entende-se inevitável a intervenção do Estado, seja através da mediação de conflitos de interesse ou como responsável por oferecer legislações específicas de proteção às famílias, principalmente quando o endividamento escancara a

---

101 Vide Marques e Cavallazzi (2006, p.18).

102 Vide Farah (2002, p.706).

vulnerabilidade social, pois se tem consciência que o crédito chega ao consumidor, muitas vezes, decorrente do abuso do direito do fornecedor do crédito, bem como mediante técnicas imperativas e ardilosas de captação de mutuários, proveniente da atuação agressiva do mercado de consumo, comprometendo a autonomia privada do consumidor e, como efeito, ele se vê tomado de dívidas.

Logo, se seu endividamento consumir parte excessiva dos seus vencimentos, certamente o adimplemento da dívida o colocará em situação temerária, comprometendo a subsistência dele e de sua família, ferindo o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, com gravíssima consequência no seio familiar: o desânimo e o sentimento de exclusão social<sup>103</sup>, evidenciando claramente sentimentos de culpa e de vergonha, com o afastamento dessa família do convívio social.

Ao encerrar a presente fundamentação filosófica e teórica, oportuno agregar na construção do conhecimento do componente endividamento ou superendividamento do tema desta pesquisa a contextualização jurídica de exercício de cidadania<sup>104</sup>, ratificando as teorias filosóficas de Marshall, de acesso à justiça previsto no artigo 6º inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, na solução de conflitos de interesse da relação capital e trabalho, já que “o superendividamento dos consumidores constitui um fenômeno social tão relevante que muitos países já contam com legislações específicas para seu tratamento.”, conforme Hennigen (2010, p.1173).

Ao exercer a cidadania três elementos básicos tendem a ser satisfeitos: social, político e civil, sendo indispensável a intervenção estatal, mesmo que complementada pelo mercado, atuando, entre outras ações, como fiscalizador, regulador, legislador e mediador. O acesso à justiça contempla o elemento civil da cidadania, mas entende-se que cabe ao Estado, no caso do endividamento da família brasileira, não só intervenções através do poder judiciário, mas também desenvolver ações educacionais, assistenciais, administrativas e extrajudiciais que efetivamente promovam a cidadania.

É evidente que numa situação de vulnerabilidade social das famílias frente ao excessivo endividamento é fundamental a participação do Estado como mediador, interventor, legislador e regulador dos processos que envolvem conflito de interesses entre as famílias consumidoras e fornecedores de crédito, sendo tal intervenção através de medidas administrativas regulatórias ou assistenciais, ou até mesmo que de forma litigiosa,

---

103 Vide Frade (2006, p.27)

104 Em Marshall (1967, p.63) o componente social da cidadania se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Da mesma forma, em Barbalet (1989, p.18), cidadania é um status adstrito à condição de pleno membro de uma comunidade e quem possuir este status goza de igualdade no

favorecendo e incentivando nesse último caso o acesso à justiça, promovendo a cidadania, como forma de buscar um equilíbrio contratual entre relações de consumo e crédito e uma solução viável e eficaz sobre a vulnerabilidade por que passam as famílias.

Muito embora a discussão sobre a oferta pelo Estado de uma maior qualificação no acesso à justiça pelas famílias brasileira não pertença diretamente ao tema central da presente pesquisa de dissertação, entende-se oportuna e necessária a abordagem na sequência, com objetivos de agregar conhecimento ao tema aqui desenvolvido e construído, considerando-se ainda que a participação do Estado, nesse fundamento, nos processos de inclusão social e minimização dos riscos e exposições à vulnerabilidade social a que estão sujeitas tais famílias devido ao endividamento excessivo seja indispensável e intransmissível.

Evidentemente que o ideal seria que o Estado assumisse seu papel de mediador, regulador e legislador e facilitasse o acesso à justiça quando as famílias se encontram em situação de fragilidade e vulnerabilidade jurídica e social, como no caso do superendividamento. Mas, na prática, não é o que acontece desde longa data<sup>105</sup>. Há historicamente obstáculos econômicos, sociais e culturais que dificultam o acesso à justiça é à prática da cidadania<sup>106</sup> nesse aspecto, conforme Santos (1989), que ainda destaca, numa visão mundial e não diferente no Brasil, os altos custos judiciais<sup>107</sup>, a lentidão dos processos<sup>108</sup> e o desconhecimento dos direitos pelas populações mais pobres<sup>109</sup>. Ratificando essa visão, Santos (1993) evidencia que,

O acesso à justiça é um fenômeno muito mais complexo do que à primeira vista pode parecer, já que para além das condicionantes econômicas, sempre mais óbvias, envolve condicionantes sociais e culturais resultantes de processos de socialização e de interiorização de valores dominantes muito difíceis de transformar.<sup>110</sup> (Ibid, p. 114).

Nessa linha de pensamento, ao analisar o obstáculo cultural de acesso à justiça, Santos (2007) destaca ainda que,

... a estratégia mais promissora de reforma da justiça está na procura dos cidadãos que têm consciência de seus direitos, mas que se sentem impotentes para os reivindicar quando violados. Intimidam-se ante as autoridades judiciais que os esmagam com a linguagem esotérica, o racismo e o sexismo mais ou menos

---

que respeita aos direitos e deveres que lhe estão associados.

105 Falcão (1996, p.273-274) já destacava que na época o acesso à justiça era privilégio de elites e de algumas classes médias urbanas, devido aos altos custos financeiros, processos jurídico-formais e conformação cultural. As classes populares quando tinham acesso, o tinham como vítima ou réu.

106 Vide Santos (1989, p. 46).

107 Ibid.

108 Ibidem, p. 47.

109 Ibidem, p. 48.

110 Vide também em Sousa Junior (2008, p.6).

explícitos, a presença arrogante, os edifícios esmagadores, as labirínticas secretarias.<sup>111</sup> (Ibid, p. A3).

Para vencer tais obstáculos, alguns autores, elencados na sequência, defendem a implementação de ações efetivas por parte do Estado, incluindo o poder judiciário. “A problemática do acesso à justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à justiça enquanto instituição estatal, e sim viabilizar o acesso à ordem jurídica justa”, conforme já acusava Watanabe (1988, p.128). Sousa Junior (2008, p.7-11) defende o incentivo da participação popular na administração da justiça, a modernização tecnológica do poder judiciário como forma de otimizar recursos e reduzir custos, e o recrutamento e o desenvolvimento de juízes e agentes jurídicos numa visão mais humanista e não somente tecnicista, entre outras ações.

Ressalta-se, porém, vinculando-se ao tema desse artigo, a recente discussão sobre a reforma do Código de Defesa do Consumidor - CDC, conforme anunciado em dezembro de 2010 pelo ministro Herman Benjamin do Superior Tribunal de Justiça<sup>112</sup>, já que o CDC vem sendo apontado como tímido para dar respostas apropriadas ao fenômeno do endividamento, sendo indispensável a criação de uma tutela legal legítima<sup>113</sup>. Conforme manifestado pelo referido ministro na entrevista do Supremo Tribunal de Justiça (2010), a expectativa com a reforma do CDC é o fortalecimento dos Procons como meio de reduzir a litigiosidade judicial fortalecendo os mecanismos auto-regulatórios dos próprios setores envolvidos, como conciliação e mediação.

Entende-se que dessa forma, com a criação de uma tutela legal legítima, uma lei desejável e inovadora que visará à tutela e ao tratamento das situações do fenômeno social de superendividamento, que pode ser a anunciada reforma do CDC, associada às ações a serem implementadas pelo poder judiciário, o Estado terá melhores condições de intervir nas relações entre fornecedor de crédito e consumidor superendividado, buscando um equilíbrio contratual, a reestruturação da vida financeira dos indivíduos e suas famílias, preservando-lhes a dignidade humana, minimizando os efeitos de sua vulnerabilidade social frente ao excessivo endividamento, promovendo a cidadania.

---

111 Ibid (mesma página).

112 Vide Superior Tribunal de Justiça (2010).

113 Vide Henning (2010, p.1193).

## 9. Análise e desenvolvimento da pesquisa de dissertação

Inicialmente inevitável ratificar a importância do mercado de crédito para a manutenção da atividade econômica de um país, em especial a manutenção de níveis de emprego e renda, estimulando a produção e o consumo principalmente em momentos de crises mundiais como as que têm sido vivenciadas, mesmo que cíclicas, desde 2008, e que retornaram com expressiva força em 2011 e 2012, com sérios reflexos na economia brasileira, acompanhando opinião de Iamamoto (2009).

No Brasil esse mercado de crédito, responsável por 51,0% do PIB, vem contribuindo para a expansão do consumo, sendo que as operações de crédito destinadas exclusivamente ao consumo representam de 34,9% do PIB, conforme demonstrado no comentário seguinte à apresentação da tabela 2. Percebe-se que essa expansão de consumo vem contemplando desde 2008 as diferentes formas de suprimento das necessidades econômicas das famílias brasileiras, conforme definições e caracterizações do tema “consumo” anteriormente elencadas.

Dentre as necessidades econômicas das famílias brasileiras há de se destacar o consumo de bens duráveis, como a expansão de financiamento de aquisição de veículos em 125,8% no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012 registrada no gráfico 1, além da expansão, no mesmo período, da produção de máquinas e equipamentos destinados ao consumo em 56,3%, de eletrônicos em 123,2%, de produção de automóveis em 248,7% e de importação de automóveis, eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, entre outros, em 78,0%, todos conforme gráfico 3. Destaque também para a expansão em 299,3%, no período de 2008 a 2011, nos financiamentos destinados às pessoas físicas com renda até 5 (cinco) Salários Mínimos Nacionais destinados à construção, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado, através de programas governamentais destinados às habitações de interesse social, como o “PMCMV”, por exemplo.

Chama a atenção que no mesmo período, conforme o Serasa Experian (2012), a demanda por crédito do consumidor com renda mensal até **R\$ 500,00** evoluiu em 94,4%, índice esse muito superior ao índice oficial de inflação medido IPCA do IBGE que foi de 17,66% no período de 2008 a 2011, e também superior ao incremento em 4,0% da população brasileira economicamente ativa e não economicamente ativa, consideradas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, conforme apurado pelas PNADs do IBGE de 2009 e 2011.

A própria evolução dos empréstimos consignados contratados por pessoas físicas

em 129,3%, demonstrada no gráfico 1, igualmente entre dezembro de 2008 a agosto de 2012, confirma essa análise, já que tal linha de crédito é historicamente utilizada de forma ampla e massificada pelos trabalhadores e aposentados brasileiros como forma de complementação de renda para satisfação de suas necessidades econômicas, entre elas o consumo de bens duráveis, conforme aponta Freitas e Prates (2009).

Ainda, as próprias PNADs do IBGE demonstram essa expansão de consumo de bens duráveis, entre 2009 e 2011, mesmo se considerados os efeitos inflacionários conforme demonstrado na tabela 3, com destaque para bens como máquina de lavar, microcomputador, microcomputador com acesso à internet e telefone celular, este último destacado na pesquisa de Sciré (2009) como objeto de consumo prioritário do trabalhador brasileiro pertencente às classes mais baixas de renda quando da conquista de um emprego novo ou da melhoria de sua renda.

Nesse mesmo sentido, ficou demonstrado também que a referida expansão de alguns bens duráveis contemplados nas PNADs foram motivados pelo incremento real em 13,3% nos empregos formais no Brasil no período e pelo aumento real na remuneração média mensal dos trabalhadores brasileiros em 3,86%, conforme apurado pelo MTE, que se entende devidamente associados às políticas públicas sociais direcionadas às famílias mais pobres de concessão e expansão tanto do mercado de crédito como o “PMCMV” como de programas de transferência de renda como o “Bolsa Família e o “Fome Zero”, conforme destacado na pesquisa de Sciré (2009), confirmando dessa forma as opiniões de Iamamoto (2009) de que a manutenção ou elevação dos níveis de emprego em renda são fundamentais para estimular o consumo como ferramenta de manutenção da atividade econômica do país em momentos de crise econômica.

Mas retomando o questionamento central da presente pesquisa de dissertação: essa expansão de consumo de bens duráveis, incrementado mesmo que parcialmente, conforme comprovado estatisticamente, pelo mercado de crédito, está possibilitando às famílias brasileiras efetiva inclusão social ou está lhe submetendo a riscos que lhe induzem à vulnerabilidade social? Para resposta desse questionamento é inevitável resgatar objetivamente a caracterização do tema “inclusão social” já comentada.

Tanto pela referida caracterização como pela fundamentação teórica apresentada percebe-se que o consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras, seja auxiliado pelo mercado de crédito ou não, pode ser utilizado como ferramenta de exercício de cidadania, já que possibilita a aquisição de pelo menos um dos direitos formais idealizados por Marshall (1967), oferecendo-lhes, conforme salienta Iamamoto (2009) e MacPherson (1991),

potencialização ou até mesmo igualdade de participação em oportunidades como o acesso à moradia, a aquisição de um automóvel “Zero Km”, de uma máquina de lavar, de um microcomputador ou a um celular novo, como exemplos, além de factíveis adaptações em sistemas sociais gerais, permitindo-lhes, pelo menos aparentemente e preliminarmente, sensações como prazer, prestígio, euforia transitória, recompensa e de realizações de sonhos, assim abordados em Oliveira (2007) e Citelli (2009).

Essa constatação também fica evidente e se confirma em Sciré (2009), na sua pesquisa sobre as condições de emprego, renda e práticas de consumo de um grupo de famílias residentes num bairro da periferia da cidade de São Paulo, perfeitamente coerente e compatível com os objetivos da presente pesquisa de dissertação, chamando atenção a autora de que a proliferação de diversos mecanismos de concessão de crédito num processo de financeirização popularizada nos últimos anos, possibilitaram às famílias de classes de renda mais baixa, não só a participação ativa nos mercados de consumo num processo de perfeita inserção na sociedade de consumidores via ampliação de acesso ao consumo obtido através do mercado de crédito, mas também a realização, mesmo que parcial e ilusória, de padrões de consumo estabelecidos pelas classes de renda mais altas.

Tais famílias, através desse processo de financeirização, estimuladas ao consumo e participantes de uma sociedade de consumidores com objetivos claros de exercício de cidadania e inserção social, foram peças importantes e indispensáveis na minimização dos efeitos na economia brasileira das crises econômicas mundiais desde 2008, que retornam com expressiva força em 2011 e 2012, principalmente se for considerada a análise da SAE de que foi a classe C brasileira responsável pela maior participação nos gastos com consumo no país no ano de 2009 e de que as três classes de renda mais baixa, respectivamente classe E, D e C, juntas foram responsáveis por 55,9% do poder de compra e de consumo naquele ano, conforme anteriormente comentado.

Entende-se que ao procurar afiliação social ou mobilidade com ascensão social através da expansão de consumo, reproduzindo com isso padrões e estilos de classes de renda mais altas, sujeitas ainda às regras e mecanismos dessa economia amplamente consumista, essas famílias procuraram obter para si um valor de mercado que lhes fossem mais favoráveis, ou seja, tornaram-se como mercadorias valiosas em relação ao mercado no qual se relacionaram e interagiram, num processo que Bauman (2008) descreve como comoditização dos consumidores.

Identifica-se dessa forma que, submetidas a esse processo, as famílias brasileiras procuraram, a partir dos citados padrões, uma referência de estar à frente da tendência de

estilo o que lhes transmitiria uma promessa de alto valor de mercado e uma abundante demanda, ambos percebidos como obtenção de reconhecimento, aprovação e inclusão, afastando com isso as possibilidades de rejeição, abandono e exclusão nas suas relações enquanto pertencentes e participante de uma sociedade de consumidores.

Se a análise aqui proposta ficasse limitada a esse contexto então poderia ser afirmado que o consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras também lhe tem possibilitado inclusão social, ou até mesmo uma mobilidade com ascensão social, já que ao consumir, ou seja, ao apropriar-se de produtos duráveis, tais famílias estariam investindo em sua própria afiliação e valorização social, elevando sua auto-estima, tornando-se membros de uma sociedade de consumidores conforme analisado por Bauman (2008), exercendo seus gostos, hábitos e caprichos, além de um conjunto de processos e fenômenos socioculturais complexos e diversificados, conforme analisa Rocha (2008), repletos de significados, significações e simbolismos, e resultantes das lutas de interesses travadas por tais famílias, na busca dessa afiliação social, junto aos demais atores sociais num campo social teórico fundamentado nas ideias e filosofias de Bourdieu (2005).

As próprias análises da SAE (2011), igualmente focadas em Sciré (2009), ambas anteriormente detalhadas, sobre as sensíveis transformações no perfil socioeconômico do Brasil entre 2004 e 2010, servem de base para essa afirmação. Nas análises da referida Secretaria ficou evidente expressiva mobilidade social naquele período, onde 32 milhões de pessoas ascenderam às classes A, B e C e 19,3 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, fortalecendo e configurando uma nova classe C que representava 50,5% da população brasileira àquela época, cujas famílias possuíam um rendimento mensal domiciliar na faixa de **R\$ 1.064,00 a R\$ 4.561,00**.

Motivada não só pelo aumento de emprego e renda, mas também pelo acesso ao mercado de crédito incluindo programas sociais com subsídios financeiros como o “PMCMV”, essa nova classe C viu ou pelo menos potencializou a oportunidade de compra de seu carro “Zero Km”, da aquisição ou construção de sua casa própria, ou da aquisição do seu microcomputador com acesso à internet, e como classe social responsável em 2009 pela maior parcela de gastos com consumo na população brasileira, conforme afirma a referida Secretaria, realizou investimentos que, ratificando, lhe possibilitou afiliação social e exercício de cidadania.

Porém a proposta de questionamento da presente dissertação de mestrado é mais ampla, não tratando tão somente da suposta inclusão social, ou da obtenção de relativa cidadania, ambas possibilitadas, mesmo que de forma complementar, pelo consumo de

bens duráveis.

Traz à discussão também um cenário extremamente preocupante para as famílias brasileiras na atualidade que é o comprometimento de suas rendas com os gastos de consumo supervalorizado e o pagamento de dívidas financeiras geradas pelo excessivo endividamento, gerando fenômenos psicossociais complexos muito bem evidenciados em Sciré (2009), tais como, utilizando-se dos exemplos destacados pela autora, o constante parcelamento e reparcelamento de compras e de dívidas muito além de suas capacidades de geração de renda, além das desgastantes negociações e renegociações com bancos e financeiras na tentativa de eliminar ou postergar as restrições de crédito e proceder à limpeza, mesmo que provisoriamente e metaforicamente falando, do nome que ficou “sujo”, nomenclatura utilizada pela autora na pesquisa, motivado por diversas dívidas acumuladas ao longo de meses e anos e que ficaram constantemente em atraso.

Esses fenômenos e situações constrangedoras expõem tais famílias a riscos de indiscutível vulnerabilidade social devido às impossibilidades e privações de poderem partilhar e interagir na sociedade na qual estão inseridas enquanto membros natos de uma sociedade de consumidores, e que lhes oferecia a ilusória sensação de estarem sendo incluídas socialmente, mas que na verdade acaba causando-lhes, pelo contrário, sensações de recusa, expulsão e exclusão permanente geradas pela acumulação de diversificadas carências econômicas, sociais e culturais que não conseguem mais serem satisfeitas devido a esse endividamento excessivo, conforme opiniões eficazmente detalhadas por Sposati (1996), Oliveira (2007), Euzéby (2004) e Faleiros (2006), já anteriormente apresentadas, como também uma euforia efêmera e transitória de utilizar, como exemplos, um veículo financiado, cujo financiamento não terá condições plenas de quitação, ou ainda o usufruto de um apartamento hipotecado, garantidor de um financiamento imobiliário, cujas prestações não pagas mês a mês se acumulam, conforme análise de Citelli (2009).

A própria POF 2008-2009 do IBGE (2011) demonstra essa preocupante exposição e comprometimento da renda mensal das famílias brasileiras. Percebe-se pela pesquisa, conforme devidamente detalhado na tabela 4, que do total das famílias pesquisadas, 68,4% possuem despesas mensais totais superiores aos seus rendimentos mensais totais, sendo marcante a informação de que as famílias brasileiras com rendimento mensal total de até 1,8 Salários Mínimo Nacional, que representam 21,63% do total de famílias, comprometem com despesas mensais um índice de 36,89% superior aos seus rendimentos, sendo que as despesas mensais só com consumo superam seus rendimentos em 28,49%.

Esse excedente de despesas mensais em relação aos rendimentos mensais de tais

famílias brasileiras nessa faixa de renda, conforme detalhado na tabela 5 e gráfico 6, exige o compromisso e o comprometimento, por equivalência, para cobertura das despesas, de 11,1 dias de rendimento mensal além do rendimento mensal já recebido, que, pelas informações quantitativas já aqui tratadas, entende-se serem obtidos, provavelmente, através de empréstimos tomados junto ao mercado de crédito, cujos pagamentos mensais com amortização de dívidas e juros, conforme a mesma tabela 5 e o gráfico 13, comprometem 4,19% da renda mensal ou equivalente a 1,3 dias de rendimento mensal dessas famílias na forma pesquisada na POF 2008-2009.

Evidentemente, como era de se esperar, que as despesas mensais com alimentação e habitação possuem maior peso no total das despesas das referidas famílias brasileiras integrantes dessa faixa de renda, representando, conforme tabela 5 e gráficos 8 e 9, índices de 38,06% e de 50,98%, respectivamente, totalizando 89,04% de comprometimento da renda com tais despesas, acompanhando parecer de Sciré (2009). Tais índices representam por equivalência o comprometimento de 11,4 dias e 15,3 dias de rendimento mensal, respectivamente, totalizando um comprometimento de 26,7 dias de rendimento mensal para pagamento de referidas despesas, ou seja, quase que a totalidade do rendimento mensal recebido pelas famílias. Evidencia-se também dessa forma que nessa contextualização de comprometimento de renda mensal o fato de que, pela mesma tabela 5, sobram menos de 4 dias de rendimento mensal para pagamentos das demais despesas essenciais para sua sobrevivência ou necessárias nas suas relações humanas como despesas com vestuário, transporte, saúde, educação, impostos, empréstimos, entre outras.

Realça-se ainda nessa análise que as despesas com habitação incluem também àquelas destinadas ao consumo de bens duráveis, tais como telefonia fixa e móvel, pacote de telefone, TV e internet, manutenção do lar, mobiliários e artigos do lar, e eletrodomésticos, conforme classificação do IBGE (2011) já apresentada.

Caso seja adicionada às despesas com alimentação e habitação também as despesas com transporte, que igualmente incluem aquisição e manutenção de bens duráveis, entre eles veículos segundo a mesma classificação do IBGE (2011), o total das despesas com esses itens comprometem, segundo a mesma tabela 5, um índice que totaliza 102,28% do rendimento mensal daquelas famílias na faixa de renda mais baixa pesquisada, já que as despesas com transporte comprometem 13,24% da renda familiar, equivalente a 4,0 dias de rendimento mensal recebido, conforme o gráfico 10. Essa composição das três despesas resulta em pagamentos que passa agora para 30,7 dias de comprometimento de rendimento mensal.

Esse excesso de despesas em relação à renda familiar, comprometendo os rendimentos mensais das famílias brasileiras que enxergaram no mercado de crédito a possibilidade de complementação da renda para cobertura das despesas mensais, ou seja, endividando-se, além das evidências listadas na pesquisa de Sciré (2009), também ficou transparente na Pesquisa de Tendências do Consumidor, efetuada pela Associação Paulista de Supermercados (2011), que indicou que 53% das famílias possuem gastos superiores a renda.

Também o IPEA (2012), através do Índice de Expectativa das Famílias de agosto de 2012, apresenta que 44,2% das famílias brasileiras possuem dívidas, sendo que 7,4% encontram-se muito endividadas, conforme o gráfico 14.

Nada diferente do cenário nacional, igualmente as famílias gaúchas vêm demonstrando alto índice de 73,2% de endividamento, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias Gaúchas de agosto de 2012 divulgada pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS (2012), detalhada no gráfico 15, sendo que 6,4% das famílias informaram que não terão condições de pagar as dívidas.

Continuando-se nessa análise de comprometimento de renda e sua respectiva complementação através do endividamento facilitadamente e massificadamente oferecido pelo mercado de crédito, igualmente o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor de agosto de 2012, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (2012) indica que 69% dos brasileiros encontram-se endividados, dos quais 23% aumentaram suas dívidas.

Ainda, o Banco Central do Brasil (2012), conforme detalhado no gráfico 17 e na tabela 5, indica que o comprometimento de renda com pagamento de dívidas foi de 22,1% em abril de 2012, e ainda que no período de 2008 a 2011 para cada R\$ 100,00 de aumento na renda nominal dos brasileiros houveram a contratação de R\$ 1.638,65 em novos empréstimos.

Fica claro que as famílias brasileiras, principalmente as de classe de renda mais baixa, ao consumir através de um endividamento progressivo e relativamente simplório conforme evidenciado por Berquó (2010), não lutam unicamente contra a constante necessidade de satisfação de suas necessidades econômicas, mesmo priorizando despesas com alimentação, habitação e transporte.

Travam também lutas de interesses simbólicas, muito embora não anticapitalista, contra o poder econômico de um sistema capitalista, nesse caso não só representado pelas

grandes redes de organizações industriais ou comerciais e suas estratégias de atratividade e conquista de consumidores, mas também pelos grandes conglomerados nacionais e internacionais que atuam no sistema financeiro brasileiro, todos dotados de capital econômico e intelectual que lhe favorecem hegemonicamente e com constante ânsia de acumulação contínua, os quais têm no Estado, atuando como arrecadador de impostos tanto na efetivação de transações comerciais como também sobre as dívidas contraídas pelas famílias, um grande parceiro comercial, escancarando a vulnerabilidade a que estão sujeitas essas famílias contra a esse sistema hegemônico.

Nesse rol de interesses dos diversos integrantes do sistema capitalista, cabe novamente destacar a pesquisa de Sciré (2009) onde a autora apresenta importante constatação de como as redes de consumo, integrantes desse sistema, formadas por “shoppings, hipermercados, redes de fast food, lojas de móveis” (Ibid, p. 10), associadas às administradoras de cartão de crédito e suas duvidosas técnicas de ampliação e manutenção de clientes cativos aos fluxos financeiros, conforme a autora, estrategicamente se espalharam pelos espaços periféricos das cidades e rapidamente se estruturaram para atender à demanda das populações de mais baixa renda, principalmente a partir da nova configuração da classe C brasileira já aqui comentada, que se entregou ao consumo com objetivos claros de afiliação social e busca por cidadania.

Pertinente e igualmente aplicável nesse contexto a análise de Netto (2009) sobre a teoria marxista, já que para satisfazer suas necessidades econômicas as famílias brasileiras precisam consumir, inclusive endividando-se conforme aqui destacado, algo que evidentemente necessita ser previamente produzido, estando essa produção devidamente interligada com processos de distribuição, troca, circulação e consumo, o que torna a produção em parte como consumo, o qual se entende que tenha sido parcialmente originado da produção, num processo que continuamente se realimenta, gerando excedentes, seja na forma de lucro crescente acumulado pelo sistema capitalista produtivo, comercial e midiático, seja na forma de juros bancários recebidos pelo sistema capitalista financeiro ou ainda na forma de pagamento de impostos diretos e indiretos nas operações de consumo e endividamento.

Nesse contexto, há de se destacar também que os diversos integrantes do sistema capitalista encontram no Estado não só mais um parceiro nessa divisão, mas também um elemento salva-vidas dos seus interesses coletivos e de sua hegemonia, conforme apresentado por Bauman (2010), já que está sempre pronto para atuar no mercado ilusoriamente e supostamente liberal, como no caso da economia brasileira, visando minimizar ou eliminar os riscos e as perdas que tais integrantes, principalmente os

vinculados ao mercado de crédito, poderiam estar sujeitos principalmente nas situações de recessão ou de crise mundial, como a vivenciada na atualidade. Essa afirmação encontra embasamento na aqui relatada priorização pelo Governo Brasileiro no orçamento de 2012 com a alocação de **R\$ 910,7 bilhões** para os serviços e refinanciamentos da dívida interna e externa, conforme o Senado Federal (2012), colocando em segundo plano recursos para a previdência social, para a saúde e para a educação, por exemplo.

A atuação do Estado como salva-vidas dos interesses do sistema capitalista fica evidente também através de uma análise criteriosa dos objetivos de alguns de seus programas sociais mais recentes como o PAC e o “PMCMV”, principalmente se considerado que tais programas visaram manter a atividade econômica do país minimizando os efeitos das crises econômicas mundiais desde 2008 ao incentivar e subsidiar a infraestrutura urbana e o ramo da construção civil.

Nessa luta de interesses contra tal sistema e o Estado, que se entende ser uma luta não anti-capitalista em grande parte gerada pela organização em massas formadas por pressões sindicais e associativas, visivelmente presentes na atualidade, considerando-se ainda a relatada melhoria de níveis de emprego e renda conforme Sciré (2009) e estatísticas das PNADs do IBGE e do MTE, percebe-se que essas famílias, igualmente incentivadas ao consumo pela mídia em geral também com interesses próprios de acumulação e participação na extração de mais-valia, ao consumir bens duráveis para satisfação de algumas de suas necessidades econômicas com objetivos de conquista de cidadania e inclusão social, já que quem não tem cidadania fica marginalizado ou excluído da vida social conforme descreve Dallari (1998), ficam, mesmo que assim parcialmente organizadas política e culturalmente, sujeitas à submissão desses mecanismos hegemônicos e de suas regras.

Tais regras e mecanismos, muitos dos quais propositadamente oferecidas de forma confusa e exploratória da demonstrada escassez de recursos financeiros das famílias brasileiras, são impostos pelo sistema capitalista e seus diversos componentes, num processo de acumulação contínua que se retroalimenta, sugerindo sensações ilusórias e transitórias de inclusão social, conforme aponta Oliveira (2007), acreditando tais famílias que consomem aquilo que realmente tinham pretensão de consumir, o que deixa claro, nesse contexto, que o elemento dominante nas ações de satisfação de necessidades que envolvem diversificadas relações humanas é o elemento produção destinado ao consumo, confirmando opinião de Prado (2001), que gera nova produção e conseqüente novo consumo, num ciclo permanentemente retroalimentado.

E é dessa forma que essas famílias são inseridas, propositalmente pelo processo capitalista, a economia consumista e o mercado de crédito, numa sociedade de consumidores representada por um ambiente existencial que se distingue por uma reconstrução das diversificadas e complexas relações humanas a partir de padrões, e à semelhança, das relações entre tais famílias consumidoras e os objetos de consumo, muito dos quais efêmeros, irrelevantes, desnecessários e inviáveis para o momento vivenciado, considerando-se o comprovado comprometimento de suas rendas com despesas mensais superiores aos valores recebidos mensalmente como remuneração pelos seus trabalhos.

Percebe-se que tal situação, muito bem explorada pelos diversificados integrantes do sistema capitalista, é resultante de uma ação de consumo por parte dessas famílias obtida de forma irrefletida, irracional, impulsiva e viciosa de adquirir, juntar e descartar, um culto à economia do engano, conforme Bauman (2008), estimulada por emoções puramente consumistas sem cultivo da razão, onde há a rejeição de opções alternativas e onde não ocorreram as devidas mediações, ou um planejamento orçamentário e financeiro, ou ainda pelo menos estimativas sóbrias e bem fundamentadas que poderiam evitar desperdícios e gastos desnecessários que acabam por induzir, por consequência, a indesejáveis endividamentos e inadimplementos dessas dívidas conforme aqui provado.

Tais famílias, nessa situação impositiva, ao participarem como membros da sociedade de consumidores tornam-se elas próprias mercadorias de consumo independente dos meios e das consequências, o que significa afirmar que, buscando afiliação e ascensão social, prestígio, recompensa ou realização de sonhos, que resumidamente representa a busca de um simbólico valor de mercado que lhes sejam mais favoráveis, acabam por transformarem-se elas próprias em mercadorias, ratificando análise já aqui apresentada.

O que se procura evidenciar nessa abordagem é que na visão do sistema capitalista o processo de consumo das famílias brasileiras pode ser descrito simbolicamente como um processo que envolve a negociação de uma commodity, aqui entendida literalmente como uma mercadoria ou um bem, produzidos por diferentes produtores e possuindo características uniformes, para os quais existe procura sem atender à diferenciação de qualidade do produto no conjunto dos mercados e entre vários fornecedores. Esse processo de comoditização dos consumidores exige participação ativa dessas famílias, como mercadorias, nos mercados de consumo e é de grande interesse tanto ao sistema capitalista como ao Estado, ambos interessados e sócios na manutenção da atividade econômica do país principalmente em momentos de recessão econômica ou crises econômicas mundiais como as vivenciadas na atualidade.

Essa lógica de acumulação capitalista e exploração das famílias brasileiras deixa evidente a preocupante carência das mesmas em relação a uma maior organização política e ideológica que lhe proporcione melhores condições de barganha frente à essa hegemonia capitalista e que, caso supridas ou eliminadas, lhes permitam avanços intelectuais e culturais, de tal forma que lhes sejam proporcionadas ou pelo menos potencializadas as possibilidades de consumo mais consciente, com mediações racionais e com respectivo discernimento sem exposição de endividamento excessivo.

Tal conotação fica clara e encontra embasamento na reportagem veiculada na revista *Veja* (2011) onde é destacado que 67% dos brasileiros não dimensionam o impacto dos juros nos empréstimos que são contratados, índice que aumenta para 87% nas pessoas pertencentes às classes de renda C e D, e também no jornal da *Band* (2012) que destaca aumento de endividamento das famílias brasileiras tendo como um dos principais motivos o descontrole nos gastos com consumo. As referidas informações transparecem que ao consumir utilizando-se do mercado de crédito os brasileiros abrem mão das mediações racionais e privilegiam os impulsos irrefletidos, acabando por endividar-se de forma crescente e contínua.

Nesse contexto de carência de organização política e ideológica agrega-se o fato de que tais famílias, caracterizando evidente situação de consumidores desfavorecidos e hipossuficientes conforme nomenclatura prevista no Artigo 6º do Código de Defesa do consumidor (1990), numa situação de endividamento inconsciente e excessivo, ficam posicionadas na relação contratual com os fornecedores do mercado de crédito, atores integrantes da hegemonia capitalista dotados de grande capital intelectual, com sérias dificuldades e múltiplas limitações que tendem a impedir a busca por um melhor equilíbrio nessa relação, conforme afirma Bertoncello (2006), inclusive deixando-as juridicamente desprotegidas, o que lhes causam relativos obstáculos a um acesso à justiça pelos diversos motivos elencados em Santos (1993), que, caso ideologicamente e efetivamente fossem superados, lhes favoreceriam e que lhes permitiriam o exercício de uma cidadania mais adequada, de forma a minimizar os riscos às vulnerabilidades diversas a que estão sujeitas nessa situação.

Mas ficou provado ainda que não só o comprometimento de renda com despesas acima dos rendimentos mensais escancara séria vulnerabilidade social das famílias. O comprovado aumento do endividamento e da inadimplência de suas dívidas, conforme diversas pesquisas e informações aqui detalhadas e analisadas e que merecem ser ratificadas nesse momento, contraídas junto ao mercado de crédito para complementação de suas rendas deixa claro uma preocupante vulnerabilidade adicional.

No contexto de aumento de endividamento destaque para a pesquisa do IEF apresentada pelo IPEA (2012), onde foi informado que 7,4% das famílias brasileiras declaram estar muito endividadas, da PEIC-RS da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS (2012), onde foi informado que 43,6% das famílias gaúchas declaram possuir dívidas em atraso e que 6,4% dessas famílias declaram não ter condições de pagar suas dívidas, sendo de 7,1% tal índice em termos de famílias brasileiras conforme a PEIC da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (2012), sendo que 21,3% das famílias declaram possuir dívidas em atraso, como também no INEC da Confederação Nacional da Indústria (2012), que indicou que 69% dos brasileiros encontravam-se endividados, dos quais 23% aumentaram suas dívidas.

Continuando na contextualização do aumento de inadimplência destaque para a informação do Serasa Experian (2012) de que o inadimplemento de dívidas contraídas por pessoas físicas junto a bancos e financeiras aumentou em 149,2% no período de dezembro de 2008 a agosto de 2012.

Destaque também para o recorde de inadimplência nas operações de empréstimos tomados por pessoas físicas nos últimos 19 meses de 7,9% em setembro de 2012, conforme medido pelo Banco Central do Brasil (2012).

Também a constatação apresentada no estudo da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2012) de que 64% dos inadimplentes pertencem às classes E, D e C, permite identificar séria e preocupante concentração de inadimplência nessas classes de renda, as mesmas que conforme estudos da SAE (2011) apresentaram expressiva mobilidade social, que saíram da pobreza extrema entre 2004 e 2010 e que foram responsáveis em 2009 pela maior parcela de gastos com consumo no Brasil.

Complementando-se essa análise há de se destacar, utilizando-se de Sciré (2009), o grande interesse do sistema capitalista e seus diversos integrantes em manter as famílias brasileiras cativas aos fluxos financeiros, aprisionando-as ao processo com constantes e contínuas possibilidades de parcelamento e alongamento de suas dívidas efetivadas através de um pagamento mínimo como entrada, mas embutindo, de forma obscura, altos encargos financeiros, técnica duvidosa de “limpeza do nome” e de eliminação das restrições de crédito, permitindo a tais famílias novo acesso e retomada do processo de consumo, começando com isso um novo ciclo vicioso de crédito, consumo, endividamento, inadimplência, renegociação da dívida, novo parcelamento e assim sucessivamente, ciclo esse que extrai a mais-valia gerada pelo trabalho dessas famílias e só favorece economicamente o sistema capitalista.

Oportuno ratificar-se novamente, a partir das informações quantitativas e análises apresentadas, que não é do interesse do sistema capitalista como um todo, incluindo-se o Estado, nem da economia consumista, que esse ciclo se rompa ou se conclua, já que fica evidente que, caso as famílias brasileiras satisfizessem suas necessidades econômicas, guiando seu consumo, seja de bens duráveis ou não, exclusivamente sobre o que acreditam ser necessário para sua sobrevivência sem comprometer sua renda mensal e sem provocar endividamento, sem procurar novas necessidades consideradas como efêmeras e desnecessárias, evitando com isso desperdícios indesejáveis, haveria o encerramento desse processo de acumulação naturalmente.

Tais famílias, nessa situação, seriam consideradas para a economia consumista como consumidores falhos, conforme nomenclatura presente na análise de Bauman (2008), já que haveria hipoteticamente a satisfação integral de suas necessidades sem a necessidade de um endividamento cumulativamente crescente, fato que limitaria ou obstruiria a expansão do mercado de consumo e do mercado de crédito, algo totalmente contraditório ao processo de acumulação capitalista.

Entende-se ainda adequada nesse contexto a utilização da terminologia “contraída” na referência dada aos empréstimos contratados pelas famílias brasileiras, já que o comprovado consumo impulsivo e inconsciente alimentado pelo endividamento excessivo, como por exemplo a utilização de um cartão de crédito, na forma eficientemente analisada e relatada em Bauman (2010) e Sciré (2009), cuja fatura mensal cresce assustadoramente com impacto dos juros bancários, representam simbolicamente uma doença social grave que induz à vulnerabilidades diversas: induz à marginalização, à sensação de ruína, à depressão, à exclusão permanente, às restrições de obtenção de novos créditos em situações de real necessidade, ao descontrole de gastos, conforme expostos em Citelli (2009) e Oliveira (2007).

Tais vulnerabilidades, associadas às circunstâncias imprevisíveis de emprego, desemprego ou redução de renda, acaba obrigando tais famílias, principalmente àquelas pertencentes às classes de rendas mais baixas conforme destacado no parágrafo anterior, a um aprisionamento de suas vidas às dívidas e a uma financeirização da pobreza, qualificações estas muito bem trabalhada por Sciré (2009) em sua pesquisa.

Assim também é adequada e no mesmo contexto da terminologia “contraída” o uso do verbo “aprisionar”, utilizado por diversas vezes na presente pesquisa de dissertação, já que se entende que a família brasileira, através do endividamento crescente associado à sua incapacidade de pagar as despesas mensais necessárias para sua sobrevivência,

encontra-se presa a um sistema de parcelamento e reparcelamento de dívidas que nunca acaba. Entende-se que o próprio “PMCMV” do Governo Federal idealizado para o provimento de habitação de interesse social para integrantes da população brasileira pertencentes às classes de mais baixa renda resultará no aprisionamento às dívidas de longo prazo de aproximadamente 3,4 milhões de famílias, mesmo se considerados os subsídios financeiros previstos no programa aplicados às mesmas.

Continuando-se nessa análise, a partir das afirmações de Henning (2010) e Canclini (2005), tais famílias ao consumir bens duráveis, comprometendo renda e endividando-se, demonstram ainda sensível carência intelectual também no que se refere à incapacidade de gestão de seus orçamentos familiares, bem como limitações de natureza psicossociais que as impedem de traçar projeções financeiras e efetuar reflexões corretas, utilizando-se de critérios racionalmente obtidos e analisados. Entende-se, nesse contexto, que supridas tais carências, elas teriam a oportunidade de abrir mão da impulsividade que lhes é continuamente estimulada pelo sistema capitalista, permitindo-lhes efetuar mediações racionais que lhes possibilitariam a minimização de diversos riscos que lhe induzem às situações de vulnerabilidades relatadas.

Tal afirmação encontra embasamento não só na POF 2008-2009 do IBGE (2011) já anteriormente citada e analisada, compilada na tabela 4, mas também na pesquisa do IEF do IPEA (2012), onde ficou demonstrado que 13,2% das famílias pesquisadas declararam que as dívidas contraídas comprometiam mais de 5 (cinco) vezes a renda familiar mensal, na pesquisa veiculada na revista *Veja* (2011), que cita que 67% dos brasileiros desconhecem o quanto pagam de juros nos empréstimos contratados, e também nos estudos divulgados pela CNDL (2012), onde fica claro que 60% dos consumidores brasileiros não realiza algum tipo de planejamento orçamentário e financeiro, ratificando que, conforme o citado estudo, 64% do total de consumidores pesquisados pertencem às classes de renda E, D e C.

Assim, respondendo o questionamento central da presente pesquisa de dissertação, a partir das informações quantitativas e análises aqui apresentadas, percebe-se que as famílias brasileiras, principalmente às pertencentes às menores classes de renda, um expressivo e preocupante índice de 68,5% do total pesquisado, buscando afiliação social e exercício de cidadania, seja através das sensíveis melhorias de níveis de emprego e de renda, seja também e principalmente se utilizando do mercado de crédito que lhes é fartamente e facilmente oferecido conforme aqui provado, acabam, ao consumir bens duráveis, como participantes plenos de uma sociedade de consumidores com alto valor de mercado representando 55,9% do poder de compra e de consumo na economia brasileira,

ter a sensação transitória e ilusória de inclusão social, mas que na verdade acabam aprisionadas num processo de comprometimento de renda, ausência de capacidade de pagamento de suas despesas de suprimento de necessidades econômicas mínimas de sobrevivência e alto endividamento, continuamente renovado e incrementado, fragilizando-as socialmente, escancarando diversas e preocupantes vulnerabilidades, transformando-as em consumidores desfavorecidos e hipossuficientes na visão do Código de Defesa do Consumidor.

## 10. Considerações finais

No transcorrer da presente pesquisa de dissertação demonstrou-se e comprovou-se a expansão de consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras desde dezembro de 2008, principalmente àquelas pertencentes às classes de renda mais baixa, que com as melhorias nos níveis de emprego e de renda, associados aos programas governamentais de natureza social de transferência de renda como o “Fome Zero” e “Bolsa Família” e de acesso e expansão do mercado de crédito como o “PMCMV”, por exemplo, foram responsáveis em 2009 por 55,9% do poder de compra e de consumo da economia brasileira, contribuindo expressivamente para manutenção da atividade econômica do Brasil durante as turbulentas crises econômicas mundiais as quais esteve o país submetido desde 2008.

Com objetivos claros de exercício de cidadania e inclusão social, tais famílias, para pertencerem a uma sociedade de consumidores que reproduz hábitos e gostos de classes de renda mais altas e agregarem a si um valor de mercado como se fossem uma mercadoria ou comodiite, sentindo-se dessa forma incluídos socialmente, buscaram no mercado de crédito fartamente e facilmente disponível uma forma de complementar sua renda mensal para efetivarem seus atos de consumo. Dessa forma viabilizaram realizações de seus sonhos e de seus projetos de participação e afiliação social, permitindo-lhes expressiva mobilidade com ascensão de uma nova configuração de classe C, a qual representa mais de 50% da população brasileira.

Nessa condição de luta não anti-capitalista visando inclusão social e reprodução de hábitos e gostos de classes de renda mais altas, submetidas aos processos expansionistas de consumo com claro e evidente propósito de extração de mais-valia a favor do sistema capitalista hegemônico e seus diversos integrantes, incluindo o Estado, e induzidas e seduzidas pelo mercado de crédito com seus aparatos tecnológicos e midiáticos amplamente dotados de capacidade intelectual, numa ideologia de submissão e dominação, mais de 68% das famílias brasileiras, pertencentes às classes de renda mais baixa, acabaram por comprometer excessivamente sua renda mensal com despesas de consumo.

Mesmo priorizando despesas de consumo essenciais como alimentação, habitação e transporte, verificou-se que o registrado excesso de pagamento de tais despesas mensais em relação ao rendimento mensal recebido induziu ao endividamento dessas famílias, necessário e indispensável para pagamento de outras despesas também essenciais como educação e saúde.

Esse quadro de despesas mensais superiores aos rendimentos em mais de 68% das famílias brasileiras e atingindo àquelas pertencentes às classes de renda mais baixa escancara sérias e preocupantes vulnerabilidades sociais: o comprometimento da renda; a incapacidade de pagamento das despesas; o alto endividamento, crescente e progressivo; e a inadimplência gerada por impontualidade de pagamentos desse endividamento.

Preocupante também o fato de que tais famílias demonstram não possuir condições de gerir e planejar seus orçamentos familiares, de consumir de forma coerente e racional, efetuando criteriosas mediações. Na verdade restou provado que induzidas e iludidas pela economia consumista, por entenderem como participantes de uma sociedade de consumidores, como mercadorias de alto valor de mercado e como se tudo isso fosse necessário ao processo de inclusão social, essas famílias executam o ato de consumo de forma irrefletida e impulsiva, endividando-se progressivamente, resultando num processo de acumulação e de aprisionamento aos fluxos financeiros que só favorece o sistema capitalista, incluindo o sistema financeiro globalizado que atua no Brasil.

Esse cenário torna-se ainda mais preocupante quando considerados os reflexos das crises mundiais que persistem com relativa gravidade na atualidade. As possibilidades dos seus efeitos e impactos na economia brasileira com a possível redução dos níveis de emprego e de renda devem ser considerados como fatores de riscos que tendem a evidenciar as vulnerabilidades acima citadas.

Os recentes dados fornecidos pelo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2013), com ênfase à criação de empregos formais, onde o saldo líquido de empregos em 2012, diferença entre criação de vagas e demissão, foi a pior nos últimos três anos e representa uma redução de 33,1% em relação a 2011, alimenta essa preocupação, já que com menos emprego e menor renda as famílias brasileiras tenderão a endividar-se mais e ficarão mais inadimplentes, tendo como consequência a “sujeira do nome”, as restrições de natureza social e cultural, o desprestígio, e a ausência de pertença à sociedade de consumidores, entre outros aspectos negativos.

Nesse caminho de aumento de desemprego e redução de renda familiar, evidenciando-se e potencializando-se as vulnerabilidades acima destacadas, entende-se existir uma grave tendência de indução das famílias brasileiras à um processo de exclusão social, cuja magnitude e conseqüências, pelas estatísticas aqui apresentadas, podem ser perfeitamente mensuráveis.

Essa situação fragilizada tende a tornar as famílias brasileiras pertencentes aos extratos sociais mais baixos ainda mais desfavorecidas e hipossuficientes conforme já

previsto no Código de Defesa do Consumidor, um problema social gravíssimo, mas ainda sem alguma solução jurídica ou assistencial por parte do Estado que seja visível e factível, muito embora a evidente falta de interesse do sistema capitalista e seus componentes de que isso realmente ocorra, conforme aqui provado.

E assim, reproduzindo padrões financeirizados de consumo das classes de renda mais altas, tais famílias acabam aprisionando-se ao mercado de crédito num círculo vicioso que lhes incluem e excluem socialmente de forma contínua, contraindo dívidas que lhes oferece uma solução ilusória e precária que em nada lhes favorece, apenas transferem para uma data futura não muito longínqua uma agonia e um desgaste ainda maior por se tornarem novamente consumidores endividados e inadimplentes. Nesse momento aparece novamente o mercado de crédito como a única solução milagrosa para “limpar o nome” e promover a inclusão social, retomando e reiniciando o processo.

## 11. Referências

- ALVERGA, Carlos Frederico Rubino Polari de. *Teoria marxista do estado capitalista: uma comparação entre Gramsci e Poulantzas*. Revista eletrônica Jus Navigandi, Teresina, ano 16, numero 2853, de 24/04/2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18964>>. Acesso em: 24/06/2011.
- ANDRADE, Mônica Viegas, MAIA, Ana Carolina. *Demanda por planos de saúde no Brasil*. Salvador, XXXIV Encontro Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2006, disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/](http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/)>, acesso em: 28/11/2011.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE SUPERMERCADO. *Pesquisa Tendências do Consumidor 2011*. Disponível em: <[www.apas.com.br](http://www.apas.com.br)>, link indicadores. Acesso em: 02/12/2011.
- ARAÚJO, Renan. *Marx & Gramsci: divisão do trabalho, flexibilização e controle social*. Marília, UNESP, anais do VI Seminário do Trabalho, 2008. disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/6seminariotrabalho.htm>, acesso em: 25/11/2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Câmbio e Capitais Internacionais – Taxas de Câmbio*. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 08/06/2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Economia e Finanças: Séries Temporais*. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 10/11/2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro. Nota para a Imprensa de 26/10/2012*. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 02/11/2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de estabilidade financeira de novembro de 2008, volume 7, número 2*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB200811>>. Acesso em: 15/06/2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de estabilidade financeira de setembro de 2011, volume 10, número 2*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201109>>. Acesso em: 15/06/2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de estabilidade financeira de setembro de 2012, volume 11, número 2*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELESTAB201209>>. Acesso em: 02/11/2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistemas de Metas para Inflação: Atas do COPOM*. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 02/11/2012.
- BAND, Jornal da. *Cresce número de inadimplentes no Brasil*. Notícia veiculada no telejornal em 02/07/2012, disponível em: <<http://www.band.com.br/jornaldaband/videos.asp?v=dab3845194cb0e22da6737757725eed&autoStart=false>>. Acesso em: 03/07/2012.
- BARBALET, J.M. *A cidadania*. Portugal: Lisboa, Editorial Estampa Ltda, 1989.
- BAUMAN, Zigmunt. *Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrazo*. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

BAUMAN, Zigmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BERQUÓ, Anna Taddei Alves Pereira Pinto. *Por que o grupo pertencente à classe C, e melhor posicionado no campo em relação ao grupo da classe D, se endivida mais?* Rio de Janeiro: V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo e I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo - Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo, setembro de 2010, disponível em: <<http://estudosdoconsumo.com.br/>>. Acesso em: 29/06/2011.

BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz. *Superendividamento e dever de renegociação*. Dissertação de Mestrado em Direito - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Uma invitación a La sociologia reflexiva*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, Argentina, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 5ª edição, 2005.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. *Roteiro de aula do dia 20/04/2011 da disciplina de Política Social e acesso à Justiça do Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas*. Pelotas, 2011.

CITELLI, Adilson. *Pensando o consumo entre a comunicação e a cultura*. São Paulo, Revista Comunicação, Mídia e Consumo, volume 6, número 15, 2009, disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/188/164>, acesso em: 25/11/2011.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, Lei Federal nº 8078 de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>, acesso em: 10/07/2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Índice Nacional de Expectativa do Consumidor. Ano 14, número 8, agosto de 2012*. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2012/10/1,4695/indice-nacional-de-expectativa-do-consumidor.html>>. Acesso em: 02/11/2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOGISTAS. *Pesquisa Perfil do consumidor com e sem dívidas no Brasil*. Arquivo denominado SPC\_Estudo4\_Adimplente\_Inadimplente\_IMPrensa\_CORTE\_1\_v3, disponível em: <[www.cndl.org.br/mostra\\_capa.php?id=470](http://www.cndl.org.br/mostra_capa.php?id=470)>. Acesso em: 04/11/2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. *Pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias de setembro de 2012*. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>, acesso em: 24/10/2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor de outubro de 2011*. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor>>. Acesso em: 30/11/2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor de outubro de 2012*. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor>>, acesso em: 02/11/2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05/10/1988. Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10/06/2011.

CORREIA, Maria Valéria. *A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Cortez, 2004.

CORREIA, Maria Valéria. *Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2005.

COSTA, Geraldo de Faria Martins da. *Superendividamento: a proteção do consumidor de crédito em direito comparado brasileiro e francês*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

COSTA, Lúcia Cortes da. *Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado do Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo. Cortez, 1996.

DIÁRIO POPULAR. *Famílias pobres são as que mais gastam com saúde das crianças*. Edição número 274, ano 122, de 10/06/2012, capa e páginas 2 e 3, Pelotas (RS).

DIÁRIO POPULAR. *Financiamento estudantil em alta*. Edição número 73, ano 123, de 12/11/2012, página 4, Pelotas (RS).

DIÁRIO POPULAR. *O Natal na calculadora*. Edição número 69, ano 123, de 08/11/2012, página 4, Pelotas (RS).

DALLARI, Dalmo. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. p.14.

EUZÉBY, Alain. *Proteção Social, pilar da Justiça Social*. In: SPOSATI, Aldaíza (Org). *Proteção Social de Cidadania: Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

FALCÃO, Joaquim. *Acesso à justiça: diagnóstico e tratamento*. In: *Justiça: promessa e realidade: o acesso à justiça em países ibero americanos*. Organização Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Inclusão social e cidadania*. Palestra proferida na ICSW32, em Brasília, em 17 de julho de 2006. Disponível em: <[www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/vicente\\_faleiros.pdf](http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/vicente_faleiros.pdf)>. Acesso em: 20/10/2012.

FARAH, Eduardo Teixeira. *A disciplina da empresa e o princípio da solidariedade social*. In: MARTINSCOSTA, Judith (Organizadora). *A Reconstrução do Direito Privado: reflexos dos princípios, diretrizes e direitos fundamentais constitucionais no direito privado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS E DE SERVIÇOS DO ESTADO DO RS. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC*. Porto Alegre, agosto de 2012. Disponível em <[www.fecomercio-rs.org.br](http://www.fecomercio-rs.org.br)>, acesso em 29/10/2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo, Editora Positivo, 5ª Edição, 2010.

FRADE, Catarina; MAGALHÃES, Sara. *Sobreendividamento, a outra face do crédito*. In: MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli (Coord.). *Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FREDERICO, Celso. *O consumo nas visões de Marx*. In: BACCEGA, Maria Aparecida (organizadora). *Comunicação e Culturas do Consumo*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

FREIRE, Silene de Moraes. *Estado, democracia e questão social no Brasil*. In: BRAVO, Maria Inês Souza, PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (orgs). *Política social e democracia*. Rio de Janeiro, Cortez Editora, 2001.

FREITAS, Maria Cristina Penido de, e PRATES, Daniela Magalhães. *O Mercado de Crédito no Brasil: tendências crescentes*. In: BIASOTO Junior, Geraldo, NOVAIS, Luis Fernando, e FREITAS, Maria Cristina Penido de (orgs). *Panorama das Economias Internacional e Brasileira, dinâmica e impactos da crise global*. São Paulo: Edições Fundap, 1ª edição, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Link Sala da Imprensa, disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/noticias-2012>>. Acesso em: 15/11/2012.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 10ª Edição, 1995.

HENNIGEN, Inês. *Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social*. Fortaleza: Revista Mal-estar e Subjetividade, volume X, nº 4, 2010, disponível em <[http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/artigo4\\_2010.4.pdf](http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/artigo4_2010.4.pdf)>, acesso em 06/07/2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil*. In: BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine Rosseti et alli. *Política Social no Capitalismo. Tendências Contemporâneas*. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores, Índices, preços e custos, IPCA-INPC*. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15/10/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 25/09/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Mensal do Emprego*. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>, link indicadores. Acesso em: 08/12/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Industrial Mensal Produção Física, Índices especiais de categoria de uso por atividade, Índice de base fixa mensal, bens de consumo duráveis por atividade*. Disponível em <www.ibge.gov.br>, link indicadores. Acesso em: 28/10/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009: Síntese de indicadores 2009 publicação completa*. Disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em: 26/06/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009: Tabelas de resultados – indicadores de 2008 e 2009*. Disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em: 26/06/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011: Síntese de indicadores 2011 publicação completa*. Disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em: 02/11/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011: Tabelas de resultados – indicadores de 2009 e 2011*. Disponível em <www.ibge.gov.br>, acesso em: 10/11/2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Índice de Expectativas das Famílias – IEF. Volume 10 de 09/06/2011*. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 26/06/2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Índice de Expectativas das Famílias – IEF. Volume 24 de 17/08/2012*. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 29/10/2012.

LIMA, Clarissa Costa de. *Empréstimo Responsável: Os Deveres de Informação nos Contratos de Crédito e a Proteção do Consumidor contra o Superendividamento*. Dissertação de Mestrado em Direito - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2006.

MACPHERSON, C.B. *Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios: o papel do Estado, das classes e da propriedade na democracia do século XX*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.

MARQUES, C. L., & CAVALLAZZI, A. L.. *Direitos do consumidor endividado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967;

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 19ª edição, 2003.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1982.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Pereira, Censo da Educação Superior*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 06/12/2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008-2011*,

exercício 2009. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-ministerio/relatorio-de-avaliacao-ppa-2008-2011>>. Acesso em: 12/02/2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008-2011, exercício 2012*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-ministerio/relatorio-de-avaliacao-ppa-2008-2011>>. Acesso em: 12/02/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Balança Comercial Brasileira – Dados Consolidados 2011*. Disponível em <[www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)>. Acesso em: 08/06/2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Dados e Estatísticas do CAGED*. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/caged\\_mensal/principal.htm](http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm)>. Acesso em: 03/11/2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Comportamento do Emprego CAGED dezembro de 2012*. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/caged\\_mensal/principal.htm](http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm)>. Acesso em: 12/02/2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Dados e Estatísticas da RAIS*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 26/10/2012.

MORAES, Roque, e GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces*. Revista Ciência e Educação, volume 12, número 1, páginas 117 a 128, 2006. Disponível em:< [www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v12n1/08.pdf) >. Acesso em: 30/09/2012.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método na teoria social*. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009.

NISHIJIMA, Marislei, BIASOTO JUNIOR, Geraldo, CYRILLO, Denise Cavallini. *Análise econômica da interação entre saúde pública e privada no Brasil: tratamentos de alta complexidade*. Salvador, XXXIV Encontro Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2006, disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/](http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/)>, acesso em: 28/11/2011.

OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Consumo e Materialismo Histórico: Novas Perspectivas do Marxismo Aplicado à História*. Associação Nacional de História – ANPUH, Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, Porto Alegre, 2007, disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/site/anaiscomplementares>, acesso em 21/11/2011.

PEREIRA, Potyara A.P. *Política Social: temas & questões*. São Paulo, Cortez Editora, 2ª edição, 2009.

PINSKY, Jaime. *Introdução*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PINSKY, Jaime. (org.) *História da cidadania*. São Paulo: Contexto. 2003.

PRADO, Caio Jr. *Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista*. São Paulo, edição Ridendo Castigat Moraes, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf>>. Acesso em: 25/06/2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Análise da arrecadação das receitas federais de agosto de 2008*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/default.htm>>. Acesso em: 14/11/2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Análise da arrecadação das receitas federais de agosto*

de 2012. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/default.htm>>. Acesso em: 14/10/2012.

RESTREPO, Luis Alberto. *A relação entre a sociedade civil e o Estado – Elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 2, número 2, 1990. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/index.php/edicoes-antiores/29-volume-2-numero-2>>. Acesso em: 24/11/2011.

RETONDAR, Anderson Moebus, BARBOTIN, Maria Angeluce Soares Perônico. *Nova Classe Média, Luxo e Consumo: O Significado Social do Consumo Entre Classes Emergentes na Cidade de João Pessoa – PB*. Rio de Janeiro: V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo e I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo - Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo, setembro de 2010. Disponível em: <<http://estudosdoconsumo.com.br/>>. Acesso em: 29/06/2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et all). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Editora Atlas, 1999.

ROCHA, Rose de Melo. *Comunicação e consumo: por uma leitura política dos modos de consumir*. In: BACCEGA, Maria Aparecida (organizadora). *Comunicação e Culturas do Consumo*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SADDI, Jairo. *A ponte entre o crédito e a cidadania*. Revista Custo Brasil, edição número 15, julho de 2008. Disponível em: <<http://www.revistacustobrasil.com.br/15/pdfs/Artigo%2004%20-%20custo%20do%20capital.pdf>>. Acesso em: 13/07/2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A justiça em debate*. Folha de São Paulo, São Paulo, 17/09/ 2007, Opinião, Tendências/Debates.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução à sociologia da administração da justiça*. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; AGUIAR, Roberto A. R. de. *Introdução crítica ao direito do trabalho*. Brasília: Universidade de Brasília; CEAD/NEP, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução à sociologia da administração da justiça*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa et al. *Direito e justiça - a função social do judiciário*. São Paulo: Editora Ática AS, 1989.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, Editora WVA, 1997.

SCIRÉ, Cláudia D'Ipolito de Oliveira. *Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29092009-104310/pt-br.php>>. Acesso em: 30/11/2012.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *45 Curiosidades sobre a Nova Classe Média*. Disponível em: <[http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page\\_id=45](http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page_id=45)>, divulgada em 08/08/2011. Acesso em: 16/11/2012.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. *Orçamento Anual da união de 2012*. Link Orçamento Anual, aba Elaboração do Projeto de Lei, pasta Despesa por Função. Disponível em: <[http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento\\_senado/LOA/Elaboracao:PL?p\\_a no=2012](http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Elaboracao:PL?p_a no=2012)>. Acesso em: 24/11/2012.

SERASA Experian. *Indicador de demanda do consumidor por crédito*. Disponível em: <[http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/demanda\\_pf\\_credito.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/demanda_pf_credito.htm)>. Acesso em: 25/10/2012.

SERASA Experian. *Indicador de inadimplência do consumidor*. Disponível em: <[http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/inadimplencia\\_consumidor.htm](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/inadimplencia_consumidor.htm)>. Acesso em: 02/11/2012.

SIMIONATTO, Ivete. *Estado e Democracia*. IN: COSTA, Lúcia Cortes da. (org) *Estado e Democracia: Pluralidades de Questões*. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. São Paulo, Cortez Editora, 4ª edição, 2011.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Por uma concepção alargada de acesso à justiça*. Brasília: Revista jurídica, volume 10, número 90, edição especial, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_90/Artigos/PDF/JoseGeraldo\\_Rev90.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_90/Artigos/PDF/JoseGeraldo_Rev90.PDF)> .Acesso em 14/07/2011.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora EDUC, 1996.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Reforma do CDC focará mercado de crédito, superendividamento e reforço dos Procons*. Edição especial de 02/12/2010. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=100069](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=100069)>. Acesso em: 16/05/2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Atlas, 4ª edição, 1995.

VEJA. *Um país que rasga dinheiro*. Edição 997, ano 45, número 41, São Paulo, edição de 10/08/2011.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *Reforma do Estado e política social: notas à margem do tema*. In: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo, Cortez Editora, 2ª edição, 2010.

WATANABE, Kazuo. *Acesso á justiça e sociedade moderna*. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (coordenadores). *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.